

Ponta de Lança

Outubro de 2007
Ano 1 Nº 1

REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA, MEMÓRIA & CULTURA



Universidade
Federal de Sergipe

H POPnet
Grupo de Pesquisa História
Popular do Nordeste

Ponta de Lança: História, Memória & Cultura. Ano 1, n. 1, outubro de 2007.

(ISSN 1982-193X)

A Revista Eletrônica Ponta de Lança é uma publicação do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Sua proposta é constituir-se em veículo interdisciplinar voltado para o debate sobre História, Memória e Cultura, com ênfase na História do Nordeste, compreendida tanto no seu aspecto diacrônico (esfera da história tradicional) quanto no seu aspecto sincrônico (onde a história é uma história do tempo presente).

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal de Sergipe

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de História

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”

Av. Marechal Rondon, s/n – Rosa Elze – São Cristóvão/Sergipe

CEP: 49.100-00

Telefone: (79) 2105-6740

e-mail: hpopnet@uol.com.br

Fotografia da Capa: Memorial Antônio Conselheiro – Quixeramobim/Ceará (Fernando Sá)

Arte sobre capa: José Nildo Gouveia Junior

Revisão Técnica dos abstracts: Afonso Nascimento

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (DHI/UFS) – Editor

Prof. Dr. Antônio Ponciano Bezerra (DLE/UFS)

Prof. Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)

Prof. Dr. José Maria de Oliveira Silva (Professor Aposentado do DCS/UFS)

Prof. Dr. Marcos Silva (DHI/UFS)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dra. Ana Pratesi (Universidad Nacional de Misiones – Argentina)

Prof. Dr. Berthold Zilly (Universidade de Berlim/Alemanha)

Prof. Dr. Francesco Lazzari (Universidade de Trieste/Itália)

Prof. Dr. Jorge Nóvoa (Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás (Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos/SP).

Profª. Dra. Miriam Rossini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Samuel Cohn (Texas A&M University/USA)

Prof. Dr. Victor Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Profª. Dra. Vanessa Maria Brasil (Universidade de Brasília)

Prof. Mestre Victor Leonardi (Professor Aposentado da Universidade de Brasília)

FICHA CATALOGRÁFICA

Ponta de lança : história, memória & cultura [recurso eletrônico] / Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste. - Vol. 1, n. 1 (out.2007) – São Cristóvão : Universidade Federal de Sergipe, Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste, 2007–

Semestral

1. História cultural. 2. História da memória. 3. Brasil – Nordeste.
I. Título.

CDU 930.85(812/813)(05)

Proibida a reprodução total ou parcial de qualquer artigo sem a prévia autorização do Editor.

Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à revista.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	3
ARTIGOS	4
When Sergipe led Brazil: The Golden Years of Employment for Barbers and Beauticians (1940-1980) <i>Samuel Cohn</i>	5
La Integración a la nación y el cuidado de los soldados en el movimiento social de apoyo a la Guerra de Malvinas en la Provincia del Chaco <i>Ana Rosa Pratesi</i>	23
Coacción y acumulación. El caso de las Ligas Agrarias Chaqueñas 1971-1976 <i>Jorge Próspero Roze</i>	37
La plaza y la construcción de la identidad urbana en Formosa/Argentina <i>María Teresa Alarcón</i>	53
História(S) do grupo forja no ABC: militância, Memória e engajamento no Brasil no pós-1964 <i>Kátia Rodrigues Paranhos</i>	68
O Futuro do Sertão: paisagens urbanas, memória e natureza – Goiás (séculos XVIII –XIX) <i>Maria de Fátima Duarte Tavares</i>	83
O despertar da classe operária no sertão alagoano: considerações sobre o romance <i>Fábrica de Pedra</i> <i>Dilton Cândido Santos Maynard</i>	101
COMINICAÇÕES DE PESQUISA	120
Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios <i>Igor Pereira Teles & João Paulo Gama Oliveira</i>	121
O compêndio de Hull e a legislação de 1936: Para uma introdução ao ensino da literatura no Estado Novo <i>João Escobar J. Cardoso</i>	139
RESENHAS	156
MYSTERY TRAIN <i>Graziela Naclério Forte</i>	157
HISTÓRIA ORAL: ENTRE TEORIA E PRÁTICA <i>Eduardo Lopes Teles</i>	160

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos dez anos do Grupo de Pesquisa *História Popular do Nordeste* (UFS/CNPq), sempre houve consenso da necessidade de criarmos uma revista para divulgação das pesquisas por nós desenvolvidas em torno dos diálogos pertinentes entre a História Cultural e a História da Memória. As intempéries constantes da universidade pública brasileira levaram-nos a constantes adiamentos desse projeto. Mas a persistência de nossos pesquisadores e o diálogo profícuo com outros pesquisadores que se debruçam sobre as temáticas próximas a nós tornou possível e viável o lançamento do número inaugural da revista eletrônica *Ponta de Lança: História, Memória & Cultura*. O nome escolhido encontrou uma calorosa acolhida por parte dos colaboradores, na medida em que sintetiza determinada leitura da história cultural no Brasil, remetendo tanto à antropofagia oswaldiana e à cultura indígena, quanto a um dos esportes mais populares do Brasil, o futebol, e cuja posição proporcionou momentos marcantes no nosso estilo de jogar, singularizando-nos inclusive diante de outros estilos futebolísticos.

Como a cultura brasileira, o pluralismo intelectual será a marca registrada de nossa revista semestral, como pode ser verificado neste número inicial. Além disso, queremos que ela seja um veículo interdisciplinar voltado para a História Popular do Nordeste, compreendida tanto no seu aspecto diacrônico (esfera da história tradicional) quanto no seu aspecto sincrônico (onde a história é uma história do tempo presente).

Para compartilhar conosco desta alegria de lutar pela democratização do direito à memória, compusemos um time do mais alto nível intelectual proveniente das mais diversas instituições de ensino e pesquisa, tanto do Brasil quanto do exterior. A Internet facilitou enormemente essa escalção de craques, encurtando distâncias e construindo pontes entre pesquisadores e universidades que dificilmente teriam condições de estabelecer um diálogo mais próximo.

Para nosso grupo de pesquisa, esse lançamento representa o rompimento do isolamento cultural e intelectual, típico de certo provincianismo ainda arraigado em nossos meios intelectuais, demonstrando nossa disposição de divulgar pesquisas que articulem as complexas relações entre história, memória, cultura e identidades, com vistas à consolidação da pós-graduação no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

Boa leitura!

ARTIGOS

WHEN SERGIPE LED BRAZIL: THE GOLDEN YEARS OF EMPLOYMENT FOR BARBERS AND BEAUTICIANS (1940-1980)

Samuel Cohn¹

Professor of Sociology - Texas A & M University
College Station, Texas 78743 USA

Profcohn@yahoo.com

ABSTRACT

Sergipe is generally treated in economic history as an example of inferior economic performance. However, in one aspect, Sergipe was one of the leading economic performers in Brazil. Throughout most of the middle twentieth century, Sergipe had the highest level of employment for barbers and beauticians of any Brazilian state – after adjustments are made for state size and the size of the local market.. Personal hygiene is extremely dependent upon access to cheap commercial space. Sergipe was characterized by some of the lowest commercial rents in Brazil. These low rents were a function of the low rate of verticalization of the city .The availability of space is linked to larger questions of economic growth and discretionary questions of architectural design.

Keywords: Employment, urbanization, service sector.

RESUMO

Sergipe é geralmente tratado na história econômica como um exemplo de performance econômica inferior. Contudo, num aspecto, Sergipe foi um dos atores econômicos de liderança. Ao longo da maior parte do século XX, Sergipe tinha o mais alto nível de empregos de barbeiros e cabeleiros do que qualquer estado brasileiro – depois de ajustes feitos em relação ao tamanho do estado e ao tamanho do mercado local. A higiene pessoal é extremamente dependente do acesso ao espaço comercial barato. Sergipe se caracterizava por alguns dos mais baratos aluguéis comerciais no Brasil. Esses baixos aluguéis eram em função da baixa taxa de verticalização da cidade de Aracaju. A disponibilidade do espaço está ligada às mais questões amplas do crescimento econômico e às questões sem controle do desenho arquitetural.

Palavras-chave: Emprego, urbanização, setor de serviços.

¹ The author would like to thank the National Science Foundation, the Council for the International Exchange of Scholars and Texas A and M University for their generous support of this research. The author would like to thank Fernando Sá and Jenny Barbosa for their facilitation of the fieldwork that made up the qualitative component of this research. A special note of gratitude goes to Silvia Matos for her indispensable assistance with the Sergipe barber interviews and to Bruno Moretti for his excellent transcriptions of the tapes.

Most discussions of Sergipano economic history paint a picture of economic backwardness. “Sergipe is small. Sergipe is peripheral. Sergipe lacks technology. Sergipe suffers from the legacy of slavery and coronelismo.” (Pires, 1973, de Almeida 1991) Certainly, Sergipe has always been poor and has been at an economic disadvantage relative to the Europe, the United States and, in the twentieth century, the Brazilian Southeast.

However, there were glimmers of light in this otherwise dark picture. One of these was in the employment of barbers and beauticians. Between 1940 and 1980, Sergipe led Brazil in the employment of barbers and beauticians relative to the size of its market. This is not to say that Sergipe had more barbers and beauticians in an absolute sense. In terms of sheer numbers, the most barbers and beauticians were in São Paulo and Rio de Janeiro.

However, Sergipe had more barbers and beauticians than any other state in Brazil relative to its size and prosperity. If one calculates the potential purchasing power of consumers in Brazilian states, and then asks which states had more or less barbers or beauticians relative to the purchasing power of consumers – Sergipe was the leading employer in personal hygiene in Brazil.²

High levels of barber employment had very beneficial effects on social welfare as a whole. Personal hygiene is labor intensive and creates a great deal of employment for relatively little capital. The educational requirements are relatively low. Neither formal education or even literacy are required. Barbers and beauticians can self train to a level of adequate performance in six months to a year. Beauticians (whose work is more complex than that of barbers) can train to artisanal levels of performance in three years. (U.S. Department of Labor Employment and Training Administration 1981) Pay rates were respectable allowing barbers to maintain comfortable working class incomes. (Cohn, n.d.) Thus, the presence of substantial employment in personal hygiene in Sergipe contributed significantly to the reduction of poverty and social inequality in the state. This paper tells the story of the golden years of employment for Sergipe barbers and beauticians and

² This paper follows the Brazilian convention of referring to the industry in which barbers and beauticians work as “personal hygiene”. Technically, statistics on personal hygiene also include trainers in gyms. However, between 1940 and 1980, exercise clubs were relatively rare in Brazil and nearly all of the personal hygiene workers listed in the Brazilian census were barbers, beauticians or workers in related trades such as manicurists.

attempts to explain why Sergipe among all the states of Brazil had such strategic advantages in this area.

Table 1 Ranking of Sergipe in Residual Employment in Barber/Beauty Shops Among Brazilian Non-Amazonian States 1940-1980	
Year	Ranking
1940	2 nd Highest
1950	Highest
1960	Highest
1970	Highest
1975	Highest
1980	Highest

Residuals are calculated from the regression model in the Appendix.

Data Source: Brazilian Service Census and Demographic Censuses 1940-80.

Table 1 shows the ranking of Sergipe among all non-Amazonian states in residual employment in personal hygiene from 1940 to 1980. ³ Residual employment is a critical concept in this paper – and will be explained at length below. However, note that Sergipe led Brazil in residual barber and beautician employment for most of the mid-century period. In 1940, it had the second highest level of residual employment of any non-Amazonian Brazilian state. From 1950 to 1980, without exception it had the highest level of residual employment in personal hygiene. For an unbroken period of thirty years, Sergipe led Brazil in creating employment for barbers and beauticians.

Now what exactly is residual employment? Residual employment is a state's capacity to create employment in an industry *statistically controlling for its size and market capacity*. Why would one want to adjust employment for the size and market capacity of the region where such employment occurs? Economic history generally concerns itself with the

³ All tables in the paper use standardized state boundaries. These are explained in the Appendix.

problem of explaining economic growth or the absence of same. Usually,, there are trivial causes of growth that the economic historian wants to go beyond in order to uncover causal processes that are deeper or more profound. In explaining the capacity or incapacity of the Sergipana economy to produce employment or income, adjusting for trivial factors that are well understood can be a useful tool in identifying causal components whose operation was obscured by the more well known factors,

In this case, it is well known and not interesting that big states tend to have more employment than small states do, simply because their population is larger. It is also the case that wealthy states have more employment than poor states, simply because wealthy states have consumers with greater purchasing power leading to greater aggregate demand. These two factors jointly can be called *the size of the market*. While size of the market has substantial effects on employment, it is not the only determinant of the economic well being of the population of an area. Adjusting for the size of the market can help the economic historian find other factors that contribute to the economic history of an area.

The Appendix explains how the residuals were calculated.. For the non-quantitative reader, the important point is that given its small size and poverty, Sergipe had remarkable success in creating employment for barbers and beauticians mid-century. The question then for the economic historian is how does one explain Sergipe's remarkable performance in this one area?

THE CRITICAL ROLE OF RENT

The basic reason why employment in personal hygiene was high in Sergipe is that Sergipano rents were extremely low. It was far easier for barbers and beauticians to obtain commercial space in Sergipe than it was in other Brazilian states – even Northeastern ones..

Little attention has been paid to access to commercial space as a factor in economic growth. Space is a form of capital when implicated in the production process. (Harvey 1999, Franca 1999) Not all producers have equal access to space – and not all producers can find space of the quality and quantity that they need. Large capitalist firms usually

have easy access to space, although this process may be politically mediated. Middle sized firms may lack political influence, but can generally purchase whatever space they need on the open market. Microentrepreneurs in contrast may not have the financial assets to pay commercial rent. Such marginal businesses may be forced to choose between working in the residence of the primary entrepreneur or not having a location at all.

Working in a home puts substantial restrictions on a small firm. There are obvious limits on the machinery, supplies and staff that can fit into a small urban dwelling. More importantly, domestic location restricts one's access to potential markets. The marketing problem becomes more severe if the firm must sell to the general public or to a large number of dispersed clients. Here, location in a residential neighborhood can isolate the firm from the places where customers go to seek the kinds of service offered by the company. Many services must compete on convenience as well as price and quality. Central location can produce access to a broad array of consumers coming from all over a region; location in a remote district may reduce one's potential market to the small population of residents in the one's own neighborhood.

Note that the sector of firms affected by commercial space is non-trivially large. It involves a substantial percentage of the firms involved in retail trade. It may also include light manufacture that sells its output to multiple sources. Personal hygiene is clearly effected by spatial considerations, since barbers and beauticians sell their services to the general public – who often choose their barber or beautician based on convenience. Access to this general public is critical to the development of a viable salon.

Once the importance of differential access to commercial space becomes established, rent becomes relevant to discussion of economic development. Low commercial rents facilitate investment and employment in the space-sensitive sector, while high rents exclude otherwise viable small participants from entering the market. Most barbers and beauticians have limited capital and financial resources and operate very much on the margin of economic survival. Small differences in cost can have a substantial impact on the viability of a small salon. So cheap rent can be a substantial stimulus to economic activity in this sector, while high rents can drive many operators from the market.

Table 2 Cost Structure of Selected Brazilian Services: Brazilian Service Census 1975				
Service	Raw Materials	Labor	<i>RENT</i>	Other
BARBER/BEAUTY	27%	39%	29%	5%
Restaurants	81%	10%	4%	5%
Hotels	44%	27%	8%	22%
Repair: Metal Goods	40%	39%	6%	25%
Clothing Manufacture (Confecção)	52%	27%	10%	13%

Within the service sector, personal hygiene is particularly vulnerable to rent and spatial dynamics. This is illustrated by Table 2. Table 2 shows the cost structure of barber and beauty shops in contrast with several other labor intensive services: restaurants, hotels, the repair of metal goods and clothing manufacture (confecção). The data comes from the 1975 Brazilian Service Census. Note that in 1975, rent payments represented 29% of all expenses paid by personal hygiene firms. This is the highest figure on the table. Clothing manufacture paid only 10% of its expenses in rent, and every other sector paid less than 10%. One would expect from this table that personal hygiene would be particularly effected by rent dynamics and that low rents would be a particularly strong stimulus of employment in this area.

Table 3 Ranking of Sergipe in Rent Paid By Barber/Beauty Establishments Among Brazilian Non-Amazonian States 1940-1980	
Year	Ranking
1940	6 th Lowest
1950	2 nd Lowest
1960	3 rd Lowest
1970	Lowest
1975	Lowest
1980	Lowest

Source: Brazilian Service Census.

Rent Paid = Total State Rents Paid in Personal Hygiene Divided by Total Personal Hygiene Employment

Table 3 shows the rent paid per worker from 1940 to 1980. These data come from the Brazilian Service Census. Note that Sergipe always had low rents and that over time, these rents became even lower. In 1940, Sergipano barbers and beauticians paid the 6th lowest rate of rents in Brazil. This number dropped to second lowest in 1950, and remained the 3rd lowest in 1960. In 1970, rents dropped even further – and Sergipe had the lowest rents for barbers and beauticians in Brazil. Sergipe led Brazil in low rents for 1970, 1975 and 1980. Further insight can be provided by contrasting Table 1 and Table 3. Every decade in which Sergipe had the second lowest or lowest personal hygiene rents in Brazil was a decade in which Sergipe led Brazil in employment in that sector.

THE CAUSES OF LOW SERGIPANO RENT

Sergipano rents were low because of the low level of economic development of Sergipe, the substantial quantity of available buildings in Sergipe, and the low level of verticalization of Sergipe architecture. We consider each in turn.

There are at least three factors that determine rents. The first is economic development. The more developed an area, the greater the productivity of economic endeavours. This increases the economic returns to both labor and capital. Since real property is a form of capital, the returns to investments in buildings increases under economic development. This valorization of space leads to an increase in rents. Furthermore, the level of economic development increases the number of firms competing for business space. This increases the price of commercial space by the simple laws of supply and demand.

The next factor is the supply of space. The greater the supply of rental space, the lower the price of that rental space will be. The supply of space is determined by the number of available buildings. The more buildings, the more locations a potential renter can consider for locating his firm.⁴

The third factor is the verticalization of buildings. Building verticalization is the number of floors per building overall. Large multi-user structures will have higher rents than smaller single occupant facilities. Verticalization reflects the concentration of real estate value in a small number of select locations. If everyone needs to locate downtown, and there is a limited amount of land area downtown, developers will build increasingly dense multiuser structures to accomodate as many tenants as possible; the higher rent paid by these tenants will reflect the desirability of their central location.

The verticalization of buildings is also associated with the development of a landlord class that can exert monopoly power by controlling access to building space. In a city with large numbers of simple single-user structures, there is typically broadly dispersed control over the ownership of these structures. Individual home ownership or store ownership is possible because the cost of each structure is low. Furthermore, small scale makes self-construction of new facilities a practical alternative for residents or business people of modest means.

In contrast, few individual residents or business people could construct a forty story condominium tower, or a downtown office skyscraper. The increasing scale of buildings

⁴ Note that a better statement of this position would be that rent is inversely correlated with the available floor-space rather than number of buildings. However, floor-space is contaminated with the effect of verticalization, raises rather than lower rents. Preliminary analyses used both building counts and floor counts to deal with this ambiguity and found similar results for the two measures with slightly fit for the building-based specification.

concentrates the space used by large numbers of tenants under the control of a small number of owners and developers. Some of this comes from the fact that one building can now represent the homes or workspaces of hundreds of renters. Some of this comes from the fact that reducing the viability of small projects represents a form of restriction of market entry and promotes the ownership of multiple buildings by the same small group of real estate investors. This increases the concentrated control by real estate interests of the supply of commercial space and in both senses of the word, creates monopoly rents.

Table 4 Pearson Correlations of Rent/Receipts in Personal Hygiene Firms with Selected Predictors: Brazilian Non-Amazonian States 1970	
Variable	Correlation with Rent Levels
Urbanization	.76
Buildings Per Capita	-.76
Building Verticalization	.75
New Construction Per Capita	.79

Source: Brazilian Census of Buildings, Service Census and Demographic Census 1970. N = 19.

Table 4 illustrates these points with an analysis of the Brazilian Census of Buildings of 1970. The Brazilian Predial Census was one of the rare occasions where IBGE actually counted the number of buildings and floors in Brazil and reported these by state. We correlate various aspects of the economy and availability of space with the rent per receipts of personal hygiene firms in Brazil. The unit of analysis is the state – with Amazonian states being excluded.

Economic development was clearly correlated with the rents paid by barbers and beauticians. Urbanization correlated at .76 with rents in personal hygiene. In other analyses done by the author, infant mortality and female labor force participation had similar effects.

The supply of buildings clearly reduced rents. The number of buildings per capita was strongly negatively correlated, at $-.76$, with barber/beautician rents.

Building verticalization was positively related to rents. The correlation here was a very strong $.75$. There were similar results for new construction per capita. These relationships suggest that new, dense, tall buildings raised rent rates overall. This is consistent with the arguments made previously concerning the role of greater building productivity and monopoly control over space as factors which increase property values and levels of rent.

Table 5	
Ranking of Sergipe On Rent Determinants: Brazilian Non-Amazonian States 1970	
Buildings Per Capita	Highest
Building Verticalization	6 th Lowest
Urbanization	8 th Highest
New Construction Per Capita	9 th Highest
N	19

Source: See Table 4.

So how did Sergipe rate on these indicators? Table 5 shows the relative ranking of Sergipe relative to other Brazilian non-Amazonian states in 1970 in terms of the determinants of rent discussed in Table 4. For many indicators, Sergipe had an average score showing nothing that would suggest a particularly low rent profile. Sergipe's measures of economic development are not extremely low – but instead are intermediate. It had the 8th highest rate of urbanization among Brazilian non-Amazonian states. Out of 19 states, a ranking of 8th highest puts Sergipe close to the median for Brazil. This reflects the high concentration of Sergipana population in the capital city of Aracaju. The scores for other indicators are somewhat worse but not dissimilar. Being a nordestino

state, Sergipe shows lower rates of economic development than the southeast of Brazil or northeastern industrial centers such as Pernambuco. However, it had significant advantages over other Nordeste states – and was by no means the poorest state in Brazil.

Sergipe was also typical of Brazil in its level of new construction. Sergipe was literally the median state in Brazil in terms of new buildings per capita.

What set Sergipe apart was the high availability of buildings and its low architectural profile. Sergipe had many, many small buildings. The ratio of floors to buildings, or verticalization in Sergipe was the 6th lowest in the country.

More importantly, Sergipe had the largest *supply* of buildings in the country. Sergipe had the highest rate of buildings per capita of any non-Amazonian state in Brazil. Because Sergipe had more constructed space available per person than did any other state in Brazil, The market for real estate in Sergipe was essentially flooded. This lowered rents and it possible for even small operators to acquire a studio or a store.

This finding will seem counter-intuitive to many readers. How can a poor state with relatively modest rates of economic development lead Brazil in the number of buildings per capita? This seems especially implausible, since in principle, economic development should increase the capital stock, and an increased capital stock should increase the number of buildings. Table 6 helps to explain this why this line of thinking is incorrect – and Sergipe even with its poverty had a large supply of buildings.

Table 6	
Pearson Correlations of the Determinants of Buildings Per Capita: Brazilian Non-Amazonian States 1970	
Variable	Correlation with Buildings Per Capita
Verticalization	-.81
Urbanization	-.34
New Construction	-.23

Economic development does not create *more* buildings, but it creates *bigger* buildings. It produces verticalization, urbanization and new construction. All three of these *reduce* rather than increase the number of buildings in an area. Table 6 shows that there was an extremely strong negative correlation between verticalization and the number of buildings per capita – with the value of -0.81 being practically -1.0 , the perfect inverse correlation. This negative correlation is echoed in a weaker form for urbanization and the presence of new construction – both measures of economic dynamism. Urbanization is negatively correlated with the stock of buildings at -0.34 , and new construction is negatively correlated with the stock of buildings at -0.23 .

What this implies is that modernization and urbanization replace a large stock of small buildings with a small stock of large buildings. In eighteenth or nineteenth century Brazil, most residences were small single family houses. The overwhelming majority of structures were one story high. As modern architectural structures become substituted for traditional architectural structures, a multi-storied building such as an apartment building or an office building substitutes for what would have otherwise been a large number of smaller structures. In some cases, there is a direct substitution of vertical structures for horizontal structures, as when a new construction project requires the vacation and demolition of pre-existing building on the site. However, the mere architectural decision to use multi-user rather than single use forms reduces the new structures that otherwise might have been created by economic development as builders decide to build one condominium apartment building with relatively small apartments instead of sixty generously sized new houses..

But why did Sergipe have such low rates of verticalization? There seem to be two reasons for this. The first is simply, the poverty of the state. Vilar's (2001) extensive discussion of the tardy arrival of verticalization in Aracaju emphasizes that skyscrapers and multi-story condominiums were an indicator of wealth – and Sergipe for most of its history was poor. This undoubtedly was the primary factor for Aracaju's relatively horizontal profile. (Riberio 1989)

Vera França has suggested that the ecology of Aracaju contributed to this as well. Much of Aracaju is built on very soft sand and mud. In principle, buildings in the International

Style can be built on landfill ; the residential skyscrapers of Botafogo and Gloria in Rio de Janeiro are all built on landfill that has been carved out of Guanabara Bay. However, the confluence of multiple rivers in Aracaju, the soft nature of the pre-existing soil and the muddy nature of the terrain stemming from Aracaju's long standing drainage problems encouraged horizontal single-user architecture. Thus, even by Northeastern standards, Sergipe's level of verticalization was low.

It is worthy of note that two alternative explanations of the supply of Sergipano retail space were considered and rejected. In early investigations, it was hypothesized that the presence of the Mercado Publico in Aracaju provided the "extra" subsidized space that could account for the Sergipano rent advantage. This explanation can be rejected. There are comparable mercados publicos in many Brazilian cities including Belo Horizonte, Recife, Salvador, and Sao Luis. These states do not have either the low rent or the concentration of bars that characterize Sergipe.

A second alternative that was rejected was to explain the supply of space in terms of the large stock of COHAB public housing that was added to the Sergipano housing stock in the 60's and 70's. Vera França (1999) correctly identifies COHAB housing as being the dominant force in changing the geography of the periphery of Sergipe in the middle twentieth century.

However, the stock of public housing that was built in Sergipe was small relative to that built in other states. (FINEP-GAP 1985) This is true, even if one adjusts for Sergipe's small population size. In 1970, less than 1% of the residences in Sergipe were public housing. In this regard, Sergipe was nothing special, having the 8th lowest percentage of public housing of any non-Amazonian state in Brazil. While COHAB profoundly altered the geography of Aracaju, it had a comparably profound effect on the geographies of most other Brazilian capital cities as well. In terms of absolute numbers, the largest amount of public housing was built in Pernambuco. In terms of the share of total housing, Brasilia, Pernambuco and Rio de Janeiro had far greater percentages of the housing market constructed by COHAB..

CONCLUSION

Sergipe may have been poor and underdeveloped, but it was not without economic distinction. Throughout mid-century, it employed more people in personal hygiene than did any other Brazilian state, net of the size of its market.

The secret of creating employment was creating ample retail space for working class entrepreneurs who wanted good locations with ample access to consumers. Downtown Aracaju provided potential barbers and beauticians with a plentiful supply of cheap storefront locations with lots of walk by traffic and plenty of potential business. Without access to this inexpensive space, these barbers and beauticians would have been excluded from the market, and would have been forced into unemployment or marginality.

The provision of space for small merchants was an accident of the Sergipano real estate market. With the exception of the Mercado Publico, the supply of space for barbers and beauticians was wholly unplanned. They were the accidental beneficiaries of the stock of large structures that came from Sergipe's limited use of skyscrapers and the international style.

However, there are lessons from the Sergipe barbers for modern day policy makers. Cheap retail space created jobs. Urban planning that produces massive structures with empty atria and inaccessible upper stories exclude small working class entrepreneurs from having access to the public. This marginalizes small businessmen to the periphery of the cities and deprives them of access to high paying middle class customers.

Anything that lowers rent opens up opportunities for microentrepreneurs. Old buildings, small buildings, and horizontal buildings all are physical manifestations of job creation. Rent control is an even more direct strategy for preserving space for small businessmen, and giving them access to the customers they need.

Social planners rarely think about providing retail space for microentrepreneurs. But as the Sergipe personal hygiene experience shows, creating openings for small retail operators can create extremely significant employment at very little cost. The historical experience of Sergipe barbers contains a very important lesson to twenty first century readers about how to inexpensively reduce poverty.

APPENDIX

THE STATISTICAL MODEL FOR BARBER AND BEAUTICIAN EMPLOYMENT

Table A About Here

Table A shows a regression model that represents an attempt to adjust all Brazilian states from 1940-1980 for the size of their market for barbers and beauticians. The data come from the Brazilian Service Censuses of 1940-80. The 1985 Service Census is excluded due to a substantial deterioration in data quality associated with that census.

The dependent variable is barbers and beauticians per capita – which adjusts for population. The model in Table 2 incorporates various predictors from the literature on service sector employment. The demographic literature on occupational composition shows that urbanization is a very strong predictor of personal service employment both in the United States and Brazil. (Browning and Singelmann 1975, Dal-Rosso 1978) Residents of farms often produce their own goods and services domestically, reducing all forms of consumption of market products in non-urban areas. Cities are characterized by a lower degree of home production. (Kuznets, 1966) Furthermore, the use of personal services is sensitive to travel time. Population density reduces the geographical distance required to travel to personal service facilities and thus increases discretionary consumption.

Infant mortality is used as a measure of income. It is standard in microeconomics to argue that the household consumption of any good will be related to the disposable income of the household and this applies as well to services. (Kindleberger and Herrick 1977, p. 273, Marshall and Woods 1995, Illeris 1996). A non-monetary measure is used because from 1940 to 1980, Brazil suffered substantial price instability with the cost of living increasing 44,000-fold. This vastly increases the unreliability of currency based measures of income. The infant mortality rate is influenced by availability of pre-natal care, proper delivery procedures, pediatric care, and pharmaceuticals. It is tied to income, but remains unaffected by inflation.

Female Labor Force Participation is also likely to increase hairdressing employment. As women become more likely to work, they become more likely to purchase services previously produced domestically from commercial sources. (Illeris 1996, Gadrey 1992)

Female labor force also raises female income; income as was argued before raises the demand for services.

Year is included as a simple proxy for modernization. A declining term would suggest the movement of consumer expenditure away from haircare towards the purchase of other goods and services over time. Rising expenditures on consumer durables, transportation, and financial services would reduce the share of family budgets allocated to personal hygiene.

The equation in Table 2 predicts employment in personal hygiene per population in Brazilian non-Amazonian states with the previously discussed variables. There is one observation for each non-Amazonian state for 1940, 1950, 1960, 1970, 1975 and 1980 - every year available in the primary data source: the Brazilian Service Census. To insure that changes in state boundaries did not change results, standardized geographical units were created that would be the same for every year. This meant the combination of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, the combination of Rio de Janeiro city and state, and the inclusion of Tocantins with Goiás. Brasília remains as a independent unit given the profound differences between it and neighboring Goiás.

The model has very good predictive power. The R^2 is .71 suggesting excellent statistical goodness of fit. (It is unusual for models of this kind to have R^2 that exceed .50. The urbanization and year terms are in the correct direction and are highly significant. The other two variables are insignificant; their inclusion in the model insures compatibility with pre-existing work in the labor force demography of the service sector.. The very high goodness of fit allows for the confident use of residuals to identify geographical centers of non-market-based barber employment. This is how these residuals are used in this article.

Table A OLS Regressions of the Percentage of Population Employed in Barber/Beauty Shops on Selected Economic Variables Brazilian Non-Amazonian States 1940-80	
Variables	Model
Urbanization	1.81 12.6 <.001
Infant Mortality Rate	.006 -.010 .920-ns
Female Labor Force Participation Rate	-.026 -0.07 .947-ns.
Time	-1.33 -7.87 <..001
R ²	.71
N	111

BIBLIOGRAPHY

- ALMEIDA, Maria Gloria da Santana de. "Atividades Produtivas". In Diana Diniz et. Al. *Textos Para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1991.
- BROWNING, Harley and SINGELMANN, Joachim. *Emergence of a Service Society: Demographic and Sociological Aspects of the Sectoral Transformation of the Labor Force in the USA.*, U.S. Department of Commerce. Washington, D.C., National Technical Information Service, 1975.
- COHN, Samuel. "How Third World States Can Raise Employment Even Under Conditions of Globalization: Success and Failures of Job Training in Brazil.", s/d.
- DAL-ROSSO, Sadi. *Growth of Capitalism and the Transformation of the Labor Force in Brazil*. Ph.D. Dissertation, Sociology, University of Texas at Austin, 1978.
- FINEP.-GAP (Financiadora de Estudos e Pesquisas-Grupo de Arquitetura e Planejamento). *Habitacão Popular: Inventário de Ação Governmental*. São Paulo, Garilli, 1985.
- FRANÇA, Vera. 1999. *Aracaju, Estado e Metropolização*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1999.
- GADREY, Jean. *L'Economie des Services*. Paris, Les Decouverte, 1992.
- HARVEY, David. *Limits to Capital*. London, Verso, 1999.
- ILLERIS, Sven. *Service Economy: Geographical Approach*. New York, Wiley, 1996.
- KINDLEBERGER, Charles and HERRICK, Bruce. *Economic Development*. New York, McGraw-Hill, 1977.
- KUZNETS, Simon. *Modern Economic Growth: Rate, Structure and Spread*. New Haven, Yale, 1966.
- MARSHALL, J. Neill and WOOD, Peter. *Services and Space: Key Aspects of Urban and Regional Development*. Harlow, U.K., Longman Scientific, 1995.
- PIRES, Wynne. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1973.
- RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do Espaço Urbano: o Caso de Aracaju*. Recife, Massangana, 1989.
- United States Department of Labor., Employment and Training Administration. *Selected Characteristics of Occupations Defined in the Dictionary of Occupational Titles*. Washington, D.C. General Publishing Office, 1981.

LA INTEGRACIÓN A LA NACIÓN Y EL CUIDADO DE LOS SOLDADOS EN EL MOVIMIENTO SOCIAL DE APOYO A LA GUERRA DE MALVINAS EN LA PROVINCIA DEL CHACO⁵

Ana Rosa Pratesi

Doctora en Antropología Social (Universidad Nacional de Misiones, Argentina)

UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES

FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES

INSTITUTO DE ESTUDIOS AMBIENTALES Y SOCIALES – IdEAS – CHACO

anapratesi@gigared.com

RESUMEN

En este artículo abordo el apoyo de la población argentina, en particular la de la provincia del Chaco, a la Guerra de Malvinas desde abril hasta junio de 1982 iniciada por la última dictadura militar. Discuto la categoría de movimiento social y su aplicación a las acciones de apoyo; analizo el contenido de estas acciones populares, en las que encuentro la necesidad de integración de una provincia marginal a la nación y el cuidado de los jóvenes que marchaban al frente de guerra. Por último presento y discuto las críticas hacia ese movimiento de apoyo a la guerra.

Palabras claves: Guerra de Malvinas, movimiento social, Chaco/Argentina

ABSTRACT

In this article I study the Argentine people support, particularly in the province of Chaco, to Malvinas War from April to June of 1982, started by the last dictatorial Argentine government. I discuss the category of social movement and its application to the support actions. I analyze the content of these actions, in which I find the need to integrate a marginal province to the nation and the attention to the of young soldiers in the battle fields. Finally, I present and discuss the critiques to the support of this popular movement to the war.

Key-words: Malvinas War, social movement, Chaco/Argentina.

⁵ Una primera versión de este artículo fue presentada como ponencia en I Jornadas Internacionales de Historiografía Regional. Resistencia, Argentina, 9 y 10 de Noviembre de 2006

Entre abril y junio de 1982, se desarrolló la llamada “Guerra de Malvinas”, en la que confrontaron Argentina y Gran Bretaña por la posesión del Archipiélago de Malvinas en el Atlántico Sur y culminó con la derrota de las tropas argentinas.

Este conflicto concitó una adhesión generalizada de la población argentina, produciéndose el movimiento social más masivo de los últimos tiempos en el país que, con diferentes expresiones, incluyó a todos los sectores políticos y sociales.

Se trató de un movimiento social que actuaba constreñido por el corsé de la dictadura, pero que, paradójicamente, significó un impulso para su derrocamiento y la renovación de la vida política. El hecho quedó marcado tanto como hito histórico en la memoria social cuanto en la evocación autobiográfica de la memoria personal, en este último caso con un complejo de emociones que anudan dolor y vergüenza.

Este acompañamiento de la población argentina al conflicto fue duramente criticado, durante la guerra, por algunos intelectuales; esta crítica, en la posguerra, se hizo carne en amplios sectores de la población.

En este trabajo analizo la dinámica que tuvo el movimiento en la provincia del Chaco donde, como factores impulsores se destacan el intento de ser parte efectiva de la nación argentina, sorteando la marginalidad, y la solidaridad intergeneracional volcada hacia los jóvenes combatientes.

EL APOYO A LA GUERRA DE MALVINAS COMO MOVIMIENTO SOCIAL

Las investigaciones sobre movimientos sociales, de importante desarrollo en las últimas décadas, están abocadas a la protesta social, a sectores que reivindican intereses particulares y que se oponen a una situación desfavorable y a un poder opresor.

En este panorama, a primera vista, las acciones populares de apoyo a la Guerra de Malvinas, parecieran no encuadrarse en la categoría de movimiento social. De hecho, los investigadores sobre la guerra, aluden a las acciones civiles que se desarrollaron paralelamente a las acciones militares de distinta manera:

Para Guber (2004) se trató de un “amplio consenso cívico militar” (p.13); “consenso sobre valores” (p. 14); “consenso a la defensa de la causa popular” (20); “apoyo popular, evidenciado en actos públicos masivos promovidos por el gobierno y por asociaciones civiles” (p.20); o de dar “cuerpo a la unidad por la filiación”, “participación civil” (2001: 46)

Por su parte, Rozitchner (2005) habla del deseo y la ilusión de las masas, que fueron seguidas, acríticamente, por los intelectuales y la izquierda, que expiaban así culpas pasadas. Este deseo es duramente cuestionado por el autor, como veremos más adelante. El Grupo de Discusión Socialista (2005) se refiere: “Hechos y acciones que señalan el camino, que expresan concretamente la madurez y la lucidez política que las fuerzas populares y los intelectuales progresistas necesitan, hoy más que nunca, para comprender el proceso actual e incidir eficazmente sobre él” (p.151)

Consenso, apoyo popular, deseo, ilusión, fuerzas populares, participación civil, son los términos con que se denomina a las múltiples acciones de la población civil en su conjunto en apoyo a la Guerra de Malvinas. Nos preguntamos entonces si podemos encuadrarlas en la categoría de movimiento social.

Para el análisis de los movimientos sociales contamos una primera perspectiva que dan un sesgo hacia el sujeto, una segunda perspectiva pone el acento en la estructura (Sabucedo, 1996) y una tercera en la que se privilegia la dimensión diacrónica (Villasante, 1994).

En la primera perspectiva el supuesto es que los movimientos sociales proporcionan una descripción e interpretación de la realidad y tratan que la mayor parte de la ciudadanía los asuma como propios; el contenido de estos esquemas se organizan en torno a tres ejes: la evaluación de una situación como injusta; la definición de un nosotros que padece la situación y de un otros como responsables, y la creencia en que la acción colectiva puede transformar las condiciones.

En la segunda perspectiva, el concepto de estructura de oportunidad política plantea que la protesta es favorecida o inhibida por ciertas condiciones del sistema: la tolerancia del grupo dominante o sus divisiones internas, la fortaleza o debilidad de las alianzas políticas, la capacidad de gobierno para tomar decisiones, etcétera. Desde el análisis de la estructura se explicaría porque en contextos diferentes, movimientos similares alcanzan logros dispares.

Desde la tercera perspectiva Villasante (1994) propone una interesante analogía genética y ondulatoria corpuscular, para el análisis de las articulaciones entre los movimientos históricos, genotípicos, de onda larga, y los movimientos actuales, fenotípicos, de ondas cortas, mientras estos últimos tienen características manifiestas y son los movimientos destacados en los medios masivos de comunicación, los primeros

tienen características latentes, son difíciles de percibir y son el sustrato de la memoria histórica.

Es fundamental considerar las ideas y valores sustentados por los movimientos sociales ya que así como existen movimientos antagónicos al sistema también los hay conservadores, reformistas o ambivalentes.

Las tres perspectivas son útiles y convergentes para comprender el movimiento social que se puso en marcha durante la guerra de Malvinas.

Desde el punto de vista del sujeto colectivo que justificaba la guerra reivindicando derechos; la definición de un enemigo concreto que había usurpado ese derecho; la definición de una nación, la argentina, dispuesta a enfrentar a ese enemigo, y la adhesión eufórica para lograr la victoria.

Desde el punto de vista de la estructura de oportunidad política tenemos que la dictadura militar fomentaba y convocaba a determinadas actividades de apoyo, al tiempo que controlaba aquellas acciones que eran iniciativas populares, para ello contó con el apoyo de la Iglesia Católica. La fuerza del movimiento hacía acallar toda voz opuesta, y quienes tenían una visión crítica de la guerra debían ocultarlo.

Con el modelo diacrónico podemos definir a este movimiento como corpuscular, de onda corta, correspondiente a la maniobra coyuntural implementada por la dictadura, pero que se inscribe en una línea histórica antiimperialista argentina y latinoamericana, presente en las capas de la memoria social.

EL MOVIMIENTO SOCIAL DE APOYO A LA GUERRA EN LA PROVINCIA DEL CHACO

Cerrando filas con las autoridades dictatoriales, el gobierno militar de la Provincia a cargo del Coronel José David Ruiz Palacios, dio directivas para la realización de actos públicos, escolares, misas, etcétera, al mismo tiempo que ponía su atención en controlar las acciones que surgían por iniciativa popular.

En los días previos al desembarco en las Islas Malvinas, cuando se vivía la tensión por las maniobras en el Atlántico Sur, un cartógrafo distribuía en los comercios céntricos mapas de la República Argentina con las Islas sureñas marcadas con círculos rojos, lo que provocaba reacciones de apoyo.

Durante el lapso de la guerra los medios de comunicación difundieron las declaraciones de los partidos políticos, todos ellos apoyando la guerra; los partidos de izquierda

incluían las críticas y demandas al gobierno militar. Pero también se expresaban en el mismo sentido las organizaciones sociales, asociaciones profesionales, clubes y aún las empresas que incluían en sus publicidades las consignas de victoria y gloria nacional.

La organización de las acciones

A una semana de la ocupación de Puerto Argentino se constituyó la Comisión de Movilización Social para el Esfuerzo de Retaguardia – COMOSER -, cuya primera actividad fue instalarse en la plaza central de Resistencia para reclutar voluntarios, entre quienes se contaban varones y mujeres, jóvenes y ancianos, de distinta extracción social.

Una semana después el COMOSER tenía una carpa permanente en la Plaza Central y organizaba las acciones de acuerdo a prioridades: establecimiento de un banco de sangre viviente, para lo cual registraban a los dadores voluntarios, convocaban a médicos, bioquímicos y técnicos para el registro de las características de la sangre y recibía donaciones del instrumental y antisueros para realizar las extracciones y almacenamiento de la sangre; por otra parte se ocupaban de la confección de pasamontañas de color verde a cargo de mujeres que tejían las lanas donadas por los comerciantes.

Mientras COMOSER estaba en pleno funcionamiento, el gobierno provincial convoca a la creación de la Comisión de Apoyo a la Recuperación de Malvinas – CARIM -. Estaba presidida por el mismo gobernador Ruiz Palacios y participaban funcionarios de gobierno, comisionados municipales y un importante sector de la población; funcionaba en las amplias instalaciones del club más importante de Resistencia, Chaco For Ever.

CARIM se organizó en subcomisiones: deportes, cultura, juvenil, damas, alcancías y necesidades urgentes. En las instalaciones del club se tejían mitones y se preparaban raciones para los soldados.

Las autoridades de CARIM establecían las prioridades en cuanto a las donaciones que se recibirían, comprendían ropa de abrigo, leña, artículos de higiene y alimentos envasados. De esta manera CARIM se constituía en el nexo entre la población y las autoridades del Regimiento con asiento en Resistencia.

A principios de mayo las autoridades del Regimiento y las autoridades de CARIM solicitan a la población que se “abstengan de donar en especies dado que se ha excedido

la capacidad de transporte”; por este motivo CARIM pasó a tener como única actividad la recaudación de dinero en efectivo, y se fueron vaciando las instalaciones del club. El COMOSER continuó actuando hasta el fin de la guerra, sus últimas acciones fueron el envío de cartas a distintas partes del mundo, explicando los derechos de Argentina sobre las Islas.

Los voluntarios

En distintas ciudades de la provincia se registraban como voluntarios personas impulsadas por motivaciones que trascendía el “esfuerzo de retaguardia”, como denominaban sus acciones las comisiones organizadoras.

Algunos se ofrecían para estar en el frente de guerra:

Un vendedor de diarios, paraguayo, se ofreció como soldado voluntario y quedó a disposición de las Fuerzas Armadas.

En Presidencia Roca el Comisionado informó que dos ciudadanos se ofrecían como voluntarios hasta para actuar en acciones suicidas, si fuere necesario.

Un jubilado ferroviario se ofreció para el servicio que fuere: *“Estoy dispuesto incluso a ser una bala humana, me ofrezco para morir por mi patria, ya viví muchos años y estoy agradecido a dios por todo lo que me ha dado. Están matando a nuestros hijos con alevosía, mientras nosotros luchamos con nobleza.”* (Diario Norte, 14-05-82)

En el Registro de voluntarios de Quitilipi, en la primera jornada de inscripción se habían registrado 60 nombres, en su mayoría jóvenes de entre 20 y 25 años, un médico y tres enfermeras, todos con el deseo expreso de concurrir a las Islas Malvinas.

Para otros, Malvinas se vislumbraba como una oportunidad para el cambio de condiciones de existencia, estableciéndose en el territorio recuperado:

Un voluntario de 39 años, empleado, dispuesto a radicarse definitivamente en Malvinas con su familia. “Yo no soy un intelectual, soy un obrero acostumbrado a poner el hombro de sol a sol. Hay mucho que hacer y habrá lugar para obreros e intelectuales por igual. Todos estamos entusiasmados con la idea de radicarnos alguna vez en Malvinas.” (Diario Norte, 15-04-82)

En Casa de la Cultura de Sáenz Peña se realizaba la inscripción de voluntarios, en dos días se inscribieron más de 50, entre ellos jóvenes de 13 años; profesionales abogados, médicos y arquitectos; dos familias solicitaron residencia en las islas.

La búsqueda de la integración a la Nación

El Chaco fue una de las últimas áreas que se incorporaron al territorio nacional a mediados del Siglo XIX, con una corriente migratoria europea y con la campaña militar contra los habitantes originarios. También fue una de las últimas en institucionalizarse, adquirir el rango de provincia y tener su propia constitución en el año 1951.

Esta historia la marca como una región periférica y explica el sentido de muchas acciones colectivas.

Las acciones del movimiento social se proyectaban hacia las islas, en el sentido de incorporarlas a la nación, de ejercer soberanía sobre ellas, pero al mismo tiempo estaba presente un mensaje que expresaba las aspiraciones para que el Chaco fuera reconocido como parte efectiva de esa Nación.

Se pensaba en la organización institucional del territorio recuperado, con la creación de escuelas, bibliotecas, unidad militar, sede de gobierno, donde estuviera presente el aporte chaqueño.

En Las Palmas, la Comisión del Centenario de la ciudad creada para organizar los festejos del próximo 10 de mayo resolvió que *“los frutos de nuestro esfuerzo - pueblo, comercio e instituciones - y aportes para esta celebración sean destinados a la construcción de una Escuela Argentina en Islas Malvinas.”* (Diario Norte, 11-04-82)

En Resistencia se formó una comisión para lograr la creación de una biblioteca pública en lengua castellana para que ejerza su influencia cultural en las Islas Malvinas. Lleva también el propósito de afirmar la presencia de este pueblo porque *“el Chaco tiene muchos hijos que se hallan prestando servicios”*. (Diario Norte, 13-04-82)

El Sindicato de Prensa impulsó una campaña tendiente a recolectar textos y libros de cualquier especie que serían girados al sur del país para engrosar la primera biblioteca argentina en las Islas Malvinas; se pedía que cada texto donado llevara impreso una dedicatoria firmada para los *malvinenses* *“que desde el 2 de abril son también nuestros hermanos”*. (Diario Norte, 15-04-82)

Propietarios de librerías decidieron formar una biblioteca en Malvinas exclusivamente compuesta por textos en español, entregando los primeros muchos de los cuales tienen que ver con las leyes argentinas: Código Civil, Penal, de Comercio.

La Unión Personal Civil de la Provincia donó a la guarnición militar Resistencia una talla en palo santo del Cristo crucificado realizada por el sacerdote Alberto Ulrico,

bendecida en misa, para ser entronizado en la primera unidad militar a crearse en las Islas Malvinas.

La Escuela de Bellas Artes de la provincia realizó un remate de obras plásticas donadas por sus creadores, plásticos chaqueños, destinando lo recaudado al fondo Patriótico; algunas de las obras se destinaban a la sede de la gobernación de las Islas Malvinas.

En la escuela 835 Armada Argentina de Villa Río Negro se izó en el mástil del establecimiento la bandera que un soldado chaqueño izara en las Islas Orcadas del Sur y en la Base Ejército Esperanza en oportunidad de la campaña antártica 1978-79, el pabellón fue donado a esa escuela en 1979 luego que el soldado lo puso a disposición del ministerio de educación de la provincia.

Las corporaciones y las medidas contra el enemigo

Por parte de las corporaciones, hubo iniciativas económicas anti británicas:

La Federación Médica del Chaco y el Colegio Farmacéutico llamaron a sus afiliados a no prescribir medicamentos de origen británico, de los laboratorios Glaxo, Welcome, Icifarma, ni recibir a sus representantes en calidad de tales.

Los productores agrarios convocaron a rechazar la adquisición de agroquímicos (venenos, herbicidas, fertilizantes) o productos veterinarios de cualquier tipo que sean elaborados por laboratorios de la Gran Bretaña: Cooper, Shell, I.C.I., y Duperial. La agresión debe ser rechazada enérgicamente en todos los frentes y este es uno de ellos.

La Asociación de Viajantes del Chaco aconsejó a sus afiliados que se abstengan de comercializar productos de origen británico y recomendaba a la población no consumir artículos del citado origen.

El Club de Leones de Barranqueras rompió con la central de EEUU que tiene su sede en Oak Brook, Illinois, “*mientras esa nación apoye la injusta agresión británica con motivo de la recuperación de las islas Malvinas*” (Diario Norte, 09-05-82) invitaban a los clubes hermanos de la región a adherir a la medida.

El cuidado de los soldados

El cuidado es, siguiendo a Todorov (1993), la toma en consideración de seres individuales en su alteridad, integra el sistema moral de las virtudes cotidianas, junto al sistema de las virtudes heroicas, las que se esperaban de los soldados.

La mayor parte de las actividades de la población tenía como objetivo acompañar y cuidar a los contingentes de soldados que eran convocados por las fuerzas Armadas para su movilización hacia el territorio en conflicto.

Tanto los hombres y mujeres mayores, que no serían convocados al frente, cuanto los más jóvenes, en su mayor parte estudiantes de escuelas primarias y secundarias, mostraban con hechos su solidaridad hacia la generación que marchaba al frente.

Las donaciones

Las primeras iniciativas tuvieron que ver con la recolección de alimentos, ropa de abrigo y artículos de higiene, lo que se lograba tanto a nivel personal y familiar, cuanto desde las organizaciones educativas, sindicales, profesionales y de la economía chaqueña.

La Asociación de productores arroceros de Chaco y Formosa hizo efectiva una donación de cien toneladas de arroz destinados a los efectivos militares que se encuentran en las Islas Malvinas; la Cámara de Comercio entregó comestibles; la ciudad de Las Palmas donó 6 mil kilos de carne; la Asociación Chaqueña de Cosmetólogos impulsó una campaña para reunir cremas humectantes y lubricantes destinados a los soldados que sufren los rigores del frío.

Gran parte de las actividades de las comisiones COMOSER Y CARIM estaban orientadas a este objetivo, como ya se dijo a principios del mes de mayo se había saturado la capacidad para almacenar y transportar la mercadería recolectada.

Un papel relevante lo cumplieron los estudiantes secundarios para quienes, como generación, se trataba de la primera acción política que desarrollarían. Convocados por distintas instituciones: educativas, políticas, religiosas y las comisiones creadas ad hoc, eran los que llevaban adelante las campañas de recolección de víveres y ropa, de dinero, los que escribían cartas a los soldados en el frente.

A mediados del mes de mayo el gobierno de la provincia dispuso la habilitación de una cuenta especial en el Banco del Chaco, bajo el n 33.000/9 "FONDO CHAQUEÑO MALVINAS ARGENTINAS", ya que *“ha estimado oportuno contribuir a facilitar a toda la comunidad que pueda participar en tan loable iniciativa”*. (Diario Norte, 01-05-82)

A este fondo aportaron en efectivo los trabajadores, desde sus lugares de trabajo o desde los sindicatos, los colegios profesionales, empresarios, colectividades extranjeras y organizaciones de distinta naturaleza.

Así, se sucedieron las donaciones de un jornal por parte de los trabajadores que siempre se identificaban según la organización de pertenencia: docentes de escuela, empleados de una empresa, agentes de una repartición pública, afiliados de un sindicato.

Por otra parte, los montos en dinero identificados como donaciones de: Sociedad Rural, Productores Forestales, Colegio de Odontólogos, Asociación de enfermería, Colectividad Paraguaya, Asociación Israelita, Comunidad Aborigen.

El madrinazgo

Se trató de una acción de cuidado efectivo y directo de los soldados.

La comunidad paraguaya residente en el Chaco, se plegó a las actividades de apoyo a las tropas argentinas con sus aportes en comestibles y en dinero, pero también tuvieron la iniciativa de proponer el “sistema de madrinazgo de guerra voluntario” para acompañar a los soldados convocados por las Fuerzas Armadas. (Diario Norte, 25-04-82), un veterano de la Guerra del Chaco se ocupó de realizar la inscripción de las voluntarias en las instalaciones del Club Guaraní.

Solanas Pacheco, citado por Guber (2004), atribuye la iniciativa del sistema de madrinazgo al gobernador militar de la provincia, podemos inferir que, ante la propuesta de los paraguayos, el gobierno tomó el control de ese sistema.

La comunidad paraguaya traía al presente así, la experiencia vivida durante la Guerra del Chaco, que se desarrolló entre los años 1932 y 1935, en la que confrontaron Bolivia y Paraguay, y que culminó con la victoria del Paraguay.

En la Guerra de Malvinas, las Madrinas se ocupaban de conocer la situación y necesidades de los soldados y hacer de nexo comunicativo con la familia de esos soldados. Se trataba de mujeres con posiciones sociales privilegiadas y acceso a la información, mientras que la mayoría de las familias vivían en ciudades y pueblos del interior con dificultades para comunicarse.

LA CRÍTICA AL APOYO A LA GUERRA

Las voces que se oponían a la guerra fueron acalladas, no había espacio para hablar acerca de la posible derrota, de la ineficacia de los militares argentinos, del destino de los jóvenes en el frente.

Se da cuenta de un episodio donde se detuvo a un ciudadano, trabajador en una institución oficial de Sáenz Peña, que cuestionó algunos conceptos de la charla que daba un militar.

En un diario local se publicaban viñetas humorísticas de un conocido autor que se caracterizaban por la ironía al tratar el tema de la guerra; fueron reemplazadas por las viñetas de otro autor que ponía el énfasis en el nacionalismo y la victoria.

Desde la memoria autobiográfica, hemos detectado en un trabajo anterior (Pratesi y otros, 2005) una autocrítica de quienes participaron en las actividades de apoyo a la guerra, muchos asumiéndose como irresponsables hacia la situación de los soldados que combatían. Sin embargo en las ceremonias conmemorativas, los discursos valoran, junto a los héroes, a la sociedad que los acompañó.

Hubo intelectuales argentinos que, en el mismo momento de la guerra, la criticaron duramente. Desde el exterior se expresaron algunos exiliados como Néstor Perlongher desde Brasil y León Rozichner desde Venezuela.

En el caso de Perlongher, se dirigía con sarcasmo a la izquierda que apoyaba a la guerra por su carácter antiimperialista, proponiendo una consigna: *“Todo el poder a Lady Di”*.

León Rozichner (1998) increpa duramente al pueblo argentino: *“El pueblo argentino tiene que enjuiciarse a sí mismo. No habrá un destino diferente en la Argentina a no ser que también la mayoría de la población, comprometida en la aventura de las Malvinas, asuma las responsabilidad social de haberse convertido en cómplice de una guerra ofensiva conducida por unas fuerzas armadas compuesta de asesinos, ladrones y violadores, y haber quedado marcada, prolongando el genocidio militar, por el sacrificio de sus propios hijos. Para comprometerse en semejante oprobio hubo que doblegar y vaciar de sentido humano a la vida, degradarse como pueblo y aceptar esta degradación como un noble destino. Pueblo que vio morir a esos adolescentes que mandó alegremente a la muerte, y que los desconoció, y desvió la mirada cuando volvieron derrotados y hechos mierda. Que aceptó sin conmoverse, siguiendo alegremente la estupidizada vida cotidiana, que 206 sobrevivientes se suicidaran. Eso*

fue lo que vivieron los combatientes al volver con los "suyos": descubrir el más innoble e ignominioso de los abandonos.” (1998)

De los intelectuales que permanecían en el país, Beatriz Sarlo mantuvo una posición antibélica y la reivindica más tarde:

“Sólo después, cuando (como escribe Altamirano) quedó patente que <<un sentimiento y una reivindicación legítimos habían sido jugados en una aventura militar cuyo precio era la mutilación de otra generación de jóvenes argentinos>>, sólo entonces el discurso antibélico de algunos intelectuales se cruzó con aquellos que pretendíamos convencer. Durante los episodios de la guerra, los pacifistas-derrotistas estábamos demasiado lejos. ¿Estábamos por eso equivocados? ¿Nos equivocábamos porque éramos inaudibles? ¿Nos equivocábamos porque no nos sumamos a la fiebre beligerante de un viejo reclamo territorial que movilizó a multitudes y, entre ellas, a cientos de intelectuales?” (1994)

Por su parte Verbitsky (2006) niega que en sus comienzos la guerra hubiera tenido el apoyo de la población, aún cuando se dieron manifestaciones espontáneas de júbilo. Se refiere a una encuesta periodística realizada a una semana del desembarco en las islas, en la cual sólo el 27,5% de los encuestados se declaraban por la guerra. Los que estaban en contra argumentaban en defensa de los jóvenes que iban a morir, en la certidumbre de la derrota, en las condiciones internas del país, etc.

REFLEXIONES FINALES

Del relevamiento de las acciones populares en apoyo a la guerra, podemos decir que el contenido de muchas de esas acciones muestran que la Argentina era (y es) un territorio diferenciado en regiones centrales y periféricas, y que estas últimas vieron en la situación de guerra con una potencia exterior, una oportunidad política para reclamar su lugar simbólico y su derecho a ser parte de la nación, a una mayor integración en esa “comunidad imaginaria que crea un cierto tipo de vínculo entre miembros de una población de decenas de millones” (Hobsbawm, 1998:158)

Por otra parte, las críticas que los intelectuales hacen al apoyo a la Guerra de Malvinas, suponen que la guerra se produjo en un momento en que la sociedad argentina estaba moralmente armada, con sus redes vinculares lo suficientemente fuertes como para oponerse a una decisión dictatorial y negarse a enviar sus hijos a la guerra.

Hoy (y entonces) está claro que estas condiciones no se daban; el mismo Rozitchner en su feroz crítica dice *“Todo lo que en la materialidad de los hechos, y su inscripción moral (en sentido guerrero, como cuando se dice: la moral del soldado), se requería para vencer estaba jugado de antemano: en la destrucción anterior del país, en su política interior e internacional.”* (2005:89).

Ante una realidad que se imponía de hecho, el conjunto de la sociedad optó por acompañar y cuidar de sus soldados, ejerciendo actos de virtud cotidiana y no los actos heroicos como esperarían los intelectuales críticos.

Se trató de un movimiento social que introdujo a la vida política a una nueva generación, muchos de cuyos miembros integrarían más tarde los movimientos por los derechos humanos, los partidos políticos y, en la actualidad, están desarrollando una carrera política en la provincia. Cabe una investigación particular sobre esta “Generación de Malvinas”.

Referencias Bibliográficas

- GRUPO DE DISCUSIÓN SOCIALISTA “Por la soberanía argentina en Malvinas: por la soberanía popular en Argentina. En: Rozitchner, León *Malvinas: de la guerra sucia a la guerra limpia. El punto ciego de la crítica política*. Buenos Aires: Losada. 2005
- GUBER, Rosana *¿Por qué Malvinas?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- *De Chicos a Veteranos. Memorias Argentinas de la Guerra de Malvinas*. Buenos Aires,: Editorial Antropofagia - Ides. 2004
- HOBBSAWM, Eric. *La Era del Imperio, 1875-1914*. Buenos Aires: Crítica.1998
- PRATESI, Ana Rosa; Koselak, A; Mazzaro, M.A. y Muchutti, A. *Hitos sociales y políticos en la memoria autobiográfica de adultos del Nordeste Argentino*. XXIV Encuentro de Geohistoria Regional. Instituto de Investigaciones Geohistóricas- CONICET. Facultad de Ciencias Naturales y Museo – UNLP. Resistencia, 9, 10 y 11 de septiembre de 2004
- PRATESI, Ana Rosa, Gómez, M.V.; Lovisa, G. y Mazucchi, M. C. *Inscripción de la memoria de la Guerra Malvinas en tres ciudades del Nordeste argentino: Corrientes, Resistencia y Reconquista*. XXV Congreso de la Asociación Latinoamericana de sociología. Porto Alegre, Brasil. 22 al 26 de agosto de 2005.
- PRATESI, Ana Rosa; Koselak, A; Muchutti, A. y Herrera, N. *La Guerra de Malvinas en la memoria autobiográfica de adultos del Nordeste argentino*. XXV Encuentro de Geohistoria Regional. Ministerio de Educación y Cultura de la Provincia de corrientes. Corrientes, Argentina. 25 al 27 de agosto de 2005.
- ROZICHNER, León “Recordando” En: Revista Lote nº 11. Edición electrónica. <http://www.revistalote.com.ar/nro011/rozitch.htm> 1998
- *Malvinas: de la guerra sucia a la guerra limpia. El punto ciego de la crítica política*. Buenos Aires: Losada. 2005
- SARLO, Beatriz. ¿La voz universal que toma partido? Crítica y autonomía. En: Revista *Punto de Vista* N° 50, diciembre 1994, Buenos Aires. Disponible en: <http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/SARLO%20-%20ARGENTINA.pdf>. En marzo de 2006.
- TODOROV, Svetlan .Frente al límite. México: Siglo XXI. 1993
- VERBITSKY, Horacio. *La última batalla de la Tercera Guerra Mundial*. Buenos Aires, Página 12 y Ed. Sudamericana.2006

Fuente: Diario Norte de Resistencia. Meses de marzo, abril, mayo y junio de 1982.

Coacción y acumulación. El caso de las Ligas Agrarias Chaqueñas 1971-1976

Jorge Próspero Roze

Dr. en Ciencias Antropológicas (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

Master en Sociología Rural (CLACSO)

Consejo Nacional de Investigaciones Científica y Técnicas – CONICET Argentina

Universidad Nacional del Nordeste – Argentina

jorgeroze@gigared.com

RESUMEN

Indagamos la historia reciente y su memoria para explicar la construcción de territorios sociales al interior de los sistemas productivos en la región del Nordeste Argentino y particularmente del Chaco. Hemos avanzado en los procesos de transformación en la provincia del Chaco en los últimos 50 años donde hicimos observables la dinámica de diferentes procesos socioeconómicos y los cambios en el sistema institucional y político así como la dinámica de las clases sociales. Un avance y renovado intento de comprensión refiere a hacer observable la influencia de la coacción en la constitución de las formas sociales y culturales y en la acción de los grupos e individuos. Cuando hablamos de coacción hacemos referencia a una amplia gama de procesos vinculados con el uso de alguna fuerza con distintos niveles de materialidad incluyendo las formas disciplinarias, coactivas, judiciales, delictuales. En este trabajo enfocaremos los diferentes aspectos que adquiere la coacción en relación con la génesis, el desarrollo y la disolución de la Ligas Agrarias Chaqueñas, movimiento de productores agrarios que se desarrolla entre 1971 y 1976 constituyendo una situación original en términos de acción de las fracciones agrarias en Argentina.

Palabras Claves: Coacción, Ligas Agrarias, Chaco/Argentina

ABSTRACT

We investigated the recent history and its memory to explain the construction of social territories inside of the productive systems in the Argentine Northeast region and particularly in the Chaco region. We have studied the processes of transformation in the province of the Chaco in the last 50 years where we noticed the dynamics of different socioeconomic processes and the changes in the institutional and political system as well as dynamics from the social classes. The advance and the renewed attempt of understanding have to do with the making of the influence visible of the coercion in the constitution of the social and cultural forms and in the action of the groups and individuals. When we speak of coercion we make reference to an ample range of processes linked to the use of some force with different levels of materiality including the disciplinary, coercive, judicial and criminal forms. In this work we focus on the different aspects that the coercion in relation to the genesis, the development and the dissolution of the Agrarian Leagues of Chaco acquired, movement of agrarian producers that is developed between 1971 and 1976 constituting an original situation in terms of action of the agrarian fractions in Argentina.

Key Words: Coercion, Agrarian Leagues, Chaco/Argentina

Indagamos la historia reciente para explicar la construcción de territorios sociales en el seno de los distintos sistemas productivos en la región del Nordeste Argentino y particularmente del Chaco.

Hemos avanzado en el estudio de los procesos de transformación en la provincia del Chaco en los últimos 50 años donde hicimos observables el desarrollo de diferentes procesos socioeconómicos y los cambios en el sistema institucional y político, así como la dinámica de las clases sociales.

Entre las formas que podían tomar las acciones de las distintas fracciones sociales registrábamos situaciones de violencia⁶ formando parte del proceso de construcción de nuevas territorialidades.

Un avance de la investigación y renovado intento de comprensión refiere a hacer observable la influencia de la coacción en la constitución de las formas sociales y culturales y en la acción de los grupos e individuos. Cuando hablamos de coacción hacemos referencia a una amplia gama de procesos vinculados con el uso de alguna fuerza con distintos niveles de materialidad. Referimos tanto a las formas que adquiere el empleo de las fuerzas armadas del estado en la imposición de su monopolio, en todas sus instancias, tanto de la organización de esas fuerzas: militares, policía, gendarmería, etc.; a alcance territorial, nacional o provincial, etc.; como a las formas disciplinarias, coactivas, judiciales, delictuales, etc.

Además referimos a las formas coactivas no estatales que se generaron en el período, tanto como grupos armados militantes, para-policiales, como así también diversas formas de presión de masas.

No se trata de hacer una descripción, relato o enumeración exhaustiva de las formas que pudo adoptar la violencia en el interior de la sociedad – o hacia el exterior como en la guerra de Malvinas-, sino de explicitar el doble juego: por un lado **las formas sociales que el uso de ciertas formas de coacción constituyeron en los territorios**; por otro lado, las particularidades que pudo adoptar la coacción en diversas situaciones y territorios de acuerdo con elementos propios de su composición social para, de ese modo, introducir determinadas vecciones a los procesos.

Establecemos relaciones entre diversas formas coactivas operantes en el conjunto social, en las configuraciones particulares de los distintos sistemas productivos provinciales – hacemos referencia a lo que se han denominado “economías regionales”- y las estructuras políticas, sociales y culturales que la dinámica de las clases sociales locales ha estructurado, nos abre una dimensión de análisis con amplias posibilidades heurísticas, y la posibilidad de avanzar en oposición a las causalidades predominantemente económicas (precios, mercados, rendimientos, tecnología, etc.), o políticas en términos de decisiones estatales de mercado exterior, promociones, retenciones, etc. Esto permite mostrar la acción de grupos, sectores, instituciones, orientadas a imponer, a través de diversas formas coactivas determinados mecanismos; en el mismo sentido opera el análisis del juego de resistencias que determinan otras instancias y niveles de coacción sobre los individuos.

En este trabajo haremos mención a los diferentes aspectos que adquiere la coacción en relación con la génesis, el desarrollo y la disolución de la Ligas Agrarias Chaqueñas, movimiento de productores agrarios que se desarrolla entre 1971 y 1976 constituyendo una situación original en términos de acción de las fracciones agrarias en Argentina.

⁶ Definimos “violencia” como el proceso de destrucción de relaciones sociales y construcción de nuevas.

Antecedentes

La articulación entre formas coactivas, capital y la configuración política de los estados; en relación con procesos de larga duración, son analizados en la perspectiva histórica de la Europa de los últimos 10 siglos por Charles Tilli, quien analiza el par acumulación-concentración de capital y acumulación-concentración de medios coercitivos.

Un importante antecedente en el ámbito de la investigación lo constituye el estudio **Proceso de Génesis, Formación y Acumulación de Valor y Poder en la Sociedad Argentina**. Programa general de investigaciones del Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales (CICSO) entre 1980-1984 dirigido por Juan Carlos Marín, en el que participé como miembro del Centro; y en la misma línea la investigación sobre la “Conflictividad social en México entre 1994 y 1999” y. en las investigaciones del Programa de Investigación en Cambio Social (PI.CA.SO.) del Instituto Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, todas ellas también orientadas por J.C. Marín

La relación entre formas coactivas y construcción de identidades en el seno de nuestras sociedades posfordistas ha sido estudiada por Susana Murillo (1999) Ernesto Motto (2005) y Roze (1999).

El ejercicio de la coerción en la constitución de nuestros territorios, fue instrumentada sobre los habitantes originarios, ya sea trasformándolos en mano de obra para futuros procesos productivos (Iñigo, 1973) u operando su desplazamiento, eliminación, etc. en aras de la constitución de un *desierto* a ser puesto en producción. Finalmente, esta líneas de reflexiones constituyen una parte substancial de mi investigación sobre Inundaciones Recurrentes en el Nordeste Argentino realizadas a lo largo de la década del '90 (Roze, 2003).

Es decir, se trata de un avance en el estudio de la dinámica de la región Nordeste Argentino y Chaqueña, a la par que un avance en la comprensión del impacto de la globalización en los territorios marginales a los procesos de globalización.

I. Sobre la coacción y coerción⁷ en los procesos sociales

La necesidad de diversas fracciones sociales, capitales o grupos económicos de instrumentar procesos de acumulación históricamente ha sido indisoluble de diversas formas de coacción a través del uso de la violencia⁸.

Desde visiones opuestas, tanto K. Marx como M. Weber hacen presente las formas coactivas que hicieron posible la instauración del sistema capitalista en el ámbito de relaciones feudales en descomposición; tanto por la acción de diferentes clases

⁷ El diccionario de la Real Academia Española define: **coacción**. (Del lat. *coactio*, -*ōnis*). 1. f. Fuerza o violencia que se hace a alguien para obligarlo a que diga o ejecute algo. 2. f. Der. Poder legítimo del derecho para imponer su cumplimiento o prevalecer sobre su infracción. **coerción**. (Del lat. *coercio*, -*ōnis*). 1. f. Presión ejercida sobre alguien para forzar su voluntad o su conducta. 2. f. Represión, inhibición, restricción

⁸ Con toda claridad Marx hace referencia a “la violencia como potencia económica” y como “partera de la historia”

propietarias (Marx [1867] *Capítulo XXIV La llamada acumulación originaria*) como de diversas instancias estatales (Weber 1956 *Capítulo IV. El origen del capitalismo moderno*).

El proceso de expansión del capital sobre nuevos territorios -excepto cuando excepcionalmente se produce sobre un territorio no habitado-, supone el desplazamiento de la población original; o la conversión de esa población en mano de obra, -para lo cual es necesario alterar el sistema por el cual producían sus condiciones de vida-; o el vaciamiento del territorio, lo que resultó en el conjunto de genocidios de grupos originarios, ya sea a través de expediciones militares⁹, de traslado masivo de grupos derrotados¹⁰; o la creación de “reservas”, o la combinación de estas estrategias. En todos los casos se operan formas de coacción en una amplia gama de alternativas.

En las sociedades modernas -bajo la imagen de la armonía del mercado-, la dinámica de la producción se desarrolla en una incesante lucha entre productores: de la misma rama en el mercado, donde fracciones más concentradas de capital desplazan sectores menos constituidos; en términos de oferentes y demandantes entre productores de materias primas y manufactureros, entre manufactureros en procesos de producción; cuando se introducen innovaciones, tecnología, etc.

Es ingenuo pensar que esa competencia se desarrolla exclusivamente en el mercado bajo sus leyes particulares¹¹; tanto la construcción de nuevos territorios¹² como la lucha económica entre capitalistas se despliegan en diferentes ámbitos y con un sinnúmero de instrumentos, donde se hacen presente todas las formas posibles de coacción y coerción.

En ese sentido Elías (1970:212) señala:

Dicho de otra manera, no se trata sólo, como les parece en la mayoría de los casos a los propios protagonistas, de conflictos y tensiones, personales y en cierto modo accidentales que puedan considerarse, según la perspectiva de cada uno de los grupos implicados, como un efecto de la maldad personal o como una consecuencia del particular idealismo de uno u otra de las partes. Son conflictos y tensiones insertos en una determinada estructura. Ellos y su desenlace constituyen en muchos casos la pieza nuclear de un proceso de desarrollo.

En igual sentido, a los efectos de hacer observables los procesos de coerción operantes en la vida social no podemos dejar de lado la acción de los aparatos del estado.

Cuando Max Weber, define el Estado moderno, el único elemento original constitutivo que encuentra en sus indagaciones, es el monopolio legítimo de la violencia física¹³. En

⁹ Como las “campañas del desierto” en Argentina

¹⁰ El caso del pueblo Quilmes en Argentina.

¹¹ Las limitaciones de los modos de acción posibles que suponen las transacciones en el ámbito del mercado (la esfera de la circulación o del intercambio de mercancías) son claramente demostradas en la obra magna de Marx (1857). Para entender, por ejemplo el origen de la ganancia capitalista es imprescindible dejar el ámbito del mercado para pasar al análisis de otra forma social: la fábrica. Cfr. Capítulos IV y V.

¹² Cuando hablamos de territorios hacemos referencia al ámbito de producción de relaciones sociales.

¹³ «En última instancia sólo se puede definir el Estado moderno, sociológicamente, partiendo de su medio específico, propio de él así como de toda federación política: me refiero a la violencia física. “Todo estado se basa en la fuerza”, dijo Trotski en Brest-Litovsk. Así es, en efecto. Si sólo existieran estructuras

este punto señalemos que el ejercicio de ese monopolio no es sólo una precondition del dominio de un estamento o clase, sino un elemento imprescindible para la existencia del mercado, la ciudadanía y el conjunto de instituciones y aparatos que deben construir una ficción de armonía entre las clases sociales.

El orden social igualitario que una imagen ingenua del estado pretende hacer presente, muestra sus múltiples determinaciones al develar la lucha política –es decir, los enfrentamientos en torno al manejo de los aparatos del estado- y las operaciones que desde estos aparatos despliegan los cuadros orgánicos de distintas fracciones de burguesía a los efectos de favorecer el desarrollo de determinadas fracciones de capital en detrimento de sectores competitivos.

Así, los procesos coactivos se diluyen en la percepción de la historia a partir de tres obstáculos epistemológicos:

- a. se constituyen como no observables,
- b. no se establecen conexiones con otros procesos y
- c. son naturalizados

a. dificultades en la observabilidad de la guerra

Si bien una parte importante de la historia y los hitos de referencia se estructuran alrededor de las guerras; el concepto “guerra” nunca es definido ni connotado mas allá de lo fenomenológico, donde se establecen dos modelos normativos; la guerra entre naciones y la guerra civil; en ambos los observables refieren predominantemente al momento de los enfrentamientos, de los combates, el uso de armas o fuerzas armadas.

La dificultad de definir una situación de guerra opera además a partir de la subjetividad de los individuos; situaciones donde muertos, heridos y prisioneros se instalan en lo cotidiano en “hechos” protagonizados por grupos armados regulares e irregulares definirían claramente que la situación no es de “paz”, no obstante la resistencia de los individuos a concebir que a pesar de su autopercepción viven una situación de guerra se constituye en obstáculo para el estudio de los procesos de la historia reciente¹⁴.

A modo de ejemplo en un estudio riguroso el sociólogo Juan Carlos Marín (1984) registra los hechos beligerantes ocurridos en Argentina entre 1973 y 1976 y construye una base de 8.509 hechos armados. De allí señala la situación de guerra civil en Argentina.

Ahora bien, si indagamos la subjetividad de la mayor parte de la población incluyendo intelectuales, comunicadores, periodistas, familiares de combatientes, de desaparecidos,

políticas que no aplicasen la fuerza como medio, entonces habría desaparecido el concepto de “Estado”, dando lugar a lo que solemos llamar “anarquía” en el sentido estricto de la palabra. Por supuesto, la fuerza no es el único medio del Estado ni su único recursos, no cabe duda, pero sí su medio más específico. En nuestra época, precisamente, el Estado tiene una estrecha relación con la violencia. Las diversas instituciones del pasado – empezando por la familia – consideraban la violencia como un medio absolutamente normal. Hoy, en cambio, deberíamos formularlo así: el Estado es aquella comunidad humana que ejerce (con éxito) el monopolio de la violencia física legítima dentro de un determinado territorio». Weber. [1919]

¹⁴ Respecto de las situaciones posibles en términos de una teoría de la guerra, Clawsewitz es muy claro al respecto. La situación entre grupos beligerantes por el dominio de territorios puede ser de guerra, de tregua o de paz. La paz, supone que la situación beligerante se suspendió porque alguno ha sido derrotado.

aún los propios combatientes, la gran mayoría niega que la situación fuera de guerra, y se usan eufemismos del tipo “terrorismo de estado”.

b. La coacción como registro aislado

Otro problema en relación con el estudio de alguna lógica de los procesos sociales vinculados con la historia y memoria refiere a la forma en que se procesan los hechos de coacción al momento de su observación, estableciéndose una notable disociación con los contextos sociopolíticos o los procesos económicos en cuya lógica se inscriben. La más burda de las construcciones en ese sentido refiere a la denominada “teoría de los dos demonios” con la que la burguesía argentina y sus cuadros orgánicos intentaron explicar la existencia de muertos, prisioneros, desaparecidos durante la dictadura militar argentina entre 1976 y 1983¹⁵.

Si separamos las formas coactivas de la lucha por la constitución de territorios, es decir las alienamos de lo político como constituyente o de lo económico como potencial de acumulación, los hechos se constituyen como singularidades, como anomalías, como sucesos fuera de la lógica de la vida social.

En el período de protesta social y a posteriori, los estudios del período explicaban relaciones entre grupos de acción y fracciones populares, subalternas en la defensa de sus derechos, pero en contados casos se investigaron, por ejemplo, las relaciones entre los comandos de derecha y los cuadros orgánicos de diversas fracciones de burguesía¹⁶.

c. La naturalización de la coacción

Un tercer obstáculo para la comprensión de los procesos sociales en el registro de la memoria refiere a la naturalización de una amplia gama de acciones que ejercen efectos coactivos sobre fracciones sociales, sujetos o grupos.

Tanto en término de defensa de derechos humanos o de ciudadanía como de acciones represivas, los grupos sociales instrumentan formas de coacción que se instituyen socialmente y se normalizan en la percepción. Grupos de autodefensa, guardaespaldas armados, “comandos” desde sectores no estatales; y el ejercicio de funciones no legales o no legítimas por parte de los miembros de los aparatos del estado son asumidos sin crítica en la vida cotidiana de las sociedades.

El término “civilización” constituyó el paradigma, la norma moral, la determinación del sentido de la historia y cualquier fuera la oposición que se presentara al “proceso civilizatorio” se sustentaba como “barbarie” constituyendo así la deshumanización de aquellos que intentaban sostener el control de sus territorios.¹⁷ De allí al genocidio, la

¹⁵ dos grupos poseídos por la maldad; los “subversivos” y el “estado genocida”, al margen de la sociedad argentina protagonizaron los hechos de violencia. Como los combates de los dioses griegos donde los humanos son observadores y/o víctimas.

¹⁶ En el Chaco, operaba un denominado “Comando de Organización” que ejercía acciones contra luchadores sociales. Nunca se estudiaron las relaciones entre el “Comando...” y los funcionarios del gobierno provincial o sus partidos.

¹⁷ La construcción de la norma necesariamente se sirvió de las ciencias humanas, particularmente del positivismo en todas sus variantes. Cfr. Foucault.

sumisión, la “pacificación” formaban parte del proceso “natural” en que devenía la historia de la humanidad.¹⁸

II. Productores agrarios y coacción en el Chaco. La génesis del territorio

El proceso de construcción de territorios en el Chaco argentino y particularmente la conformación de lo que devendrán las provincias del Chaco y Formosa constituyen, junto con la Patagonia, los últimos espacios de expansión de las relaciones capitalistas de la Argentina.

La paz del territorio se constituye sobre la derrota, la sumisión de pueblos originarios que se pierden, inclusive para la historia que transcurre entre el “desierto verde” donde acuden las expediciones militares y el “Chaco del tanino y el algodón”.

Enclaves silvícolas para la extracción de maderas duras y posteriormente producción de tanino constituyen los procesos iniciales de ocupación que se completa con la apertura de los territorios a la fundación de colonias agrícolas con inmigrantes europeos, donde los nativos “pacificados” constituirá la mano de obra para los cultivos de productos industriales, particularmente el algodón, que será el motor de la expansión de las relaciones capitalistas en el territorio.

La historia de la expansión agrícola de la provincia se desplegará ahora en la lucha contra la naturaleza hostil, el clima, las alimañas. El “sufrido colono” de la epopeya inicial devenido productor agrícola mercantil, o productor capitalizado – “farmer” para Archetti y Stolen (1975)- deberá ahora enfrentar la hostilidad de los mercados que compran sus productos y, por ende, determinan a través de los precios sus condiciones de existencia. Se agrupan fundando cooperativas a los efectos de consolidar la oferta primero, proveer insumos y semillas y avanzar luego en la industrialización de la materia prima. El productor aislado acumula en un colectivo y se consolida a través de las cooperativas zonales, y la Unión de Cooperativas que le permite avanzar en los procesos de comercialización, industrialización, seguro agrícola.¹⁹

Con altibajos determinados por los avatares del clima o del mercado, la expansión del capital en el espacio chaqueño se hace observable a través de la consolidación de un sistema urbano, trazado de rutas, ferrocarril, puertos, procesos agroindustriales, creciendo sostenidamente hasta mediados de la década del '50, en que la crisis mundial de la producción del algodón alcanza al Chaco.

Negociación, competencia y coacción en la matriz de los pequeños productores.

La agricultura capitalista resultado de los procesos de colonización, -es decir fundada en productores familiares o mercantiles- en el momento de la realización de su producto se

¹⁸ Para el caso del Chaco, el más progresista de los historiadores de la región, socialista, un humanista ejemplar; Guido Miranda, en su obra mas importante “Tres ciclos chaqueños” para nada escapa de la norma. El primer ciclo se llama “Fundación”, y el relato es un panegírico al proceso civilizador, es decir a las expediciones militares.

¹⁹ Referimos particularmente a la Unión de Cooperativas Agrícolas Algodoneras (UCAL) y a Cooperativa de Seguros Chaqueña (COSECHA) cuya fundación y desarrollo marcará las etapas de consolidación de la fracción de productores agrarios chaqueños como burguesía en proceso de constitución.

articula con la fracción mas concentradas de capital, ya sea con la industria, intermediarios comerciales, o grandes cadenas de comercialización.

La determinación de los precios del producto constituye el determinante del ingreso total de la familia del productor. El escaso poder social de los pequeños productores frente a la capacidad de manejo instrumental de las instituciones de la fracciones más concentradas de burguesía, -particularmente vinculados con los aparatos del estado- pone a este grupo en situación de subordinación en el mercado, con lo que la fijación de los precios puede ser manipulada a través de diversos mecanismos reguladores de la demanda como el manejo de stocks de un año a otro, la importación de materia prima, manipulación de la calidad al momento de la compra, la disponibilidad de créditos al momento de la siembra, etc.

Por ello, los pequeños productores mercantiles en condiciones capitalistas en distintas latitudes y países realizan movimientos de protesta, en general consistentes en peticiones, concentraciones, marchas, etc. a los efectos de hacerse presentes en la sociedad y realizar presión sobre las formas institucionales que operan sobre el precio de los productos.

Esta coacción tiene un carácter predominantemente simbólico y su objetivo es, en la casi totalidad de los casos, hacer presente a los funcionarios su existencia como grupo y condicionarlos para que actúen a favor de sus demandas o impongan límites a la explotación regulando los precios de los productos vía precios sostén, regulaciones en el mercado, subsidios o ventajas impositivas.

Ahora bien, en el sistema capitalista de producción la dinámica de la competencia obliga a los capitalistas, cualquiera sea su identidad a sostenerse en el mercado compitiendo con otros capitalistas, tanto agrupados en mercados locales como internacionales. En esta competencia la mayor composición del capital permite desplegar alternativas diferentes que mejoren su oferta, tanto en la explotación de la fuerza de trabajo, las economías de escala, la integración en el interior de las ramas productivas, etc. Es así que salvo situaciones excepcionales los capitales menos concentrados son expulsados del mercado, o permanecen en condiciones altamente desfavorables desde la perspectiva de sus respectivos procesos de acumulación. Esta situación se torna dramática para aquellas fracciones que no terminan de constituirse como empresas capitalistas que integran el amplio espectro de la pequeño burguesía, productores mercantiles, pequeños productores, pequeñas y medianas empresas o como se los denomine, ya que su horizonte de existencia o se limita a los mercados locales o son explotados por las fracciones más concentradas del capital.

La alternativa de existencia de estas formaciones empresarias reside en avanzar en sus procesos de acumulación hasta competir en similares condiciones en la rama productiva.

También en este proceso, estos sectores deben competir con similares agrupamientos empresarios. Tal es el caso de las cooperativas agrarias -particularmente el sector que es motivo de este trabajo-, compitiendo entre sí, ya sea en sus procesos de concentración de la oferta, como de los avances en la industrialización de la materia prima, donde deben confrontar tanto con otras empresas cooperativas como con productores privados, en el caso del algodón con empresas comercializadoras, desmotadoras o manufacturas.

En este nivel, el manejo de aparatos corporativos y situaciones de coacción puede posibilitar o potenciar procesos de acumulación; es el caso, en Argentina de la Federación Agraria Argentina (FAA), -organismo gremial agrario que representa la

masa de pequeños y medianos productores pampeanos- y el agrupamiento empresario colateral: la Federación Argentina de Cooperativas Agrarias (FACA).

La posibilidad instrumental de los organismos gremiales en tanto operadores de las situaciones coercitivas que señalábamos, permite ganar voluntades en términos de mejorar las situaciones de negociación de las empresas que actúan de común acuerdo, en detrimento de grupos competidores.

Una situación con esas características se hace presente en el Chaco a inicios de la década del '70.

Debemos recordar que la Argentina transita, entre 1969 y 1973 –a partir de lo que se conoció como “El Cordobazo” hasta el golpe que derroca al presidente Cámpora lo que se conoció como el período de “protesta social” donde la sociedad Argentina despliega un sinnúmero de formas sociales de enfrentamiento, desde la más colectivas como las denominadas “puebladas” hasta la constitución de organizaciones armadas en ámbito de clandestinidad en sus inicios con el objetivo de replantear la esencia del estado, es decir, pertrecharse para disputar el monopolio de los instrumentos de coerción.

En ese marco, y frente a la pérdida de cooperativas asociadas que la Unión de Cooperativas Algodonera Limitada (UCAL) que se asocian a la Federación de Cooperativas Agrarias (FACA), coincidente con el avance de la Federación Agraria Argentina en la conducción de la protesta agraria local (convocatoria a concentraciones agrarias, representaciones dominantes en las mesas de negociación, etc.); se hacen presente en la escena política provincial lo que se autodenominó como el Movimiento de las Ligas Agrarias Chaqueñas.

Gestadas en las colonias a partir de agrupaciones como las juventudes cooperativistas e ideológica y organizativamente configuradas en la práctica y reflexión de lo que se denominó el Movimiento Rural de la Acción Católica Argentina, estos grupos ensayan formas avanzadas de acción y organización, hasta la constitución definitiva de lo que se conoció como el movimiento de las Ligas Agrarias Chaqueñas, que muy pronto se expanden como movimientos agrarios de similar estructura organizativa en las provincias vecinas del Nordeste Argentino.

Se trataba de una alianza social, como señalamos, entre una fracción militante de la Iglesia y el movimiento cooperativo del Chaco, donde los objetivos del movimiento estaban puestos en consolidar el dominio de los productores locales, es decir en apuntalar los intereses de las cooperativas Chaqueñas, particularmente UCAL, frente a la intervención de grupos extrarregionales como las FAA y la FACA.

Su lugar en el orden institucional lo definen como “gremio de los productores agrarios”, y como tal integran los frentes sociales para promover las reivindicaciones de la producción algodонера chaqueña, y formar parte de la mesa de negociación de las condiciones económicas de la producción algodонера determinada básicamente, por las condiciones de mercado impuestas por las empresas compradoras de fibra, en particular la industria textil agrupada verticalmente en la región metropolitana de Argentina.

El desarrollo explosivo del movimiento Liguista se funda en la expansión del movimiento a los sistemas productivos de otras provincias donde operaban fracciones sociales agrarias; campesinas en Corrientes y Formosa, y productores medianos y grandes en Misiones.

En todos los casos el éxito del movimiento se vinculó con la capacidad de operar procesos coactivos tanto de resistencia a los desalojos de los campesinos formoseños

como de condiciones de comercialización en el conjunto de las provincias, incluida Formosa.

Los instrumentos de enfrentamientos, cuyo piso es la concentración agraria y la huelga de entrega de productos se diversifica desarrollando cortes de rutas, quema de productos, toma de tierras, marchas a la capital, etc.

En el período de apogeo del movimiento liguista las burguesías regionales adquirieron una gran capacidad de negociación de sus demandas coyunturales. En el Chaco, la capacidad instrumental del agrupamiento UCAL-Ligas Agrarias permitió la consolidación de un frente provincial donde la burguesía chaqueña actúa como corporación frente a las burguesías metropolitanas. La capacidad de coacción que se expresaba como amenaza y negociación permitió cierto control del territorio a las fracciones locales de burguesía.

Los procesos de enfrentamiento que alcanzaban al conjunto de la sociedad, donde determinados grupos se pertrechaban a los efectos de disputar el monopolio de la coerción a los aparatos del estado, corta transversalmente las distintas fracciones sociales y sus organizaciones, quienes se involucran en un proceso de enfrentamiento por encima de sus metas y posibilidades, y son derrotados en un proceso combinado de coerción y represión, lo que significó el final de las Ligas Agrarias Chaqueñas.

Nuevos observables

El análisis del papel económico jugado por las Ligas Agrarias en el ámbito de la economía de la región fue el eje sobre el que hemos particularizado nuestros análisis, donde hacíamos presente la importancia de la existencia de un agrupamiento gremial en los procesos de acumulación de las fracciones agrarias de pequeños productores en su proceso de consolidación como burguesía que ejerce el dominio sobre un territorio.

A partir de la construcción de nuevos observables: desplazar el eje de la observación y el análisis, no ya a los procesos de acumulación sino a las formas coactivas que necesariamente acompañan esos procesos de acumulación y que estructuran las formas de relación en el interior de nuestras sociedades concretas, a la par que definen -para una mirada histórica- los momentos en que los procesos sociales se hacen observables a los ojos de los investigadores.

¿Por qué la necesidad de un instrumento de coerción de las fracciones locales de burguesía?

Las respuestas a esta pregunta serán expresión del marco conceptual del investigador, esencialmente de la teoría de la sociedad con que opere tanto en los procesos de observación como en sus posteriores análisis.

No obstante, cualquiera sea la teoría queda fuera de discusión la existencia del ámbito del mercado como expresión de los complejos procesos de articulación de los productores y consumidores en todas las instancias de la división del trabajo.

Lo que la teoría acentúa en torno a la observación de ese ámbito es *la forma* que en ese lugar adquieren las relaciones en un amplio margen que oscila entre la total armonía entre los operadores al de la guerra de todos contra todos.

Cualquiera sea la teoría no podemos eludir la evidencia de que: del resultado de las diversas transacciones en el mercado dependen las condiciones de existencia y en muchos casos la existencia misma tanto de productores individuales como de amplias fracciones sociales, tanto de la burguesía como asalariados.

Si bien la condición esencial de existencia del mercado es de la de constituir un espacio pacificado e igualitario, y con tal objetivo los estados se constituyen sobre el monopolio legal de uso de la fuerza y la “ficción jurídica del ciudadano” (Foucault, 1976); la desigualdad económica que la ciudadanía no contempla, y un sinnúmero de relaciones de fuerza fundada en los micropoderes, (Foucault, 1977-1978) operan como elementos coactivos inobservables, a la par que en el ámbito institucional diversas organizaciones operan formas de acción que tiende a profundizar las desigualdades - el universo de acciones derivadas del monopolio -, o a ofrecer resistencia que tienda a producir nivelaciones; el papel de los sindicatos, por ejemplo.

El caso de las Ligas Agrarias grafica precisamente una alianza singular de dos estructuras corporativas: una como instrumento de acumulación y la otra para operar la coacción sobre los otros operadores del mercado de fibra, y básicamente sobre los funcionarios del aparato del Estado.

La amenaza

¿De qué otra forma se puede amenazar que no sea de muerte?
Lo interesante, lo original, sería que alguien lo amenace a uno con la inmortalidad.
Jorge Luis Borges

La amenaza es un hecho coactivo. Un hecho porque determina una conducta del otro, pero un hecho que todavía no se ha realizado; su realización está condicionada, pero es posible y probable.

Comete un delito de amenaza la persona que anuncia o advierte a otra que le va a causar a él, a su familia o alguien vinculado con él, un daño que pueda ser constitutivo de los delitos de homicidio, lesiones, aborto, torturas, contra la libertad, la integridad moral, la libertad sexual, la intimidad, el honor, el patrimonio... etc. intimidando al amenazado y privándole de su propia tranquilidad y seguridad. es.wikipedia.org/wiki/Amenaza

En términos estratégicos su definición adquiere un carácter social:

Es la confrontación de una vulnerabilidad propia con una acción enemiga, llevada a cabo por uno o varios iniciadores. Estas amenazas son consideradas en una óptica de Estrategia General, no implicando por fuerza, al menos inicialmente, una amenaza de tipo militar, bien que esta puede aparecer posteriormente al encadenarse las distintas acciones y reacciones. Militarmente hablando, es la valoración de la capacidad bélica del adversario.

www.fac.mil.co/pag_interiores/provisionales/glosario.htm

Por ello creemos que constituye un elemento fundamental en términos de coacción y sobre todo una forma generalizada en términos tanto del discurso de quienes ostentan el monopolio de la violencia legal como de aquellos que expresan formas de resistencia. En el caso de las Ligas Agrarias:

El uso de la memoria como instrumento de coacción.

Señalábamos en un trabajo (Roze, 1995):

¿Qué son, a dos décadas de su apogeo las ligas agrarias?

Dos vecciones de la memoria.

La primera, una advertencia, las Ligas Agrarias son un punto de llegada; el lugar del caos; el final de una historia mal encaminada. Por ello esa imagen sirve para determinar un límite, -"miren lo que pasó cuando..." o "que no vuelva a pasar..."- en la mesa de negociación de los productores con sus interlocutores políticos.

Las Ligas agrarias son, así, la imagen de la guerra en la territorialidad de la producción agraria. Son la guerra que no se pronuncia, antes que la "subversión" que se agita.

Masividad y adscripción de masas pequeñoburguesas, no pueden pensarse y ser pensada en el marco demonológico de la subversión que siempre es ajena. En cambio, no siempre podemos asumirnos responsables de la guerra ... ni del bando en que nos tocó participar.

Así, el fantasma de esa guerra es agitado para contrarrestar la protesta de los sectores que intentan acciones reivindicativas.

Así también, advertencia de los demandantes si la situación no se encarrila hacia sus reivindicaciones.

Es decir, la memoria se operacionaliza, ya sea para el castigo, ya sea para cargar de contenido a los sujetos hablantes, en el proceso de negociación. Se construye la amenaza.

Para medir la coacción. Construcción de escalas. De la amenaza a la guerra

La reflexión alrededor de la coacción que presentamos está orientada tanto a hacer presente la historia reciente a través de la memoria como a construir instrumentos de registro a los efectos de hacer observable y mensurable el desenvolvimiento de los procesos coactivos que acompañan la expansión de los nuevos procesos de acumulación.

La re-construcción de los procesos del pasado reciente a partir de la información y la memoria para hacer comprensibles los hechos del presente, necesariamente deben ser

tratados con similares instrumentos de observación, medición y análisis; de lo contrario la dominante de los emprendimientos vinculados con la tríada historia-memoria-presente no escapa a la subjetividad de la percepción y valoración de los investigadores.

Nos referimos particularmente a dos registros que en la actualidad han adquirido singular interés en el mundo académico particularmente de las ciencias sociales, históricas. Por un lado, el fuerte interés en relación con la Memoria, sus registros sistemáticos, la construcción de archivos y clasificación de objetos bajo la forma de bienes culturales; y la otra en la construcción de observatorios sociales temáticos donde se registran el universo de hechos particularmente de la prensa escrita.

En tanto no se construyan observables que permitan algún tipo de sistematización derivado de estructuras conceptuales que den cuenta de esos procesos, el registro de la memoria funciona a partir de los saberes socialmente compartidos, en general derivados de los discursos dominantes en el área de referencia. Esta determinación no tiende a generar sino respuestas contenidas en el discurso interpretativo inicial.

La posibilidad de ampliar la comprensión de los procesos históricos recientes y coyunturales derivaría de la posibilidad de articular en una unidad archivos, bases de datos y análisis documental devenido de estudios de historia y memoria conjugados con un observatorio donde se pueda observar el desarrollo de los procesos en el momento presente, en la historia inmediata.

Los instrumentos que hagan posible esa articulación deben fundarse en una unidad de registro que permita construir una serie de escalas que hagan comparables, los procesos analizados.

Hasta el momento, esas mediciones han tenido carácter puramente cuantitativo, devenidas más de la observación fenomenológica que de algún tipo de reflexión teórica. Se miden por ejemplo; cuántos conflictos en determinados períodos, cantidad de personas, agrupamientos presentes, instrumentos del enfrentamiento, consignas, etc.

Los resultados de estos observatorios se asimilarían a los registros censales, útiles en su generalidad, pero teóricamente débiles en término de lo que miden, donde la comprensión de los procesos analizados no deriva de los instrumentos de registro sino de los marcos conceptuales que *a posteriori* aplique el analista.

Los antecedentes en que fundamos esta propuesta, derivan de estudios de situaciones de conflicto a partir de bases amplias de datos y los análisis:

El primer caso lo constituye la investigación sobre Los hechos armados en Argentina entre 1973-1976 realizado por Juan Carlos Marín, donde determina las condiciones en que se desarrollaron los enfrentamientos que crearon las condiciones de exterminio desplegadas a partir del golpe militar de 1976 en Argentina²⁰.

El punto de partida del código; la unidad de registro con que se enfrenta en análisis del período son “los hechos armados”, construido a partir de un marco conceptual sustentado en la concepción de relaciones sociales de Marx; de la nueva observabilidad del cuerpo con que Foucault repiensa la temática del poder, y la teoría de la guerra de Clausewitz.

²⁰ La enorme capacidad heurística de este estudio, permite al autor predecir las condiciones de aniquilamiento que a posteriori constituyeron el proceso genocida en Argentina. En ediciones posteriores el autor da cuenta de este hallazgo que denominó “La acumulación primaria del genocidio” (2001)

A partir de 1996 inician en México un observatorio del proceso de conflictividad social en México (Patella, Fracchia y Miñon Romero, 2003) retomando, ampliando y perfeccionando la base de datos donde despliegan un conjunto de trabajo científicos y de difusión de los enfrentamientos en el territorio mexicano.

A los efectos de articular la historia reciente y la observación de los procesos actuales, nuestra propuesta es establecer un observatorio donde la unidad de registro sea la coacción, en una escala amplia entre la amenaza y la guerra.

Referencias bibliográficas

- AMEGLIO PATELLA, P; Fracchia Figueiredo, M y Miñon Romero, L.
“Conflictividad social en México de 1994 a 1999”. En: *Cuadernos de IdEAS. Serie Sociedad N° 1*. Resistencia, IdEAS. 2003.
- ARCHETTI, E.P. y Stolen, K.A. *Ni campesinos ni capitalistas, Los colonos del norte de Santa Fe*. Centro de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional de Tucumán. San Miguel de Tucumán. 1974
- CANETTI, E. *Masa y Poder*. Barcelona: Editorial Muchnik. 1978
- CLAUSEWITZ, C.V. *De la Guerra*. México: Editorial Diógenes, S.A. 1977
- ELIAS, Norbert. *Sociología Fundamental*. Barcelona: Gedisa. Serie Mediaciones. 1982 [1970]
- *El Proceso de la Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica. 1993
- FOUCAULT, Michel. *Vigilar y Castigar*. México: Siglo XXI Editores S.A. 1976
- *Historia de la Sexualidad*. La Voluntad de Saber. México: Siglo XXI Editores S.A. 1977
- *Microfísica del Poder*. Madrid: Ediciones de La Piqueta. 1978
- IÑIGO, Nicolás. *Génesis de un semiproletariado rural: la incorporación de los indígenas a la producción algodonera chaqueña*. Buenos Aires: Cuadernos de CICSO. 1973
- MARÍN, Juan Carlos. *Acerca de la relación poder-saber y la relación saber-poder*. Buenos Aires: CICSO, Serie Análisis. N° 34. 1982
- *Los hechos armados. Un ejercicio posible*. Primera Edición, Buenos Aires: CICSO. 1984; segunda edición Buenos Aires: PI.CA.SO-La Rosa Blindada 2003
- (2003) “La acumulación primaria del Genocidio” En: *Cuadernos de IdEAS. Serie Sociedad N° 1*. Resistencia: IdEAS. 2003.
- MARX, Carlos *El Capital. Crítica de la Economía Política*. México: Siglo XXI Editores S.A. (1971) [1867]
- MOTTO, Carlos Ernesto. “Enemigos urbanos. La construcción de Identidades amenazantes y nuevas políticas urbanas y sociales.” En Jorge Próspero Roze; Susana Murillo; Ana Nuñez. *Nuevas identidades urbanas en América Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial. 2005. Pags. 161-190 .2001
- MURILLO, Susana. “La gubernamentalidad urbana: la mutación desde una protopolítica científica, hacia el gerenciamiento de los riesgos y la denegación”. En Jorge Próspero Roze; Susana Murillo; Ana Nuñez. *Nuevas identidades urbanas en América Latina*. Buenos Aires. Espacio Editorial. 2005. Pags. 191-233 2005
- ROZE, Jorge Próspero. *Conflictos agrarios en la Argentina. El proceso Liguista*. Buenos Aires. Centro Editor de América Latina. Biblioteca Política Argentina. Dos tomos. Números 389 y 390. Diciembre de 1993 - enero de 1994.
- “La confusa unidad de lo diverso. Las ligas agrarias en Argentina.” En: *Del Rosarizao a la Democracia del 84*. Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario. Rosario. 1995. Pag 237 a 248. 1995

----- “La ciudad: Lugar de confrontación del ciudadano y/o cuartel del soldado social” En: Rodríguez Manuel Ángel; Roze, Jorge Próspero *Ciudades Latinoamericanas: Una Visión Social Del Urbanismo. Fomento Universitas. Colección Memorias. Universidad Autónoma de Guerrero. Guerrero. México. Marzo del 2001.* Páginas 277-297

----- *Inundaciones recurrentes: ríos que crecen, identidades que emergen.* La Plata: Ediciones Al Margen. Colección Entasis. 2003

TILLI, Charles. *Coerción, capital y los estados europeos 990-1990.* Buenos Aires: Alianza Editorial, S.A. 1990

WEBER, Max. *Historia Económica General.* México: Fondo de Cultura Económica. 1956

----- [1919]. *El político y el científico.* Madrid: Alianza Editorial.

<http://derecho.itam.mx/facultad/materiales/proftc/herzog/Weber%20-%20Politica%20como%20vocacin55.pdf>

LA PLAZA Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD URBANA EN FORMOSA (ARGENTINA)

Mg. Arq. María Teresa Alarcón
Centro de Estudios Históricos, Arquitectónicos y Urbanos del NEA
Facultad de Arquitectura y Urbanismo
Universidad Nacional del Nordeste
Resistencia/Chaco/Argentina
maiteag@arq.unne.edu.ar

RESUMEN

La *plaza* es, por definición, el lugar donde se conjugan las múltiples funciones y actividades cotidianas de la ciudad, allí se canalizan las diversas expresiones individuales y colectivas tornándola de esta manera en lugar significativo y con una fuerte carga simbólica dentro de la estructura de la ciudad. Es por tanto un elemento fuertemente condicionante de la identidad urbana en tanto expresión formal que contribuye a la conformación de la *ciudadanía*. Las características particulares que ha adoptado en su devenir histórico la Plaza San Martín de Formosa (ex 8 de Abril) están predeterminadas en su origen. Concebida desde principios urbanísticos decimonónicos, en el marco de una política de ocupación territorial, afirmación de fronteras y conquista de nuevos espacios para la producción, se fue consolidando vaciada de contenidos simbólicos y significaciones, excéntrica respecto del desarrollo de la propia vida urbana, consecuencia de las mismas definiciones urbanísticas que habían dado origen al Pueblo de la Colonia Formosa.

Palabras-clave: Plaza, identidad, ciudadanía, Formosa/Argentina

ABSTRACT

The *plaza* is, by definition, the place where multiple functions and daily activities of the cities happen. In the *square* several individual and collective expressions are channeled and, make it a meaningful locus that has a strong symbolic weight inside the city structure. It is therefore a strongly conditioning element of the urban identity as the formal expression that contributes to the making of citizenship. The particular features that has adopted the Plaza San Martin of Formosa (Argentina) in its historical transformation are pre-determined by its genesis. Conceived by XIX century urbanistic principles, as part of a policy of land occupation, borders affirmation and conquest of new spaces for the economic production, the plaza has been consolidated by the lack of symbolic meanings and significances, not as a center of the development of the urban life itself, but as a result of the same urbanistic definitions that have given birth to the city of Formosa/Argentina.

Key-words: Plaza, identity, citizenship, Formosa/Argentina.

La fundación de la ciudad de Formosa se produce en 1879, en pleno proceso de consolidación y posterior expansión del modelo capitalista que se desarrollara durante los siglos XIX y XX, que llegara a impactar en el Nordeste argentino – concretamente la región Chaco – cuyo territorio se hallaba aún ocupado en forma permanente por las civilizaciones aborígenes autóctonas nómadas.

En ese contexto, el espacio urbano emerge como expresión de la creciente afirmación del Estado argentino como tal, vinculado a esferas de poder económico ajenas al mismo. Fueron estas nuevas relaciones sociales de producción – tanto de carácter internacional como nacional – las que contribuyeron en la definición de la políticas de ocupación territorial y en la creación de nuevos espacios destinados a la producción económica e imprimieron a la región una nueva configuración polarizada en los centros urbanos que de allí surgieran.

Desde esta óptica, la ciudad no se genera desde el centro – la plaza central – hacia la periferia sino que desde ésta (y más concretamente desde el territorio) se va determinando a la ciudad, su forma y su rol: Son estas nuevas formas urbanas que surgen, las unidades agro-urbanas (MOROSI, VITALONE: 1993), en las cuales la plaza, como espacio público catalizador por antonomasia de las expresiones urbanas sólo se constituye en el espacio vacío que reunirá – o no – en su entorno las funciones simbólicas de la ciudad dando lugar al surgimiento de otros espacios de la trama organizada que servirán de asiento de aquellas actividades que tenderán a servir y optimizar la explotación del espacio circundante.

Estos procesos se concretan en determinados elementos que caracterizan la ciudad y que responden a cuestiones de orden y de control, luego se constituyen en elementos significantes y significativos de la misma en la medida que van conformando su incipiente identidad.

Concebida desde principios urbanísticos decimonónicos, en el marco de una política de ocupación territorial, afirmación de fronteras y conquista de nuevos espacios para la producción, se fue consolidando vaciada de contenidos simbólicos y significaciones, excéntrica respecto del desarrollo de la propia vida urbana, consecuencia de las mismas definiciones urbanísticas que habían dado origen al Pueblo de la Colonia Formosa.

¿Cómo ese espacio no materializado y carente de simbolismos ha contribuido a conformar la idea de ciudadanía en esta localidad, cuando las funciones asignadas no se

habían materializado, cuando los roles preestablecidos no podían cumplirse, cuando la forma en sí misma no se había concretado?

Urbe, Ciudad ... y Colonia

Autores como Korn y Marín aportan definiciones de ciudad y territorio respectivamente que están más allá del valor meramente espacial de los mismos:

“La ciudad es el resultado de las fuerzas sociales y económicas propias de cada período histórico” (KORN, 1963).

“El territorio es el ámbito en que se producen las condiciones de existencia, hace también referencia a la producción de relaciones sociales, estos procesos son histórico – sociales.” (MARÍN, 1995: 189)

El espacio en estos términos no es entonces una condición geográfica, tangible y cartesiana, el soporte intemporal de las actividades humanas sino que es una consecuencia de ellas: emerge como expresión de las mismas y se va configurando según la ideología que en ese período histórico determinado guíe estas acciones. Consecuentemente, se trata de una definición más bien cultural y temporal del espacio, entendido como una entidad concreta.

Soler Amigó asimismo en la primera parte de su artículo La ciudad educadora señala claramente las diferencias sustanciales existentes entre la idea de urbe y de ciudad, poniendo el énfasis en los aspectos intangibles y cualitativos que definen a ésta.

“Pues ¿qué es la ciudad? ¿Casas, calles y plazas? Eso sería urbe, tal vez, pero no ciudad. De urbe deriva urbanismo, urbanización, urbanidad... De ciudad – es decir, de "cívitas" – proviene civismo, civilidad, civilización.”

La ciudad, desde su exposición, es mucho más que la simple materialidad de las construcciones que la conforman o que las relaciones formales y mensurables que entre

éstas y sus habitantes se establecen. Esta condición física sólo define a la urbe pero no a la ciudad. Y en ese sentido continúa:

“¿Número de habitantes? Una cosa es la demografía y otra la democracia. La urbanidad corresponde a la urbe: es el comportamiento urbano: convencional, respetuoso, que no obliga a intercambiar confidencias, que no requiere decir cómo te llamas, quién eres, de dónde vienes ni adónde vas, impersonal, anónimo. El civismo, en cambio, se fundamenta en derechos y deberes, implica, compromete; corresponde a la ciudad, a la ‘polis’”.(SOLER AMIGÓ)

Acude aún a Ortega y Gasset para completar su idea de ciudad como espacio no privado de interacción: "Hay que salir de las casas para encontrar la ciudad."

Para que exista ciudad – según su definición – es necesario que converjan en ella ciertas calidades que apuntan a la composición heterogénea de su población, a la multiculturalidad como valor significativo y determinante de la misma pero sobre todo a la interacción comprometida entre sus habitantes que es lo que, en última instancia, definirá la naturaleza de la misma.

Y la esencia de la ciudad no son sus casas sino el espacio público, la calle, la plaza, los lugares donde las individualidades y las particularidades se diluyen, se confunden, se fusionan en pro de la integración en un cuerpo social, que no es otra cosa que el resultado de la condición gregaria inherente al hombre. La ciudad por eso, es ante todo la plaza, el ágora, que emerge como consecuencia de las relaciones que se tejen entre sus habitantes, del intercambio de opiniones, de ideas; es el espacio que surge y se consolida desde el debate público.

La ciudad de Formosa se funda de acuerdo a la Ley 817²¹ como Pueblo de la Colonia Formosa, implicando en este acto los rasgos urbanos que dicho fragmento de territorio reuniría. Se impone como un espacio económico de producción recortado del territorio y adopta las características de las nuevas formas agro-urbanas donde las primeras relaciones que se entablan – tanto de habitantes entre sí como de ellos con el territorio – quedan prácticamente reducidas a la explotación de los recursos naturales y a la transacción económica.

²¹ Ley 817 conocida como Ley Avellaneda de Inmigración y Colonización.

El Estado se presenta como el gran articulador de la ciudadanía – anteponiéndose incluso a ella – desde el despliegue de sus instituciones administrativas y gubernamentales y desde sus mecanismos de control, ejerciendo una acción de planificación constreñida por la falta de recursos económicos y por la limitada capacidad de gestión y decisión²².

Coloniae por su parte es un término latino que deriva de la experiencia planificadora romana y define una de las tres categorías de asentamientos empleados a tal fin que, en este caso particular, estaba caracterizado por ser de fundación reciente o bien núcleos de población autóctona aliados a Roma, que gozaban del estatus y los privilegios de los romanos²³.

Por tanto el término Colonia, define estrictamente el rango y estatus de sus habitantes – esto es, colonos – independientemente del rol que cumplen en relación con la estructura económica regional y nacional. De hecho habla de su situación de dependencia política, administrativa y económica respecto de un centro de mayor jerarquía, externo a la región.

Ninguna de estas categorías – coloniae, municipia y civitas – remite específicamente al tamaño de la población pero sí caracterizan a los sujetos que las habitan como sujetos de derecho. Curiosamente el ciudadano – citadino, en rigor – refiere al habitante de la ciudad como de la urbe y en el caso que nos concierne, el colono es sólo una categoría que expresa la actividad que desarrolla o el rol que desempeña.

La colonia como entidad

Formosa se funda por tanto como Pueblo de la Colonia y nueva capital del Territorio Nacional del Chaco, rango éste que le asigna el carácter urbano en forma predeterminada y con un sentido mucho más teleológico que factual que deviene contradictorio en sí mismo.

²² Nos referimos aquí al Estado Nacional puesto que estas Colonias que se fundaban en los Territorio Nacionales dependían administrativamente directamente de aquel, careciendo de autonomía. La categoría de territorio quedó institucionalizada en la Constitución de 1853 en los incisos 14 y 15 donde se estableció como atribuciones del Congreso la creación de nuevos *territorios nacionales*, la definición de sus límites y la seguridad de las fronteras. Estos territorios alcanzarían posteriormente el rango de Gobernación y adquirirían así su autonomía.

²³ *Municipia* y *Civitas* son las otras dos categorías empleadas por los romanos que identificaban a los centros tribales de estatus foral pero sin plenos derechos ciudadanos y a los centros administrativos y capitales de mercado respectivamente.

El modelo urbano formal teórico impuesto al territorio como colonia va emergiendo con formas aparentemente urbanas modificando rasgos fundamentales de su condición original – sobre todo el de centralidad vinculado a la plaza principal – desde las tensiones que las condiciones naturales del sitio y la presencia del puerto provocan en las fricciones espaciales y socio-económicas que allí se producen. Las particulares condiciones de borde que proporciona el sitio determinan el rol futuro que le cabría al asentamiento cual es el de constituirse en un nodo regional que debía acoger en su estructura espacial el puerto regional a través del cual se canalizarán los procesos exportación de recursos naturales, consolidando asimismo la dependencia económica de la región respecto de los grandes centros de poder ajenos a la misma.

Estas actividades que generan tipos de relaciones propias de la ciudad (el mercado, el aprovisionamiento vinculado al mismo, los flujos de circulación de bienes y personas, la actividad manufacturera) se traducen en una ocupación diferenciada de los sectores anónimos originales, incorporando así los primeros elementos que le conferirán su identidad.

El espacio se ordena y delimita de forma apriorística en espacio urbano – dividido en plazas, manzanas, parcelas urbanas, calles, avenidas – y el espacio de producción – semirural y rural sectorizado en quintas y chacras. Así como todo el planteo queda reducido al plano y carece de espacialidad, el pueblo en sí mismo paradójicamente adolece tanto de civilidad como de urbanidad.

De hecho, lo que se organiza y sectoriza es la experiencia del espacio, predisponiéndolo a acoger determinadas actividades y funciones. Organiza las actividades primarias de producción, la localización de los organismos – estatales y privados – funcionales al rol que debe desempeñar el Pueblo en el contexto regional, los entes administrativos nacionales (tales como la casa del gobernador, receptoría de rentas, departamento de tierras, aduanas, subprefectura marítima, administración de correos y telégrafos en algunos casos) y locales (clubes sociales, capilla, hospital público, escuela pública etc.). Se ubica la infraestructura portuaria y el ferrocarril con sus terminales respectivas conectadas entre sí.

Wagner señala que, tanto los lugares cuanto los paisajes son el resultado de procesos y elementos simbólicos y culturales comunes. (WAGNER, 1972 citado por RELPH). Y agrega Relph, que son más el producto de experiencias e intenciones intersubjetivas que la apariencia formal que puedan adoptar sus edificios. (RELPH, 1976).

Esa conjunción de aspectos tangibles es la que define al asentamiento como una entidad en sí mismo: el Pueblo de la Colonia que queda así conformado como una entidad perfectamente definida desde el modelo teórico – abstracto que presenta similitudes con un sinnúmero de asentamientos iniciados desde esa política de planificación territorial. Estaban prefigurados en él algunos de los elementos identitarios de la ciudad – los espacios públicos en general y la plaza en particular – pero no habían emergido aún como espacios de la cotidianeidad, de los encuentros espontáneos o convenidos, en rigor, como espacio público.

La plaza es, por definición, el lugar donde se conjugan las múltiples funciones y actividades cotidianas de la ciudad, allí se canalizan las diversas expresiones individuales y colectivas tornándola de esta manera en lugar significativo y con una fuerte carga simbólica dentro de la estructura de la ciudad. A ello apunta la posición central que ocupa en relación al trazado urbano, su forma y tamaño, la conformación de su entorno, las funciones que alberga. Asimismo, en tanto espacio público, ha sido – y continúa siéndolo – un componente reiterado y fundamental de la configuración del espacio urbano. Es por ello, un elemento fuertemente condicionante de la identidad urbana en tanto expresión formal que contribuye a la conformación de la ciudadanía.

Las características particulares que ha adoptado en su devenir histórico la Plaza San Martín de Formosa (ex 8 de Abril) están predeterminadas en su origen, de allí que el tema planteado lleve a indagar sobre los valores significativos que la propuesta de la plaza central del pueblo de la Colonia Formosa tiene incorporados desde su origen en su trazado inicial, sobre los modos y los tipos de usos propuestos o surgidos desde ella con la incorporación de otros elementos que conforman el equipamiento urbano de este espacio público.

Es interesante observar cómo las características del diseño conjugadas con las condicionantes del sitio y el sistema social de producción fueron moldeando la relación que se plantea entre los lugares y los acontecimientos que se ausentan de la plaza y que la definen finalmente sólo desde la idea como centro geográfico.

Hay por tanto valores significativos propios, unos inherentes a las características del trazado y otros incorporados en su devenir histórico, que están estrechamente vinculados con el rol cívico y social que debería cumplir una vez que se consolidara el cuerpo social formoseño.

Dos fuerzas contrapuestas se conjugan para contribuir a la definición de este espacio: la utopía planteada desde el proyecto – esto es, lo que debería ser – por un lado, y las posibilidades reales de concreción por el otro que son las que, en definitiva y como consecuencia de las fricciones reales, darán forma al espacio urbano en general y a la plaza en particular.

La ciudad como identidad

Para Zucker, el hombre, como sujeto anónimo emerge como una nueva identidad desde la plaza y entonces deviene ciudadano. Asimismo, el vacío urbano donde ese sujeto inicialmente anónimo interactúa, deviene plaza: Ambos – espacio y hombre – se van configurando mutuamente y desde ese espacio público denominado plaza que no es más que el lugar específico y convocante dentro de la ciudad donde se canalizan las diversas expresiones de los sujetos que conforman esa comunidad. Es este el “estímulo que impulsó a configurar un hueco dentro de la ciudad para convertirlo en el espacio tridimensional que denominamos ‘plaza’”(ZUCKER, 1959 Citado por MORRIS, 1998) dice al referirse al efecto provocado por la acción colectiva, consciente e integrada de sujetos, anónimos pero identificados unos con otros, que constituían las antiguas ciudades griegas.

En tanto avanza este proceso, el espacio emerge desde el plano, se configura en sus tres dimensiones, define sus límites de manera contundente y a través de aquellos edificios que acogen a las actividades ligadas al funcionamiento y administración de la ciudad pero asimismo evoquen los significados que la propia comunidad va volcando en ellos. De allí la prestancia y significación que adquieren y la importancia del espacio generado.

Para Borja, el proceso de construcción de la idea de ciudadanía se inicia en un ámbito específico que es el urbano, estrechamente vinculado a la ciudad europea mediterránea, con su democracia y su concepción igualitaria de los habitantes sujetos a derecho; en tanto que la ciudadanía como tal surge como una necesidad de las sociedades postindustriales de generar, por un lado, algún tipo de identidad entre sus miembros y por otro, un sentido de pertenencia.

Es particularmente el espacio público el que contribuye y contribuirá a la formación de la ciudadanía, de allí la necesidad de reconocer la especificidad de su rol en la ciudad,

esto es, el uso social que de él se hace, el cual estará en función de otros factores condicionantes tales como el diseño, la accesibilidad, la belleza, la monumentalidad, la promoción, el mantenimiento, la diversidad de usuarios posibles. (BORJA, 2000: 17)

Ahora bien, los dos valores que asume la ciudadanía – identidad y pertenencia – estarían indicando además un principio de alteridad: la identificación con qué y la pertenencia a qué; principio éste que resulta contradictorio ya que el pueblo de la colonia carece aún de una presencia arquitectónica identitaria y significativa real, sobre todo en el marco de la plaza principal que está pensada como el espacio simbólico por antonomasia a lo que no contribuye una población social y culturalmente heterogénea desde el momento que se forma a través de contingentes de inmigrantes de diversas nacionalidades centroeuropeas que se aglutinan en un cuerpo amorfo.

La identidad a su vez se presenta como una cualidad diferenciadora que se funda en las persistencias, en las recurrencias intangibles que confluyen a otorgar unidad a algo, permitiendo diferenciarlo de lo otro. Es, al mismo tiempo, el valor que posibilita el reconocimiento de la alteridad por un lado y de la pertenencia por el otro.

La existencia de una identidad urbana estaría requiriendo previamente la presencia de una sociedad urbana, esto es, un cuerpo social consolidado y surgido en un contexto de una cultura urbana en un lugar urbano. En el mismo sentido, la ciudadanía como identidad ciudadana sólo sería posible en el marco de la existencia de la ciudad.

El proceso de construcción de la ciudad de Formosa, tal como se ha dicho, se da como una forma particular de ocupación de un trazado previo incluso a las condiciones mínimas de urbanización. La identidad de esta ciudad se asienta sobre un conjunto de relaciones que está determinado por el modo particular en que operan el capital y la acción planificadora de los aparatos del estado que deciden no solamente sobre la localización del asentamiento sino también acerca del posicionamiento de la traza urbana respecto de las particulares condiciones del sitio que le asignarán un rol portuario preeminente, la localización de la estación terminal ferroviaria (próxima al puerto para facilitar las operaciones de carga y descarga de materia prima a exportar procedentes de las explotaciones agropecuaria y forestal), e incluso sobre el emplazamiento de las distintas instituciones del estado y de los espacios públicos, los cuales quedan finalmente subordinados a esta lógica de distribución espacial descentrada en función de la actividad portuaria demandada por el capital.

La plaza central por su parte se vacía así de los significados con los que fuera concebida desde el modelo ideal quedando como un espacio baldío que va definiendo sus propios lineamientos y perfiles según avanza el siglo XX.

Los valores teóricos y formales de la plaza central

Como se ha dicho, el instrumento de orden utilizado fue la macrocuadrícula homeostática que se extiende sobre la superficie. Uno de sus módulos lo conforma el trazado del pueblo, cuyo epicentro es la plaza. Allí se ubica el mojón principal que dará inicio a las mensuras hacia los cuatro rumbos, dividiendo el territorio en pueblo y colonia y estableciendo sus límites.

La traza quedaba definida por una estructura en damero, con una plaza central de cuatro manzanas y cuatro periféricas en los límites del pueblo y quintas. La estructura circulatoria quedaba determinada por una calle de circunvalación que separaba las chacras del pueblo, y avenidas cruceras que interceptándose en el centro de la plaza se extendían a toda la unidad agrícola.

Se reconocen asimismo otros elementos heredados de los trazados hispánicos que se verifican en la persistencia del orden geométrico (derivado de los preceptos del Renacimiento), lo rectilíneo de las calles, la uniformidad de las plazas y la jerarquización del espacio central conformado por la plaza mayor, dando verdadero carácter de centralidad, tanto física como simbólica, aunque aquí estaba plasmado en principio como vacío.

La plaza central es, desde el proyecto, el elemento significativo dignificante que le otorga la calidad de urbanidad, paradójicamente concebida como un gran vacío verde carente de toda edificación, sólo definido perimetralmente por las vías de circulación y un cerco de alambre. En relación a ella, las otras cuatro plazas guardan una posición jerárquica determinada por su ubicación geométrica en la traza, estableciéndose así rangos diferenciados. Las plazas se presentaban como focos estructurantes de las funciones urbanas de la trama inicial.

La escala que tiene esta plaza de origen decimonónico es magnífica y prometedora a la vez y se revela en su tamaño (abarca, en rigor, 4 manzanas), su trazado regular y geométrico y el sentido que ésta propone como pulmón de la ciudad, espacio de ocio donde se desarrollarían las actividades recreativas del conjunto de la población.

Hay una relación bipolar planteada desde el proyecto entre la plaza y los edificios de su entorno ya que se condicionan mutuamente. La ciudad como concepto es anterior a la arquitectura, de manera que queda definida como tal previamente y en abstracto por el trazado de sus calles y plazas; luego la arquitectura la va completando, dándole forma definitiva. Lo mismo ocurre con el área central donde se localiza la plaza. Ésta queda definida como ‘principal’ simplemente por su posicionamiento geométrico en el plano y da por tanto relevancia al entorno que deberá ser configurado con las funciones y los elementos más prestigiosos, quienes a su vez contribuirán a jerarquizarla.

La plaza central debía ser el gran episodio urbano no sólo por la escala que este espacio vacío representaría en medio de lo construido propiciando un contraste muy marcado entre lleno y vacío, sino también por el contrapunto que generaría entre naturaleza y la distinción de construcción de los edificios simbólicos de la ciudad.

La plaza constructora de identidad

Pero, como señalaba Wagner, los lugares, como identidad, se constituyen como tales en tanto y en cuanto conforman unidades inseparables con las personas, las actividades que éstas realizan y el tiempo o momento histórico en que se producen (WAGNER: 1972) ... y, aunque la ley consignaba la previsión de lotes para edificios públicos en cada una de las cinco plazas, y específicamente en la plaza central, asignando así una actividad específica a cada sitio, las tensiones provocadas por la localización del puerto y la actividad económica que éste generaba, llevaron a la dispersión en la ubicación de los edificios institucionales más representativos que se iban haciendo presentes en la ciudad y, consecuentemente, se fue consolidación la trama urbana de una manera asimétrica, volcada sobre la línea próxima y paralela al borde del río.

La ciudad no se concreta: el pueblo de la colonia se urbaniza a través de un proceso de llenado de una trama prefigurada que es consecuente de las relaciones sociales de producción que allí se concentran y son asimismo las que posibilitarán a posteriori el surgimiento de la ciudad. La presencia del puerto es fundamental ya que condiciona la ocupación de su área inmediata y ambos determinan la impronta del asentamiento y definen el rol que le cabe en la cadena de producción de este sistema económico capitalista en expansión y genera otra plaza, más vital y menos esteticista.

La urbe comenzó a emerger descentrada, recortada del campo con una trama muy abierta y un tejido disperso que termina por diluirse en el espacio rural, pero sobre todo, carente de un espacio cívico representativo, que conjugara los valores simbólico – institucionales de la ciudad. “De hecho, ninguno de los edificios públicos significativos, ni de gobierno ni religioso, fue ubicado en torno a la plaza central.” (SAEZ, HERTELENDY: 2000)²⁴.

Se corporizó con características espaciales diferentes donde los criterios estéticos de composición dieciochesca quedaron subordinados a la lógica economicista capitalista decimonónica, cuyo agente más efectivo fue el ferrocarril y en la que los sectores urbanos priorizados están vinculados a los puntos donde se alojan la industria, se almacenan las mercancías o se transfieren bienes.

El espacio público de uso social, surge en torno al puerto, vinculado a la “vuelta hermosa” que da el río en este sitio en particular y que signó el origen y la toponimia de la ciudad; la identidad de la ciudad. La plaza Almirante Brown constituyó el lugar genuino de encuentro social; allí se operaban las transacciones económicas y se realizaban también las celebraciones de los actos cívicos. Fue, en rigor, la plaza por antonomasia.

No obstante, la posterior instalación de la terminal ferroviaria sobre la misma plaza, desplazó las funciones originales, restringiéndolas a las operaciones de carga y descarga de mercancías y personas, debiéndose trasladar su rol cívico a la plaza central y las actividades sociales y de ocio a las ramblas centrales de la Avenida 25 de Mayo que vinculaba la Plaza al Puerto. Este bulevar se configura según los cánones estilísticos de la estética higienista decimonónica que incorpora el verde a la ciudad.

Algunas conclusiones

El Pueblo de la Colonia como tal lleva en sí mismo el germen de la urbanidad desde el momento que está concebido en el marco de los requerimientos de una economía de mercado, organizado desde esferas internacionales, las que van configurando nuevos

²⁴ Una ordenanza de 1905 que prohíbe la tenencia de animales de chakra en el perímetro comprendido por las calles San Martín, Maipú, Buenos Aires (hoy Mitre) e Industria (hoy J. M. Uriburu) refleja el alcance del sector estrictamente urbano y más consolidado del pueblo, fuera del entorno de la plaza central. Incluso el *Decauville* trazado en 1905 contribuía a enmarcar este sector de la planta urbana ya que, partiendo desde la fábrica taninera “La Formosa” ubicada sobre el borde del río y la calle Paraguay (SE del plano), se desplazaba hasta la avenida 9 de Julio y en dirección SE – NO atravesaba la Plaza central 8 de Abril y continuaba hacia la estancia Guaycolec.

espacios de producción y mercados dispersos y aislados entre sí pero articulados a los grandes centros de poder.

La ciudad así pensada desde una política planificadora del territorio emprendida por el Estado Nacional se funda desde los principios urbanísticos decimonónicos que responden en primer lugar a valores estéticos: está concebida desde el paradigma de la ciudad objeto, pensada como forma acabada no como un proceso histórico y dialéctico entre la sociedad, su territorio y las formas sociales de producción; de allí que primen en su trazado los valores estéticos y los espacios se organicen prefiguradamente desde su trazado en planta y carentes de todo otro valor significativo y simbólico que no sean los formales. Carente incluso de su condición esencial de espacialidad.

Es ese mismo Estado quien legitima la ciudadanía desde el establecimiento de las instituciones vinculadas al gobierno, administración y control del territorio y su producción. De nuevo aquí, las instituciones no surgen como consecuencia de los progresos sociales, de la consolidación de una sociedad urbana sino que se anticipan a ella.

Los procesos internos que se van operando en el transcurso de formación y consolidación de la imagen urbana, lejos de quedar determinados por el ordenamiento primigenio y sujetos a las fricciones que las lógicas del capital deciden, generan otras centralidades – que no la plaza central – vinculados al rol que la ciudad cumple en el sistema regional y al funcionamiento interno de la misma en relación al sistema de producción y comercialización. No hay elementos simbólicos que expresen la civilidad, al principio, sólo se hacen presente aquellos que representaban a las organizaciones vinculadas al capital y a los organismos del estado funcionales a él (las instalaciones manufactureras y fabriles tales como los ingenios azucareros, la fábrica de tanino y posteriormente la industria textil; el ferrocarril, el puerto y las primeras oficinas de gobierno como la aduana, la subprefectura, la oficina de rentas, etc.). Todos ellos vinculados al puerto y al río que era la gran vía a través de la cual se canalizaba la exportación de materia prima a los principales puertos de ultramar del país.

Otras funciones urbanas como la iglesia, el mercado, la escuela, todas ellas como expresión de formas de relación primaria y atrás vinculadas al ocio y al esparcimiento aparecerían después, también desvinculados de la plaza central, subordinados a la tensión que el movimiento del puerto provoca.

La plaza central persiste como un espacio vacío (donde priman las características de ruralidad y no las urbanas) cuya forma no se completa hasta bien entrado el siglo XX y sin funciones simbólicas evocativas más allá de las fiestas populares en alguna fecha patria en particular. Tampoco alberga en su entorno este tipo de funciones que distingan el espacio en su doble sentido de monumentalidad.

De hecho que es bien difícil hablar de una identidad urbana como tal en los orígenes de Formosa dado que las condiciones básicas de urbanidad no estaban dadas y sus pobladores son identificados como “colonos”, con inmediata alusión a su actividad agropecuaria ligada a las chacras. En el marco de ese contexto, resulta también cuestionable la existencia de una “identidad ciudadana” dado que es ésta una construcción que se desarrolla en un contexto geohistórico pero fundamentalmente en el ámbito de la ciudad, en su espacio público. Se edifica con y desde su plaza; se identifica con ella.

El cuerpo social formoseño ha debido construir nuevos espacios físicos públicos de socialización que le ayudaran a emerger como un cuerpo cívico desde la heterogeneidad del componente inmigrante, apelando asimismo a otros elementos simbólicos que lo fueran expresando y que no estaban presentes – ni lo están aún hoy – en la plaza central.

Bibliografía:

BORJA, J.: 2000. *Ciudad y Ciudadanía. Dos notas*. WP N° 177. Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona.

BORJA, J.: *Ciudadanía y globalización: el caso de la Unión Europea*. Texto del curso de Posgrado Teorías Sociales y Ciudad: Hacia una comprensión del fenómeno urbano. Fundación IdeAS – UNaM, Resistencia, Chaco, Argentina, 2005.

DE VITA Y LACERRA, A.: 1978. Contribución para una historia grande de Formosa. Gobernación de la Provincia de Formosa. 3ª edición.

KORN, A.:1963. La historia construye la ciudad. EUDEBA. Buenos Aires.

MARIN, J. C.: 1986. Conversaciones sobre el poder. (Una experiencia colectiva). Buenos Aires. Instituto de Investigaciones “Gino Germani”. Facultad de Ciencias Sociales. Oficina de Publicaciones. Ciclo Básico Común. Universidad de Buenos Aires. Cap. 6. *La construcción de lo social*. 1995.

MOROSI, J. y VITALONE, C.E.: 1993. *Perduración de las normas indianas en el urbanismo argentino*. En: *ANALES – LINTA*. Ministerio de la Producción, Provincia de Buenos Aires – Comisión de Investigaciones Científicas. Pp 9 a 24.

MORRIS, A.E.J.: 1984. Historia de la forma urbana. Editorial Gili, Barcelona. 5ª Edición, 1998.

RELPH, E.: 1976, en *Place and Placelessness*, Pion Limited, London, 2ª Impresión, 1980

SAEZ, M. B. y HERTELENDY, M. L.: 2000. Formosa, apuntes para una crónica urbana. Talleres Ideas Gráficas, Formosa.

SOLER AMIGO, J.: *La apuesta por la ciudad educadora*. Texto del curso de Postgrado ‘Teorías Sociales y Ciudad: Hacia una comprensión del fenómeno urbano’. Fundación IdeAS – UNaM, Resistencia, Chaco, Argentina, 2005.

WAGNER, P.L.: 1972 Environments and Peoples. Englewood Cliffs N J: Prentice-Hall. (Citado por E. Relph, 1976, en *Place and Placelessness*, Pion Limited, London, 2ª Impresión, 1980).

História(S) do Grupo Forja no ABC: Militância, Memória e Engajamento no Brasil no pós-1964

Professora Doutora Kátia Rodrigues Paranhos
Instituto de História – UFU
Doutora em História Social pela Unicamp
akparanhos@triang.com.br

RESUMO

Num dos períodos mais repressivos da história deste país foi possível inventar, criar formas alternativas de luta, reatualizar tradições. Apesar do golpe militar de 1964 e da estrutura sindical corporativa, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo abriu brechas pelas quais foi possível realizar a mobilização de milhares de trabalhadores em memoráveis greves, simultaneamente à fabricação de outras práticas sindicais que marcaram de vez o movimento operário no Brasil dos anos 70 e 80.

Pretendo destacar inicialmente neste artigo a emergência do chamado "novo sindicalismo" no ABC como um movimento que entrecruza os campos da política e da cultura. Ao mesmo tempo, entendo que o "novo sindicalismo" é uma operação que abrange práticas e representações de múltiplos personagens: jornalistas, advogados, militantes de diferentes organizações revolucionárias (incluindo o próprio PCB), ex-presos políticos e artistas. Nesse contexto, ganha corpo o Grupo de Teatro Forja, ligado ao sindicato, expressão viva do enlace entre sindicalismo e cultura.

Palavras-chave: Movimento operário, ABC paulista, arte engajada, teatro operário, Brasil

ABSTRACT

In one of the most repressive times of Brazilian history, it was possible to invent, create alternative forms of struggle and update traditions. In spite of the military coup and the corporate labor structure, Metal Workers Union of São Bernardo do Campo has opened windows through which it was possible to mobilize thousands of metal workers in memorable strikes, simultaneously to the production of other labor union activities in the Brazilian labor unionism in the 70's and 80's.

First of all, I intend to highlight the emergence of the so called "new labor unionism" in the ABC region of São Paulo as a movement that interchanges the politics and culture fields. At the same time, I understand that the "new labor unionism" is an operation that involves activities and representations of multiple characters: journalists, lawyers, activists of different revolutionary organizations (the Brazilian Communist Party included), former political prisoners and artists. In this context, it takes shape the Forja Group of Theater, which was linked to the labor union as an expression of labor unionism and culture.

Key-words: Labor movement, ABC region of São Paulo, engaged art, working class theater, Brazil.

Política e cultura no ABC

*Como diz o povo: quando é tempo de mudança de lua
A lua jovem ainda segura e velha
Toda uma noite em seus braços.
B. Brecht*

Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, as lideranças sindicais de São Bernardo do Campo (SP) estavam empenhadas em mobilizar os metalúrgicos por meio de programações culturais, planos de formação política e projetos de comunicação. Ao procurarem organizar a categoria, instituíram o campo da educação sindical como uma estratégia de luta decisiva naqueles anos. Neste texto, abordo o significado cultural e político do grupo de teatro Forja (1979-1991) – constituídos por dirigentes sindicais, trabalhadores da base e por um ator e diretor de teatro. Enfatizo, como características fundamentais desse grupo, a importância do teatro para o denominado trabalho de enraizamento do sindicato no meio da classe trabalhadora e a tarefa cultural de libertação dos trabalhadores.

Cabe salientar inicialmente que, mesmo sob a ditadura militar e dentro de uma estrutura corporativa, o Sindicato de São Bernardo (e não apenas ele) desempenhou o papel de “escola de cidadania operária” para uma parcela significativa dos trabalhadores do ABC paulista. Neste aspecto, teve atuação semelhante à do movimento operário organizado na Inglaterra durante os séculos XIX e XX, ao qual se atribui responsabilidade pela formação da cultura das classes trabalhadoras britânicas, porque “não era somente uma forma de luta, ele também representava para muitos de seus militantes uma forma de autodidatismo” (HOBSBAWM, 1987, p. 270).

Dentro do sindicato, dirigentes e intelectuais procuraram organizar atividades que tinham como objetivo formar os operários da base, assim como os próprios diretores. A participação ativa de intelectuais de esquerda, que ali estavam militando e também repensando discursos e práticas, enriqueceu – lembrando aqui a expressão de Williams (1969, p. 333) – “todo um modo de vida”.

Em colaboração com intelectuais de uma tradição de esquerda, o que o movimento dos trabalhadores do ABC fez em relação ao sindicato e à cultura é algo digno de registro. Por isso, ao focalizar esses homens, sujeitos sociais com práticas e experiências de vida e consciência distintas, o fator que prepondera é a disponibilidade para o exercício do pensamento. Os operários não são vistos como uma “coisa”. Seguindo os ensinamentos

de Williams (1969) e Thompson (1987), os trabalhadores não são apresentados como um grupo passivamente explorado, mas sim como um conjunto de pessoas capazes de criar sua própria tradição, apesar da modernização da mídia de massa e da incorporação à cultura massificada. A capacidade e a vontade de se formar mediante o contato com textos – dos jornais, das peças teatrais, dos livros e dos filmes – correspondia ao desejo daquilo que desde cedo havia sido apartado dos trabalhadores: o conhecimento mais avançado como consequência da privação contínua desse benefício.

É importante esclarecer que as atividades de formação desenvolvidas pelos sindicalistas de São Bernardo – práticas vivenciadas por outros sindicatos e associações de trabalhadores em diferentes lugares no Brasil durante o século XX e noutros países desde o final do século XIX – incluíam iniciativas nos campos da comunicação, da educação e da cultura²⁵.

A respeito delas, importa destacar três questões. Primeiro, a emergência do chamado “novo sindicalismo” no ABC deve ser entendida como um entrecruzamento da política e da cultura nos anos 70 e 80. Depois, o sindicalismo do ABC não pode ser concebido como uma “construção” apenas dos sindicalistas, mas sim como uma operação que abrange práticas e representações de múltiplos personagens, como sindicalistas, jornalistas, advogados, militantes de diferentes organizações revolucionárias – incluindo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, ex-presos políticos e artistas. Por fim, no caso da literatura acadêmica sobre o movimento operário no ABC no pós-64, autores como Leôncio Martins Rodrigues (1974), Maria Hermínia Tavares de Almeida (1975), Amnérís Maroni (1982) e Eder Sader (1988) entre outros, focalizaram o “novo sindicalismo” como um movimento eminentemente político, ou seja, dentro do marco da luta política que incluía denúncia do arrocho salarial, reivindicação por estrutura sindical e contrato coletivo de trabalho, melhores condições de vida e direito de greve, ao mesmo tempo em que excluía a cultura como peça também fundamental nesse jogo.

Pensando no campo da cultura, particularmente no teatro no Brasil do pós-64, interessa salientar que, enquanto a maioria dos artistas estava profissionalmente vinculada à indústria cultural, outros buscavam provisoriamente o exílio e alguns ainda tentavam

²⁵ No terreno da comunicação, vale mencionar o jornal *Tribuna Metalúrgica*, o informativo *Suplemento* e os jornais de trabalhadores das empresas, a TVT – TV dos Trabalhadores, a revista *Ligação*, a Rede de Comunicação dos Trabalhadores – RCT e a Rádio dos Trabalhadores. Com relação à educação e/ou formação, temos: conferências, palestras, congressos da categoria e debates com os operários, assim como o Centro Educacional Tiradentes (CET) e o curso de formação sindical. No campo cultural, são dignos de nota o futebol, os bailes, as festas, as ações do departamento cultural, os festivais de música e os grupos de teatro.

uma resistência à modernização conservadora da sociedade, inclusive ao avanço da indústria cultural. Estes procuravam se articular aos chamados novos movimentos sociais que aos poucos iam se organizando, apesar da repressão, especialmente em alguns sindicatos e em comunidades de bairro, muitas vezes em atividades associadas a setores de esquerda da Igreja Católica. Em Santo André, por exemplo, foi fundado em 1968 o Grupo de Teatro da Cidade (o GTC) que, junto a vários outros grupos teatrais alternativos, montados na periferia paulistana – citam-se o Núcleo Expressão de Osasco, o Teatro-Circo Alegria dos Pobres, o Núcleo Independente, o Teatro União e Olho Vivo, o Grupo Ferramenta de Teatro e o Grupo de Teatro Forja –, constituiu o “teatro da militância”.

Estes seriam os principais aspectos que aproximariam esses grupos entre si e dariam a tônica do movimento dos independentes: produzir coletivamente; atuar fora do âmbito profissional; levar o teatro para o público da periferia; produzir um teatro popular; estabelecer um compromisso de solidariedade com o espectador e sua realidade (GARCIA, 1990, p. 124).

A autora assevera que esses aspectos não devem elidir a “sutileza das diferenças” entre os grupos que garante a especificidade de cada um e marca as “divergências entre si”.

Grupos como o Teatro União e Olho Vivo, o Ferramenta e o Forja se vinculavam aos movimentos sociais de bairros, sindicatos, comunidades de base, fundindo política e cultura na reorganização da sociedade civil sob a ditadura.

Teatro operário

Desde 1971, os dirigentes sindicais reservavam espaço no jornal da entidade para noticiar as atividades culturais. Na edição nº 1 da *Tribuna Metalúrgica (TM)*, que circulou em julho os assuntos estavam dispostos em colunas relativas aos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. O nome da primeira coluna cultural era *Recreação e esporte*. A tônica era o futebol, com destaque para a fundação do Grêmio Esportivo Metalúrgico e para os piqueniques. Em março de 1972, estrearam a seção *Bilhete do João Ferrador* e a coluna *Recreação, cultura e esporte*²⁶ que, além de futebol e passeios, enfatizava fatos históricos, procurando explicá-los para os trabalhadores

²⁶ O personagem *João Ferrador* representa um trabalhador de boné, escrevendo um bilhete. Outros serão criados no decorrer dos anos, como o *Repórter Metalúrgico* e o *Sombra*. Ver *TM*, nº 1, 1971, p. 7, e nº 8, 1972, p. 4-5.

metalúrgicos.

Em 1975, a *TM* veiculava o artigo *O teatro está perto de você*, sobre o Grupo Ferramenta de Teatro, ligado à “escola de madureza” do sindicato, o Centro Educacional Tiradentes (CET), então coordenado pelo professor de Física, José Roberto Michelazzo, recém-saído da prisão – estava detido por conta de suas ligações com a Ala Vermelha. Cabe mencionar que era significativo o número de professores do CET vinculados a organizações clandestinas de esquerda, como Ação Popular (AP), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Convergência Socialista (CS), Ala Vermelha e a dissidência do PC do B.

Os “alunos-operários” do Centro reclamavam por uma atividade que estimulasse ainda mais a leitura de textos e livros. As atuações do Ferramenta deram resposta a esta reivindicação. O grupo se apresentou pela primeira vez em 9 de abril de 1975 no sindicato, como noticiado na *TM*, e em seguida, no dia 20 do mesmo mês e no mesmo lugar, participou da festa de posse da nova diretoria eleita para o triênio 75/78, quando foram realizadas diversas atividades, dentre elas um baile e show musical. Encenou duas comédias escritas por Martins Pena em 1845, *O caixeiro da taverna* e *Quem casa quer casa*. A edição do jornal *TM* ressalta que a representação foi feita pelo grupo “formado e mantido pelo sindicato, como parte das suas atividades culturais e constituído por associados da entidade” (*TM*, nº 28, 1975, p. 5.).

Entre os anos de 1975 e 1978, o grupo apresentou textos teatrais de Martins Pena, Augusto Boal, Osvaldo Dragún e Ariano Suassuna. Os alunos metalúrgicos do CET – afinal, a iniciativa do grupo de teatro veio de dentro da escola –, ajudados por José Roberto Michelazzo, leram e representaram, como escreve Bertolt Brecht, em um de seus poemas, “passado e presente em um” (BRECHT, 2000, p. 233). Ao iniciarem as leituras em voz alta dos textos teatrais dos séculos XIX e XX, estes leitores teatrais do CET compuseram e recompuseram diferentes universos de acordo com as suas intenções e seus desejos. Deram, ao “passado e presente em um” de Brecht, o sinônimo de aliar a leitura (com significados novos) de textos, recheados de crítica social em um determinado contexto, à representação operária de um grupo de metalúrgicos em São Bernardo do Campo. E mais: ao apresentarem as peças, instigavam à incorporação de novos significados, à medida que a platéia operária colocava as mensagens recebidas sob a interpretação da experiência vivida ou reelaborava coletivamente as representações.

As questões políticas e estéticas contidas nas peças eram atualizadas pelo debate entre o grupo de teatro e a platéia no Brasil dos anos 70. Os temas abordados – teóricos e ideológicos – eram, entre outros: a estrutura moral e econômica da sociedade, os embates pelo poder e pelo capital, as pequenas negociatas, a exploração do operário, o caráter do processo da revolução, os aspectos do subdesenvolvimento, o ideal de justiça e liberdade.

Em 1977, o Grupo Ferramenta de Teatro apresentou o *Jogral 1º de Maio*, com repertório que incluía trechos da peça *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal, e a *Canção do subdesenvolvido*, de Chico de Assis e Carlos Lyra, e exibiu também a peça de Ariano Suassuna, *O auto da compadecida*. Relata o ex-aluno do CET e ex-integrante do Ferramenta, Expedito Soares Batista: “naquele ano eu resolvi escrever uma peça que tratasse dos nossos problemas. Por que não? Resolvi me afastar do grupo e me dedicar apenas a escrever o texto. Ninguém acreditou que fosse dar certo”²⁷.

A peça teatral *Eles crescem e eu não vejo* (BATISTA, 1977) tem como mote o retrato da vida cotidiana dos operários. O texto possibilita uma mediação, um canal de acesso, principalmente com o “clima” do dia-a-dia na fábrica e mesmo fora dela. O título foi inspirado na campanha contra a hora-extra promovida pelo sindicato. Enquanto isso, o sindicato promovia um debate operário sobre horas-extras (*TM*, nº 40, 1977), procurando, portanto, construir diferentes canais de mediação com os metalúrgicos.

A imagem que Batista apresenta sobre a vida cotidiana dos operários é a de uma situação imutável. De madrugada até a noite, do início da peça ao seu final, “nada” acontece. Os seus companheiros de trabalho se limitam a reproduzir as suas relações de produção monotonamente, sem aparentar nenhuma esperança. Eles parecem conformados com o seu destino. Os operários estão aniquilados pelas horas-extras de trabalho, pela disciplina fabril, e “nada” fazem para tentar mudar o curso dos acontecimentos.

Aluno do CET em 1977, Batista, que freqüentava os cursos de cinema ministrados por Renato Tapajós no departamento cultural do sindicato e assistia às apresentações de peças em São Paulo, escreveu sobre o que falara mais de perto a sua sensibilidade, ou seja, precisamente sobre aquilo que estava impregnado de experiência vivida. Ao cruzar essa experiência (o cotidiano fabril e doméstico) com as novas experiências na escola e

²⁷ Depoimento concedido à autora em 2001. No final da década de 70, Expedito Soares Batista – atualmente advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – trabalhava como controlador de qualidade junto à linha de montagem na fábrica da Arteb.

no teatro, ele não era um receptor passivo. Era, antes, lembrando aqui a idéia de Davis (1990, p. 157-185) “usuário” e “intérprete ativo” dos textos impressos que lia e ouvia e aos quais também ajudava “a dar forma” – produziu um, na expectativa de falar do seu universo. Expressava, no plano artístico, a visão dele e de um grupo de sindicalistas de São Bernardo que pregava contra a hora-extra.

Nesta perspectiva de análise, o fato de o CET ser mais do que uma escola de madureza tradicional e de abrigar um grupo de teatro colaborou para a instituição de um campo de circulação de experiências e trocas entre alunos e professores – vários incentivavam a politização e a formação daqueles para os quais dirigiam suas aulas. E este complexo processo de ensino-aprendizagem se ampliava e se fortalecia com as discussões e os debates promovidos após as apresentações do *Ferramenta*. A platéia subia ao palco e os seus componentes, ultrapassando os limites de meros espectadores reflexivos, passavam a integrar o elenco e construíram novas cenas, com diferentes discursos que intertextualizavam o já dramatizado. Aí então se expressava também o aprendizado do “madureza”.

Muitos dos textos e das atividades desenvolvidas no CET tinham um caráter de intervenção social. A peça de Batista – um esforço de fabricação da escritura –, ao relatar o cotidiano doméstico, no qual não era possível acompanhar o crescimento dos filhos, e o cotidiano da disciplina fabril, unia as vivências pessoais do autor às da platéia operária, movimentando-as. A produção do texto, ao deixar de apontar para um final fechado, permitia que o público “escrevesse” diferentes finais. Exatamente porque “assistir” significava “articular”, estabelecia-se um processo de interação dialética que implicava uma atividade mental à medida que envolvia o desenvolvimento da capacidade de organização das sensações. Ettore Scola, ao se pronunciar sobre por que deixa suas histórias em aberto, defende que “é o público que deve concluí-las. Um filme não tem o poder de mudar uma realidade, mas pode convidar ao questionamento. Esta, para mim, deveria ser a função do cinema. Por isso prefiro não ter finais muito fechados, nem heróis”²⁸.

O encerramento das atividades do CET, que incluíam o curso de madureza, o supletivo e o Grupo Ferramenta de Teatro, aconteceu num período de mudança na situação política e sindical no país. No final da década de 70, com a progressiva “abertura

²⁸ Entrevista de Ettore Scola concedida a Francesca Angiolillo e publicada sob o título *O espelho trincado de Ettore Scola* pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 07 de setembro de 2001, p. 9.

democrática”, a organização do movimento de trabalhadores passou a enfatizar a criação das comissões de fábrica, os cursos de formação, a profissionalização de mais diretores, a expansão dos meios de comunicação e a manutenção das atividades culturais. A escola tinha esgotado sua importância de meio auxiliar do movimento, mas a classe operária insistiu em resgatar pelo menos parte dela: a atividade artístico-cultural.

Maio de 1979, um grupo de operários e filhas de operários metalúrgicos reunia-se na sede do sindicato, que há menos de dez dias estava sob intervenção. O grupo pretendia realizar um trabalho cultural a partir do sindicato, que além de ser uma opção de lazer, pudesse também contribuir no crescimento e avanço da consciência da classe operária. [...] O teatro era arma. [...] Formou-se assim o Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. [...] Mas não era a primeira vez que esses operários se reuniram para falar de teatro. Alguns já haviam participado do extinto Grupo Ferramenta também do sindicato (URBINATTI, 1981: 9).

Já em fins de 1978, na preparação da campanha salarial para 1979, esse grupo de trabalhadores metalúrgicos havia se organizado para montar uma peça que pudesse ajudá-los no esclarecimento e na mobilização da categoria em torno do contrato coletivo de trabalho, que era o eixo principal da campanha. Baseado em entrevistas, o coordenador-geral Tin Urbinatti, vindo do Grupo de Teatro das Ciências Sociais da USP, escreveu um “esquete curto e grosso: *O contrato*, que em menos de um mês eles montaram e apresentaram no sindicato e nos bairros” (URBINATTI, 1981, p. 10).

Depois da greve e da intervenção, o Grupo Forja estava criado e tinha definido alguns de seus objetivos: “atuar no sindicato, nos bairros e favelas onde moram os metalúrgicos; montar peças mais elaboradas artisticamente e peças mais simples (esquetes) para auxiliar mais diretamente nas campanhas deflagradas pelo sindicato” (URBINATTI, 1981, p. 10).

As lideranças sindicais, ao promoverem as atividades do departamento cultural e apoiarem as investidas teatrais dos trabalhadores, procuravam construir laços sólidos com a sua categoria.

No dia 7 de março de 1980, o informativo *Suplemento* lançava o personagem Sombra, que denunciava as irregularidades nas fábricas. As notícias da Ford, da Brastemp e da Volks dividiam espaço com as do Fundo de Greve – a exemplo deste chamado: “Baile para ajudar o Fundo de Greve da categoria. Compareça [...]” – e as do teatro – “Pensão

Liberdade é o nome da peça que o Grupo Forja, formado por trabalhadores, irá apresentar domingo dia 9 às 20 horas, no auditório do sindicato. [...] Compareça e traga a sua família” (SUPLEMENTO, 7 mar. 1980, p. 1)²⁹.

No dia seguinte à estréia, apareceu uma pessoa procurando o departamento cultural do sindicato e se identificou ao diretor como agente da Polícia Federal. Solicitava que fossem encaminhadas três cópias do texto *Pensão liberdade* (escrito pelos atores-operários) àquela repartição. Aliás, é importante registrar que a peça mostra como o operário vê os seus problemas, as lutas, o seu trabalho. Narra o que é a vida do operário no dia-a-dia em uma pensão. Mostra a luta na fábrica, o desemprego, o escritório, o movimento estudantil, o sindicato, a assembléia, a greve e o piquete.

Em 1981, foram apresentados dois trabalhos: *Operário em construção*, baseado em poesias de Vladimir Maiakóvsky, Vinícius de Moraes e Tiago de Melo, e uma peça de teatro de rua, *A greve de 80 e o julgamento popular da Lei de Segurança Nacional* (SUPLEMENTO, 22 jan. 1981). Essas peças eram encenadas nas ruas, nas praças, na Vila Euclides (Estádio 1º de Maio), ou seja, nos locais onde a diretoria cassada em 1980 – o sindicato estava sob nova intervenção federal – realizava as assembléias da campanha salarial de 1981. Sem a sua casa, sua oficina de trabalho, que era o sindicato, os operários utilizavam o espaço do Fundo de Greve.

Com as duas peças, “o Forja cumpria seus objetivos: 1. fazer um teatro que fosse uma opção cultural, de lazer para os trabalhadores e 2. cumprir a função social do teatro de fornecer subsídios para a reflexão da própria vida e realidade” URBINATTI, 1982: 15-16).

O ano de 1982 começou com o anúncio, no *Suplemento*, de um grande show baile com Gonzaguinha no conjunto Vera Cruz. Ainda no mês de janeiro, ocorreram a 1ª Feira de Cultura Operária Popular e o baile de verão no sindicato (SUPLEMENTO, 17 mar. 1982). Simultaneamente, estava sendo agilizada a campanha salarial de 1982, e o jornal mais uma vez serviu para mobilizar os trabalhadores; na edição de 3 de fevereiro daquele ano, publicava: “O Grupo Forja convida os companheiros que saibam tocar instrumento de acompanhamento de samba (bataque) para acompanhar o Grupo durante as assembléias da C. Salarial” (SUPLEMENTO, 3 fev. 1982). *O robô que virou peão* foi a peça de teatro de rua que auxiliou a diretoria do sindicato nas assembléias da campanha – um teatro sem texto, sem palavra alguma, apenas mímica e gestos.

²⁹ Consultei também o folheto *Associação: venha contribuir para seu Fundo de Greve* (1980) e *TM*, nº 56, 1980, p. 8.

O Grupo Forja materializou, nesse trabalho, alguns personagens como João Ferrador, o Patronildo e o Sombra, que até então eram apenas estampados nos jornais e boletins do sindicato ou nas camisetas do Fundo de Greve. Desse modo, “o trabalhador via na sua frente o João Ferrador, o Sombra, ou o Patronildo, os quais vinham cumprimentá-lo. Personagens que até então eram apenas imagens que estavam em seu pensamento, em sua memória, na sua cultura de peão do ABC” (URBINATTI, 1981: 78). Ao discutir a robotização nas fábricas, o Forja apresentava, nas cenas finais, os operários e o robô mandando o patrão para o “olho da rua”; inclusive, no início da peça, os operários levavam o “novo companheiro” para uma pescaria, colocando um enorme coração no peito do robô.

Também no ano de 1982 a trupe era encontrada agitando os trabalhadores com outro texto teatral (SUPLEMENTO, nº 442, out. 1982), intitulado *Pesadelo*, que estreou no dia 16 de outubro. Escrita e dirigida pelos operários, a peça examina o problema do desemprego em plena recessão da década de 1980.

Vale realçar que as duas peças, *Pensão Liberdade* e *Pesadelo*, focalizam, entre outros assuntos, a luta na fábrica e fora dela, o desemprego, o sindicato, a greve, o piquete, a figura do “fura-greve”, o arrocho salarial, a autonomia e liberdade sindical, as comissões de empresas, os delegados sindicais e o contrato coletivo de trabalho, enfim, múltiplos pontos de vista sobre realidade(s) dos trabalhadores e várias identidades em cena.

Merece ser frisado que o Grupo de Teatro Forja, representando a categoria metalúrgica de São Bernardo e Diadema, participou do II Festival de Teatro Amador do ABC, promovido pela Prefeitura de Santo André em outubro de 1982. Para a felicidade do grupo e do próprio sindicato, *Pesadelo* obteve a maioria dos prêmios. Recebeu troféus por melhor espetáculo, melhor cenário, melhor ator coadjuvante e melhor atriz coadjuvante, além de medalhas de menção honrosa para Jonas Francisco dos Santos e José Carlos Barbosa (pelo trabalho de ator), para Tin Urbinatti (direção) e para os figurinos. O *Suplemento* fez questão de destacar que os troféus e as medalhas estavam em exposição no sindicato: “Com esse feito do Forja, a categoria metalúrgica de São Bernardo e Diadema dá demonstração de que é capaz de produzir não só dentro da fábrica, mas também de fazer a sua cultura. A cultura do trabalhador, feita por ele mesmo.” (SUPLEMENTO, nº 450, nov. 1982, p. 1).

A peça *Pesadelo* ficou em cartaz no sindicato até dezembro daquele ano e foi retomada

em janeiro de 1983, encerrando o ciclo de apresentações no mês seguinte. Assim, entre os anos de 1983 e 1984, os líderes sindicais de São Bernardo continuaram apostando todas as suas fichas nas atividades culturais, especialmente no grupo de teatro. Durante a campanha salarial de 1983, por exemplo, na tentativa de mobilizar ainda mais a categoria, o sindicato promoveu, em uma assembléia da Vila Euclides, apresentação do Forja com a peça *Brasil S.A.* – uma sátira do acordo com o FMI e do “gordo” (Delfim Neto) e seus “capangas” (SUPLEMENTO, nº 513, mar. 1983).

Já em 1984, o Forja exibiu duas peças: *Operário em construção* e *Pesadelo* – esta no Teatro Elis Regina em São Bernardo (SUPLEMENTO, nº 669, maio 1984). No decorrer de 1985, além das múltiplas atividades culturais propostas pelo sindicato (festas, bailes, shows, ciclo de cinema e ciclo de debates), o grupo continuou apresentando *O operário em construção* e as peças *Dois perdidos numa noite suja*, de Plínio Marcos, e *Boi constituinte* (SUPLEMENTO, nº 826, maio 1985), esta composta de duas danças populares brasileiras, o Boi-bumbá e a Congada. Focando como tema a Constituinte, o espetáculo evidencia, através das “evoluções” de suas personagens, os interesses dos trabalhadores e dos patrões na luta do dia-a-dia (SUPLEMENTO, nºs 841, 843 a 845 e 847, jun.-jul. 1985).

Entre 1986 e 1987, o Forja prosseguiu atuando no sindicato e em outros espaços. Nos dias 4 e 5 de abril de 1987, marcando os oito anos de atividades do grupo, foi encenada *A revolução dos beatos*, escrita por Dias Gomes e ambientada na década de 1920 na cidade de Juazeiro no Ceará. Trata dos milagres do Padre Cícero e interpreta como essa crença do povo no “padrim” foi utilizada para eleger políticos da época (SUPLEMENTO, nº 1129, abr. 1987).

A partir de 1988, uma intensa programação de peças de outros teatreiros da região movimentou o já agitado cosmo de trabalho e luta operária no ABC. Ao mesmo tempo em que o departamento cultural incentivava a formação de um novo grupo de teatro do sindicato – com a dissolução do Forja, por conta das divergências entre os trabalhadores e os dirigentes – abria-se espaço para grupos como Um Certo Quadro Negro, Renascença, Oikoserгон e Calango (Ver *TM* entre os anos de 1988 e 1991). Neste contexto, importa recordar o discurso das lideranças sindicais de São Bernardo:

O trabalhador, no seu cotidiano, escreve poesias, faz música, pinta, faz escultura, enfim, produz arte. Temos que captar isto como forma de resistir ao que é imposto pelos meios de comunicação burgueses. [...] É preciso priorizar a questão cultural como formadora

de consciência política e que possibilite ao trabalhador entender o seu papel no processo de transformação, [...] (*Resoluções do 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema*, São Bernardo do Campo, 1991, p. 22).

Com um público médio de 150 pessoas nas apresentações teatrais, o departamento cultural investiu na capacidade dos trabalhadores de desenvolver arte dramática e buscou assegurar o acesso deles às manifestações culturais, bem como criar espaço para montagem e exibição.

Paralelamente, em 1991, o Grupo de Teatro Forja retornava com a peça *Águia do Futuro*, questionando o futuro da humanidade, mostrado a partir do cotidiano de uma família (*TM*, nº 1863, 05-03-1991, p. 2). Mais uma vez, arte e diversão no sindicato, na fábrica ou em outros espaços com os quais o Forja se acostumou no decorrer da década de 1980.

O Forja acabou produzindo um universo de linguagens, representações, imagens, idéias, noções que eram assimiladas tanto pelas lideranças sindicais como pelos trabalhadores da base. Sem dúvida, o teatro operário impulsionou, de forma decisiva, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos em São Bernardo em direção a uma experiência cultural significativa para o sindicalismo brasileiro. Como lembra Octavio Ianni, “a emancipação da classe operária, em termos sociais, econômicos e políticos, compreende também a sua emancipação cultural” (IANNI, 1991, p. 138).

A tentativa de manter um grupo de teatro vinculado ao sindicato não foi uma tarefa fácil. Criar as chamadas condições concretas esbarrava numa série de entraves, tais como a falta de hábito de leitura, problemas pessoais entre uma ou várias pessoas, membros do grupo que apareciam nos ensaios e/ou reuniões de ressaca, “mal-dormidos” ou mesmo alcoolizados, falta de disciplina, “autoritarismo” dos dirigentes sindicais (e mesmo do coordenador Tin Urbinatti) e dificuldades em formar platéia.

No entanto, é possível afirmar que o que unia e fortalecia o Forja era a presença constante do coordenador do grupo profundamente identificado com a questão da cultura. No caso, Tin Urbinatti levou, aos trancos e barrancos, a idéia de socializar textos teatrais entre os operários do ABC. O Forja se caracterizava especialmente pela criação coletiva de textos, por atuar nas campanhas salariais (nas portas de fábricas, nas assembléias e nos bairros) e na assessoria a movimentos sociais locais, não deixando de lado a montagem de peças identificadas com seu projeto estético-político. É o caso, por exemplo, de *Dois perdidos numa noite suja*, de Plínio Marcos, e de *A revolução dos*

beatos, de Dias Gomes. Para o Forja, era fundamental associar a escritura de textos, como uma forma de intervenção social e ficcional, ao chamado trabalho cultural de libertação dos trabalhadores. Tendo como marca registrada o entrecruzamento entre o sindicato, a militância e o universo cultural, o Forja ousou muito na criação e na invenção teatral.

Arte engajada

Fernando Peixoto, no texto *Quando o povo assiste e faz teatro* – a propósito da peça *Pensão Liberdade* encenada pelo Forja – salienta a importância do teatro popular como uma questão política, identificando o movimento teatral como “uma estética do oprimido, que exprime a ideologia da libertação”. E ele acrescenta:

Existe uma arte revolucionária, que não deixa de ser arte por assumir a tarefa prioritária de transformar a sociedade. Que, enquanto arte, sabe que sua eficácia política está na razão direta de sua riqueza artística. [...] Ela faz da urgência de transformar a estrutura social, a partir de seus fundamentos econômicos, uma necessidade primeira: faz da atividade artística uma arma de conhecimento e reflexão. [...] Teatro popular é uma questão política: não pode ser compreendido fora da batalha pela democracia e pelo socialismo (PEIXOTO, 1981/1982: 32-33).

Para as lideranças sindicais de São Bernardo, o empenho em desenvolver atividades culturais requeria objetivos pontuais, como “desenvolver o ser humano no seu todo, proporcionar momentos de lazer, desenvolver o intelecto, fortalecer a luta” (1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, *Resoluções*, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1993, p. 25). Entretanto, é preciso não esquecer que as relações entre os trabalhadores da base, os coordenadores e os diretores sindicais estava marcada tanto pela criatividade e liberdade como pela tensão e pela fogueira de vaidades. Não só no teatro, mas também nas outras experiências culturais, a exemplo da TV dos Trabalhadores (TVT), a circulação dessas iniciativas propiciaram a formação de uma importante liderança no meio operário e político (para citar alguns: Luis Inácio da Silva (o Lula), Djalma Bom, Jair Meneguelli e Vicente Paulo da Silva). Essas relações evidenciam também outra questão candente para o “novo sindicalismo”: a instrumentalização da cultura pelo sindicato e posteriormente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Todas as informações aqui reunidas compõem uma parte importante da história social e cultural dos atores-operários do ABC, um “acervo fundamental” nas palavras de Ianni (1991, p. 139). Mas a história continua a ser contada, em outros contextos, por outras personagens, e registrada por jornais, sindicais ou não.

Em abril de 2000, uma matéria na *Folha de São Paulo*, com o título “MST apresenta peça em assentamento”, colocou em evidência o Grupo Teatral Vida em Arte, criado em 1998 no assentamento de Rondinha, e o espetáculo *Retorno à terra*. De acordo com os coordenadores do grupo, “o objetivo é utilizar o teatro como instrumento de reflexão e conscientização da sociedade”(*Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 28 de abril de 2000, p. 9). A peça foi encenada por 16 agricultores que trocaram a lavoura pelo palco, repetindo o movimento dos metalúrgicos que nos anos 70 deixavam as fábricas e iam falar de trabalho, política e sociedade em outros palcos do ABC paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes – Jornais e Outros Documentos

BATISTA, Expedito S. *Eles crescem e eu não vejo*. 1977 (texto datilografado).
 RESOLUÇÕES DO 6º CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA, São Bernardo do Campo, 1991.
 RESOLUÇÕES - 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1993.
 SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, 1980-1991.
 TRIBUNA METALÚRGICA, 1971-1991.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*, São Paulo, nº 6, 1975, p. 49-74.
 BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.
 DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
 GARCIA, Silvana. *Teatro da militância*. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
 GRUPO DE TEATRO FORJA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. *Pensão Liberdade./ Pesadelo*. São Paulo: Hucitec, 1981/1982.
 HOBBSAWM, Eric J. A formação da cultura da classe operária britânica. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 IANNI, Octavio. Teatro operário. In: *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
 MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
 PARANHOS, Kátia R. O teatro operário entra em cena: duas versões do mundo do trabalho. *ArtCultura*, Uberlândia, Edufu, v. 4, n. 4, 2002, p. 67-79.
 PEIXOTO, Fernando. Quando o povo assiste e faz teatro. In: GRUPO DE TEATRO FORJA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. *Pensão Liberdade./ Pesadelo*. São Paulo: Hucitec, 1981/1982.
 RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
 URBINATTI, Tin. *Pesadelo: um processo de dramaturgia*. In: GRUPO DE TEATRO FORJA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. *Pesadelo*. São Paulo: Hucitec. 1982.
 WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

O Futuro do Sertão: paisagens urbanas, memória e natureza – Goiás (séculos XVIII –XIX)

Maria de Fátima Duarte Tavares
Arquiteta pela Universidade de Brasília
Doutora em história social pelo PPGHIS/IFCS da UFRJ
mfdtavares@uol.com.br

Resumo

O processo de implantação de núcleos urbanos e de povoamento de Goiás, no século XVIII, está associado à transformação da natureza e ao domínio do território que se estruturou durante a prevalência da mineração. As cidades, elementos fundadores da ocupação do território de Goiás, deveriam configurar-se como marcos da civilização. No entanto, após a fase aurífera e a conseqüente dispersão populacional, configura-se o problema da progressiva morte de cidades que, dependentes de uma economia de subsistência, tornam-se signos de um retorno social ao estado de natureza. No século XIX, decadência e isolamento são os traços que caracterizam a paisagem urbana, e a memória dessa ocupação é enfatizada em função de seu próprio desaparecimento.

Palavras-chave: Paisagem, cidade, memória, natureza, Goiás

Abstract

The process of implementing urban centers and populating Goiás, in the 18th Century, is associated to transformation of nature and control of the land, structured during the mining prevalence. The cities – elements that founded the occupation of Goiás' lands – should serve as civilizing milestones. However, after the gold phase and the consequent population dispersion starts the gradual death of cities that, because of the dependency on a subsistence economy, become icons of a social return to the nature state. In the 19th century, decadence and isolation are features that characterize the urban landscape, and the memory of that occupation is emphasized thanks to its own disappearance.

Keywords: Landscape, city, memory, nature - Goiás

O processo de implantação de núcleos urbanos e de povoamento de Goiás, no século XVIII, está associado à transformação da natureza e ao domínio do território que se estruturou durante a prevalência da mineração. No entanto, após a fase aurífera e a conseqüente dispersão populacional, configura-se o problema da progressiva morte de cidades, que passaram a ser dependentes de uma economia de subsistência. No século XIX, a decadência e o isolamento são os traços sobre os quais as paisagens urbanas de Goiás serão caracterizadas.

Os viajantes naturalistas relatam a existência de um conjunto de cidades cujas práticas e relações sociais reproduzem tradicionalmente a manifestação de laços de sociabilidade entre populações urbanas e rurais. Essas práticas, com origem no período de formação, remetem à dimensão da memória social e, quando relacionadas ao domínio da paisagem urbana e à relação com a natureza, conduzem o olhar dos viajantes a elaborar as imagens que circunscrevem o sertão de Goiás em oposição à ordem da civilização.

A classificação e o enquadramento das paisagens urbanas associam-se ao sentido da duração ou do perecimento da materialidade do construído, mas, também, ao sentido do tempo social. As marcas da transformação da natureza, que deveriam ser parte do processo civilizador são, quase sempre, vislumbradas como rudimentos de civilização, muito próximo do que os viajantes pressupunham ser a barbárie. No entanto, é significativo como, em especial em Saint-Hilaire, a idéia de sertão (termo de origem portuguesa) passa a ser utilizada para caracterizar o meio observado, em oposição à visão dos habitantes locais, que não consideravam os seus lugares de domínio como parte do sertão.

As narrativas dos viajantes, que advêm da observação direta, podem ser comparativamente analisadas com as fontes anteriores que relatam a situação do século XVIII e início do XIX, mas produzidas localmente. A região e suas populações podem ser avaliadas conforme o olhar do observador e seus propósitos de observação, mas os temas da vida política, da dimensão geográfica e do valor do trabalho são comuns às elaborações dos viajantes e às fontes locais.

Deslocamentos e observação do território

A região de Goiás foi incorporada ao processo de colonização após a descoberta e exploração do ouro, com o surgimento de cidades e um intenso deslocamento de

populações. Embora com produção aurífera muito inferior à de Minas Gerais, Goiás tornou-se estratégico para o domínio territorial alcançado no período colonial. A ocupação do território, antes dominado por diferentes povos indígenas, foi expressa, desde o século XVIII, por observações associadas a diferentes códigos de apreensão e propósitos distintos. Pode-se classificar a produção documental sobre a região em três vertentes, distinguidas por suas filiações a saberes formalmente instituídos.³⁰

O território de Goiás foi rastreado e avaliado ao longo dos séculos XVIII e XIX com o fim de se reconhecer e mapear suas dimensões e principais características geográficas e populacionais. No século XVIII, é a produção do saber geográfico que domina, apesar de existirem outras produções de cunho memorialista e de caráter estatístico. A cartografia de Goiás está vinculada à situação geopolítica da colônia e às estratégias de negociação dos tratados de limites com a Espanha. Já no século XIX, a produção do conhecimento científico enquadra-se na concepção de História Natural e envolve várias expedições de viajantes estrangeiros interessados na exploração e classificação sistemática da natureza e no reconhecimento dos vestígios materiais, costumes e práticas sociais associadas ao território observado.

A primeira vertente de conhecimento resulta, inicialmente, na produção cartográfica que será utilizada para definir os limites territoriais do Brasil e é determinada por um senso estratégico de manutenção do território conquistado. Note-se que pelo menos durante as negociações dos tratados da fronteira colonial com o domínio espanhol esta região de Goiás, recentemente ocupada a partir do início do século XVIII, era crucial para garantir o território até Mato Grosso sob controle de Portugal.

A segunda vertente resultou em um conjunto de obras, que sob o olhar dos diferentes naturalistas, ampliou o conhecimento sobre a natureza, identificou elementos da flora e fauna associados ao contexto geográfico e observou, segundo seus parâmetros de civilização, a sociedade em formação que encontraram nesta parte do Brasil.

Uma terceira vertente de conhecimento se destaca em Goiás no século XVIII e terá continuidade ao fim do século XIX e no século XX, que é a elaboração do saber projetivo. Este, distinto dos acima comentados, não tem por objetivo produzir conhecimento a partir da observação direta da abrangência geográfica e humana, mas projetar, no período colonial, os espaços urbanos e os aldeamentos indígenas a serem ocupados pelas diferentes populações locais, segundo parâmetros de concepção de

³⁰ Uma quarta vertente pode ser assinalada com ressalvas, pois está associada às que serão referidas, e trata da representação paisagística, mas não está sendo contemplada nesta abordagem.

regularidade formal e de um entendimento de prevalência da dimensão pública (ou coletiva) sobre a ordem privada. Estes pressupostos de regularidade definem os projetos de aldeamentos indígenas de Goiás e a configuração urbanística da cidade de Vila Boa, sede da capitania, especialmente no que tange à sua expansão futura.

O paradigma da civilização

O ideal civilizatório, no âmbito do pensamento ilustrado, perpassa os setores letrados do século XVIII na colônia, associado à renovação instituída no período pombalino, mas após a independência essa noção torna-se central para estabelecer os referenciais de nacionalidade. O pensamento social e político do Brasil, conjugado muitas vezes às formas de apreensão e de representação da natureza, se desenvolve e estrutura nos termos de um projeto civilizatório, quando está em foco a construção da nação.

As elaborações textuais dos viajantes estrangeiros se fundamentaram em suas observações diretas, mas também em documentos já produzidos localmente, especialmente aqueles que se reportam a dados estatísticos, geográficos e à história política. Suas obras, por sua vez, constituíram-se em referência para a elite letrada brasileira do século XIX.

Além das noções de progresso e da valorização do saber científico que marcam o pensamento dos meios intelectuais e institucionais dominantes no século XIX, centrados no Rio de Janeiro, cabe destacar a noção de civilização como paradigmática.

Note-se que a representação de um Brasil dividido entre o litoral e o sertão, entre civilização e barbárie, pode corresponder a uma transposição da diferenciação historicamente construída entre metrópole e colônia, mas tem seu suporte na valorização da cidade, como centro de civilização. O enquadramento do que pertence ou não à ordem da civilização é definido sobre os parâmetros de quem detém a prerrogativa do olhar e da apreensão do outro. No entanto, cabe perceber como a apropriação da noção de civilização traduz sua historicidade.

Deslocamentos de populações e ocupação do território (século XVIII)

Durante a segunda metade do século XVIII, as cidades fundadas ao sul da capitania estavam relativamente bem integradas por rede de estradas, além de sua localização

próxima aos rios, e sua população apresentava traços de composição semelhantes. Os laços sociais entre os setores dominantes foram definidos inicialmente por relações de parentesco e pela origem paulista. Este traço é relativamente acentuado em Pilar de Goiás e a memória dessa migração de São Paulo para Goiás ficou registrada pelo historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme em sua *Nobiliarquia Paulistana*. A presença de populações de outras origens não se deu sem conflito, tendo em vista a manutenção de cargos oficiais e controle da exploração do ouro. Note-se que a construção dessa memória de ocupação, em Pedro Taques, é claramente associada ao projeto de domínio dessa região aurífera, após os conflitos já decorridos em Minas Gerais com portugueses e outras populações que migraram de outras regiões.

A história de Pilar de Goiás, neste período, tal como a das demais povoações, é marcada pela relação conflitiva com indígenas e escravos de origem africana, que se refugiavam em quilombos nas matas. Pedro Taques, que foi morador de Pilar, narra alguns desses eventos. A expansão da colonização neste território deu-se por um movimento de conquista, que assume em alguns casos a ofensiva declarada do lado do colonizador (guerra ofensiva), justificada legalmente pelo ataque indígena aos povoados emergentes. Após 1749, quando se institui, o governo direto da capitania, desmembrando-se Goiás de São Paulo, outras estratégias passam a ser consideradas, embora nem sempre mantidas por todos os governantes. Um intenso deslocamento de povos indígenas, porém, marca os momentos em que as autoridades representativas do poder colonial assumem uma postura de pacificação com o objetivo de integrar esses povos ao processo colonizador de ocupação.

Até ao início do século XIX, a correspondência entre governadores e a Coroa permite observar a manifestação de diferenças relevantes entre os interesses dominantes locais e as estratégias políticas metropolitanas. O interesse local divergente é explicitado na manutenção da escravização indígena, apesar das determinações reais em contrário. Embora os estudos já realizados não levem a dados quantitativos, são relevantes os indícios de que a relação com a população indígena era mais ampla do que as hostilidades recíprocas de guerra e a redução aos aldeamentos, para os quais o poder da Coroa determinava um novo modo de vida, mas não o trabalho escravo.

A aplicação da política indigenista pombalina, instituída com o *Diretório*, será exercida em Goiás com a criação de vários aldeamentos formalmente organizados por um controle secular. Nesses se deveria pressupor a liberdade do indígena, desde que este

fosse submetido a um conjunto de regras cotidianas de trabalho, aprendizado religioso e de ofícios. No entanto, pode-se dizer que os aldeamentos se tornaram um lugar de disputa de mão-de-obra, sujeita a diversos interesses. (CHAIM, 1983, p. 144)

As cidades goianas apresentam nexos com estes diferentes propósitos. Pilar de Goiás foi fundada por João de Godoy Pinto da Silveira, que assumiu o papel de comandar tropas contra indígenas após a morte de Antonio Pires de Campos, anteriormente contratado para tal fim pelo governador de São Paulo, Luiz de Mascarenhas. A cidade também financiava expedições de guerra e, conforme o contexto do conflito, chega a participar da montagem do aldeamento do Carretão de Pedro III, já na década de 1780. (SOUSA, 1849, p. 448).

Os núcleos destinados aos indígenas, se for analisado seu papel como elementos de inclusão ao sistema colonial, fracassaram. Mas este fato não elimina sua importância como representação simbólica e constitutiva de uma experiência territorial, que pode ser entendida como pertencente a um projeto civilizatório antagônico aos interesses imediatistas dos colonos. Ao mesmo tempo, a sobrevivência precária de alguns desses aldeamentos até ao início do século XIX, permite compará-los às próprias cidades da mineração que estão em franco processo de esvaziamento populacional.

Essas cidades, da ocupação de Goiás, ao contrário dos aldeamentos, não obedeceram aos mesmos rigores formais. Apesar da tentativa dos representantes do poder real de definir regras urbanísticas para Vila Boa (sede do poder político e administrativo na capitania), a carta régia que orientava a implantação urbana foi desconsiderada e houve intensa oposição à regulação criada posteriormente no governo de Luiz da Cunha Menezes. Há, no entanto, semelhança significativa na implantação e configuração de cidades como Vila Boa, Meia-Ponte e Pilar de Goiás. Destaca-se a sua relação com os rios e as zonas montanhosas cobertas por floresta, que cercam os vales em que se situam. Cumpre destacar o papel que estes centros detinham na manutenção do território ocupado, considerando-se, contudo, que a vida urbana não se dissocia do espaço criado para a produção agrícola e nem de suas áreas de mineração.

A prevalência da atividade mineradora não excluiu o desenvolvimento da produção agrícola em Goiás, que tinha tanto caráter mercantil quanto de subsistência. O que era comercializado destinava-se ao abastecimento das povoações e às áreas de mineração.

Os fluxos de pessoas e de mercadorias entre as cidades da região sul de Goiás não deveriam ser desprezíveis, já que uma verdadeira rede de caminhos se constituiu e se

manteve entre elas. A conexão com o restante da colônia se desdobrava em diversas direções, para o Rio de Janeiro, atravessando Minas Gerais, se fazia o escoamento oficial do ouro e o comércio de produtos suplementares à vida na região, com destaque para a importação de sal, ferro e tecidos. Para a Bahia, prevalecia o comércio do gado, e para Cuiabá (Mato Grosso), considerando a atividade de trocas comerciais, Goiás parece constituir mais rota de passagem. A relação com São Paulo tudo indica ser bem inferior às demais rotas, após a perda da exclusividade do tráfego aurífero.

A ocupação da região norte, que foi a dos achados de ouro mais tardios, foi alvo, após a década de 1770, de políticas dirigidas ao povoamento e ao estabelecimento de um eixo preferencial de trocas comerciais com Belém do Pará, através da navegação dos rios Araguaia e Tocantins. As tentativas, frequentemente interrompidas, se equiparam às oscilações de rumo político, especialmente no que toca à relação instável com as populações indígenas.

Visões da Natureza, fixação de populações e a memória local

É considerável a extensão do território ocupado pelos núcleos auríferos, que seguiram quase sempre a presença do ouro e a proximidade de rios. Dessa ocupação resultou um conhecimento prático do sistema hidrográfico e a elaboração no ano de 1778, no governo de Jose da Almeida Vasconcellos, da *Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás* elaborada pelo Sargento-Mor Thomaz de Souza, composta pela rede hidrográfica e por sua divisão em julgados, tendo, portanto, caráter político-administrativo. Outros mapas gerais serão elaborados no século XIX: o de 1819, a pedido do Governador Fernando Delgado de Castilho, e a *Carta Corográfica*, publicada em 1836, que acompanha o *Itinerário* de Raimundo José da Cunha Matos, governador de armas de Goiás no período pós-independência. Nessas elaborações cartográficas expressa-se o sucessivo processo de ocupação, mas não a dimensão do seu retrocesso, explicitamente tratada nos registros de cunho memorialista e nos relatos de viagem.³¹

³¹ Outras incursões para mapear o território ocorreram vinculadas aos tratados de limites. Privilegia-se neste trabalho a produção de uma memória local em comparação com a narrativa dos viajantes. Por essa razão, não serão discutidas as obras de Cunha Matos, de cunho histórico-geográfico e que resultam de seu papel como agente central do Estado após a independência. A obra referida intitula-se *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias Minas Gerais e Goiás*, publicada no Rio de Janeiro, Tip. Villeneuve, em 1836. Para essa questão sugere-se a análise de Cid Prado Valle sobre a idéia de natureza e a formação do Estado em: *Risonhos lindos campos: natureza tropical, imagem nacional e identidade brasileira*. Rio de Janeiro: o autor, 2005.

O conhecimento hidrográfico é traduzido textual e esquematicamente, em 1812, na *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás* do Padre Luis Antonio da Silva e Sousa. Sua obra tem o propósito de solicitar e atrair políticas econômicas favoráveis à retomada das atividades produtivas em Goiás, de forma a superar o quadro de estagnação e abandono em que se encontrava. Nestes termos, compreende-se parte da exaltação promovida na sua *Memória* sobre as possibilidades quase ilimitadas com que caracteriza essa região. As riquezas de Goiás estão aqui associadas aos próprios elementos geográficos. Da “cordilheira da serra” situada próximo a Meia-Ponte descem os rios que se dirigem ao Paraguai, Grão-Pará e sertões do S. Francisco. A exploração do ouro revelou esta “porção do Novo Mundo”, que, em situação vantajosa, se constitui na região central do Brasil.

Silva e Sousa, ao explorar a exaltação à natureza, aproxima-se de uma visão paradisíaca aparentemente comum à elite letrada do seu tempo, mas assume também a crítica social ao processo de colonização e a crítica política à ausência do Estado na formulação de políticas de fomento.

A *Memória*, dedicada em sua grande parte à história política, tece um quadro de decadência generalizada e do povoamento rarefeito da capitania, que se explicariam pela ociosidade, pela dependência da escravidão e pela prevalência dos interesses privados sobre a dimensão do bem comum. Essas seriam as razões que não permitiram o aproveitamento das riquezas ofertadas pela natureza. A região marcada por montanhas e terrenos planos, vastas matas e campinas, que produz “com facilidade a vinha, o açúcar, café, algodão, trigo e todo o gênero de grão que se lhe plante”, ainda aguarda o seu futuro mais promissor. A salubridade caracterizaria a capitania, com a única exceção das áreas inundáveis pelos rios, que durante as enchentes acumulavam restos de vegetação e se tornavam “paludosos”. (Sousa, 1849, p.430).

Nesta exceção, no entanto, enquadram-se as áreas onde se concentrava o trabalho dos escravos e na sua proximidade se implantaram as povoações dos mineradores, razões indicadas por outros autores mais tarde para explicar a insalubridade desses lugares.

Observe-se que essa versão, favorável à facilidade do trabalho e à adaptação da população, não autóctone, a Goiás, será muito reproduzida no século XIX e no século

XX.³² Essa não é, porém, a única visão formulada sobre a relação sociedade e natureza implícita na discussão de Silva e Sousa. *A Notícia Geral da Capitania de Goiás*, de 1783, trata, ao contrário, do aspecto da diversidade dos solos e de sua diferente produtividade, do contraste entre regiões cobertas de matas e as demais. As áreas de Vila Boa, Pilar, Meia-Ponte e Santa Luzia são apontadas como excepcionais por contarem com a presença de florestas. (Bertran / org., 1996, T. I, p. 86)

Um dos autores da *Notícia*, Alexandre Afonso Veloso, explicita a questão da infertilidade da terra e da dificuldade de manutenção e cultivo do solo em uma das localidades da região (Arraial e Freguesia de Anta). Descreve as práticas utilizadas (roçar a mata, queimada, capoeira, descanso do solo) e os resultados precários do trabalho agrícola. Compara a situação local à produtividade do Rio de Janeiro e de outras regiões litorâneas. As mesmas técnicas de produção agrícola, que também se apropriavam do solo da mata virgem, de preferência aos campos, não tinham aqui o correspondente resultado. (Bertran / org., 1996, T.I, p. 138-139)

A adaptação dos diferentes contingentes de população a esse território, por certo, teve como principal obstáculo o próprio sistema de trabalho em que se fundava, que não facilitava a troca de conhecimentos e adaptações práticas às condições próprias da região. Por outro lado, os produtos comumente disseminados são, como em outras partes do Brasil, a mandioca e seus derivados, o milho e o feijão. *A Notícia* informa que as frutas da América são abundantes, ao contrário das da Europa. Com exceção, porém, das uvas, e seus derivados, o vinho e o vinagre, que são produzidos e consumidos na década de 1780 em Goiás. (Bertran / org., 1996, T.I, p.86)

A indicação de algumas espécies nativas e seus usos medicinais ou utilitários é feita também por Silva e Sousa, numa demonstração de que as populações colonizadoras detinham um conhecimento sobre a vegetação nativa, a que o autor não dá maior relevância. Outra referência de exploração dos recursos da natureza é dada pelo uso seletivo das madeiras na construção de edificações de todos os tipos, normalmente associados às técnicas da taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique. (Bertran /org., 1996, T. II, p.59).

³² A visão de prodigalidade da natureza em Goiás terá continuidade entre os engenheiros brasileiros vinculados a projetos de modernização no século XIX. Pode-se admitir sua vinculação à noção paradisíaca do mundo tropical, mas é importante atentar para a possibilidade da multiplicidade de significações, associadas a distintos projetos políticos. Para o período colonial, remete-se o leitor para o estudo clássico do tema *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda, 1ª edição 1959.

Note-se, porém, que a questão do saber associado à natureza remete à possibilidade da apropriação dos conhecimentos tradicionais de populações indígenas. Que esse débito existiu, pode ser avaliado implicitamente na atualidade por tradições alimentares regionais e outras práticas. Porém, o conhecimento dessa experiência entre colonizador e povos indígenas tem grande relevância para se refletir sobre as relações que social e culturalmente foram aqui construídas, apesar do contexto da escravidão. Luis da Cunha Menezes, governador de Goiás entre 1778 e 1783, em correspondência privada, sem data, revela em seus comentários um indicio desse problema:

“Não conhecem, ou não experimentam os efeitos de umas tantas moléstias que nós sofremos, (...) Mas as de que pela sua natureza são atacados lhe têm feito adquirir, por experiência, obrigados da necessidade de reparar os seus efeitos, um amplíssimo Conhecimento de muitas virtuosíssimas ervas; sobre os quais Conhecimentos ou natural botânica, têm estabelecido e formado seu Método medicinal, o qual não tem deixado de nos ser útil no conhecimento que também temos adquirido das ervas e raízes,...” (Bertran / org, 1996, T. II, p. 25)

Tudo indica que, nestes anos 80 do século XVIII, um saber prático agrícola e sobre a flora e fauna, com as dificuldades já assinaladas, tinha-se constituído na região. De certo modo, esse saber deve ter garantido a sobrevivência das populações em situações extremas, como períodos de secas prolongadas e incêndios que se propagavam por meses, derivados das queimadas para a agricultura. A *Notícia* traz essa questão de forma implícita. Já Silva e Sousa, professor, morador de Vila Boa e conhecedor das questões locais, não considerou esses problemas em suas memórias de 1812, talvez porque uma forma de adaptação à região tivesse sido consolidada. Por outro lado, a pressão demográfica sobre a produção de alimentos foi diluída com a redução dos habitantes após a diminuição da produção aurífera.

Paisagens da mineração no século XIX e a dimensão da memória nos relatos dos viajantes

As cidades da mineração em Goiás não devem ser entendidas como entidades autônomas. Apreende-se, desde a origem, a configuração de relações entre os diferentes núcleos e entre estes e seus territórios de domínio rural.

Esse quadro urbano originário, embora perdendo o dinamismo inicial, continuará a marcar a história da região após a decadência da atividade mineradora. As cidades de Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, núcleos da zona meridional, são constituídas em meio à amplidão territorial e se qualificam de forma distintiva pela escolha dos sítios em que se desenvolveram. Essas povoações deram preferência aos vales, tendo por limite as cadeias de montanhas que contrastavam com a paisagem edificada. Assim sua marca sobre a paisagem não é ostensiva, mas é facilmente apreendida a partir das zonas altas que as cercam.

O papel dessas localidades, porém, é mais amplo do que ser a sede das instituições públicas ou centro de trocas comerciais. A sua longa duração está intimamente associada à dinâmica construída entre vida rural e vida urbana. Por outro lado, a vida urbana, após a queda da mineração, tornou-se mais dependente do campo, tanto para o seu abastecimento cotidiano quanto para a manutenção do caráter de centro simbólico, como lugar de referência de práticas coletivas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.24, 25)

A decadência aurífera e o isolamento do restante do país, decorrente da distância de áreas mais densamente povoadas, permitem concluir que sem uma atividade lucrativa ou geradora de riqueza a população que se fixou em Goiás buscou a auto-suficiência no trabalho agrícola e reduziu suas necessidades de importação de produtos ao mínimo possível, como relatam Auguste Saint-Hilaire e Emanuel Pohl.

Os relatos desses viajantes tornaram-se fontes relevantes para traduzir a situação de pobreza e de decadência material em que se encontrava grande parte da população na primeira metade do século XIX. Ao mesmo tempo, esse aspecto privilegiado em suas narrativas sobre Goiás se constrói a partir de um conjunto de pressupostos, entre estes o valor do trabalho.

As ruínas de antigas povoações, e a possibilidade de ser esse o destino de inúmeras localidades visitadas, são um tema recorrente aos relatos. Saint-Hilaire explora o estranhamento diante da possibilidade da morte dos lugares e da ausência da memória capaz de dar significação às suas ruínas, enquanto a natureza vai lentamente encobrindo os vestígios da presença humana. Nesses quadros de destruição descritos, motivados pelo abandono das cidades e dos campos, está subjacente a crítica à sociedade resultante da exploração aurífera.

Saint-Hilaire avalia a dimensão civilizadora e o potencial de duração da presença humana pelo trabalho de cultivo do solo e de transformação da natureza. Observa que,

em geral, o trato agrícola restringia-se às práticas destrutivas da queimada e da derrubada da floresta para o plantio de um número reduzido de espécies alimentares.

Nitidamente, o autor, se posiciona diante de um processo de mudanças, que exige uma escolha de ordem política. Na interação entre natureza e presença humana, o rumo a percorrer é o da civilização, que, em Goiás, enfatiza Saint-Hilaire, depende de políticas do Estado que beneficiem a população. (SAINT-HILAIRE, 2004, p.183)

O que Saint-Hilaire reconhece ou interpreta nesse processo seria o movimento regressivo a um estado de natureza, que de modo avassalador ia dominando os primeiros vestígios de civilização resultantes da exploração aurífera. Outros viajantes compartilham dessa visão, como J. Emanuel Pohl, que esteve em Goiás no mesmo período que Saint-Hilaire (1819), e Francis Castelnau, que percorre a província algumas décadas depois (1843). A tendência, acentua Castelnau, se nada alterasse esse rumo, seria de um declínio continuado em direção à barbárie.

A superação das condições adversas e a construção da civilização eram possíveis no entendimento desses viajantes, mas dependiam da ação do Estado, que relegava a população de Goiás ao esquecimento, tal como se apresentavam aos viajantes as ruínas da anterior e fugaz prosperidade da mineração.

“E assim uma região maior do que a França se exauria em benefício de uns poucos empregados indolentes, e os próprios arredores de Vila Boa, uma capital outrora tão próspera e florescente, nada mais tinham a oferecer senão ruínas sem lembranças.” (SAINT-HILAIRE, 2004, p.162)

Não é diferente a descrição que Pohl e Castelnau fazem de Pilar, acentuando o aspecto de abandono e desmoronamento das edificações. Ambos relatam o trajeto da chegada à cidade, em que os caminhos de acesso antes abertos na mata estão cobertos pela vegetação e tornam maior a dimensão de seu isolamento. Essa descrição da aproximação e a visualização de Pilar são bem expressos por Castelnau, que tece uma imagem pitoresca do lugar associada a vestígios de antiga opulência:

“A cidade, que é uma das mais antigas da província, perdeu, hoje quase completamente o seu esplendor primitivo. Nada mais agradável e pitoresco do que a sua posição, entre morros cobertos de mata virgem. (...) A cidade é muito bem edificada; as paredes das casas são de pedra e a cobertura de telha; algumas possuem um andar, além do térreo, mas as melhores acham-se em ruínas.(...) As igrejas, em número de quatro, ocupam outras tantas elevações, que dominam a cidade.(...)” (CASTELNAU, 2000, p.238)

Castelnau está descrevendo Pilar quando a cidade já tinha cem anos de existência e detalha elementos que outros autores não observaram, como as casas de dois pavimentos e as quatro igrejas dominando a paisagem. Desta forma, a sua narrativa acentua ainda mais o sentido da perda das condições antes existentes, quando comparadas à situação contemporânea.

O quadro de Pilar assim descrito contrasta, por outro lado, com os relatos que se referem às marcas na paisagem deixadas pela exploração do ouro, com o solo revolvido, escavações para canalização da água ou ruínas de obras para tal fim. Surpreende, portanto, a presença da floresta envolvendo a cidade, quando se sabe que na sua proximidade estavam as áreas de mineração.

A descrição da situação de Pilar e de outras localidades, pelos viajantes, parte da observação direta, mas é resultante de rápidas incursões e dependente de oportunidades e circunstâncias da viagem. Assim, a dimensão material e seu estado de conservação pesam nos relatos desses observadores e o entendimento do retrocesso civilizatório é muito medido por esse parâmetro.

Os viajantes dão destaque ao despovoamento e às ruínas que se sucedem ao longo dos trajetos, mas não deixam de expressar a surpresa diante de outros vestígios. Bananeiras e laranjeiras em estado de abandono, mas ainda produzindo, eram sobrevivências da anterior presença humana.

As observações dos viajantes resultam também da comparação com outras regiões do país e são especialmente marcadas por sua visão européia. Note-se a valorização dos alimentos tradicionais europeus como o trigo e a uva e seus subprodutos, que são alvo de especial interesse quando encontrados, pois essa produção local demonstra a possibilidade da transposição para Goiás de práticas de cultivo associadas à Europa. Mas a irregularidade que permeia os lugares de cultivo agrícola e os quintais das residências é dada como desleixo ou atraso. Nas impressões deixadas sobre Goiás são excepcionais os lugares construídos e os indivíduos que se enquadram nas suas perspectivas de uma ordem correta do mundo.

A crítica às condições de vida da população goiana pressupõe, como já afirmado, a ausência de conhecimento apropriado ao cultivo da terra e a não valorização do trabalho. Elementos que, na perspectiva dos viajantes, se existentes, permitiriam superar todas as adversidades da natureza.

Pode-se a partir dessa questão refletir sobre o distanciamento entre a experiência das viagens associada à valorização do saber científico e formalmente instituído dos viajantes e a experiência de cem anos de adaptação de populações a um território. No limite dessa questão, que remete às possibilidades de sobrevivência e formas distintas de conhecimento da natureza, é significativo o contato de Castelnau com seus guias indígenas. O conhecimento indígena sobre o cerrado é o que possibilita a sobrevivência do grupo extenuado do viajante ao transitar por áreas extensas de menor cobertura vegetal e no período da seca em Goiás. (CASTELNAU, 2000, p.237)

As imagens dos aldeamentos indígenas em ruínas, das povoações decadentes e do abandono de antigas áreas cultivadas conferiam às observações registradas pelos viajantes a idéia generalizada de um projeto civilizatório e colonizador inconsistente. Porém, não deixa de ser sintomático que os relatos sobre aldeamentos indígenas revele a sintonia entre o que supunham os naturalistas sobre o sertão de Goiás e suas populações e o projeto de povoamento e civilização colonial.

A narrativa de Saint-Hilaire sobre sua visita ao aldeamento de S. José permite reconhecer a dualidade do olhar do observador entre a ordem regular do construído e o estado da natureza, em que demonstra a sua simpatia pela configuração ali constituída:

“Antes de se chegar à Aldeia de S. José avista-se de longe o povoado. Entediado pela triste monotonia da região, é com prazer que o viajante vê o encantador efeito produzido na paisagem pela série de construções regulares, que contrastam com o aspecto selvagem e desértico das terras circunvizinhas.” (SAINT- HILAIRE, 1975, p.62)

A idéia de ordem vinculada à espacialidade do construído e da ocupação agrícola, valorizada pelos viajantes, fundamentava as intervenções dos aldeamentos indígenas coloniais, mas evidentemente o processo de apropriação social foi distinto das orientações projetadas. Pohl narra o cotidiano dos indígenas em S. José de Mossâmedes, em que estes se recusam a habitar os alojamentos para eles destinados, preferindo morar em cabanas por eles mesmos construídas. (POHL, 1976, p. 152)

As narrativas dos viajantes sobre Goiás encerram o propósito comum de formar um conhecimento sobre a região, que envolve a apreciação estética da paisagem, a identificação de espécies de fauna e flora, as características geológicas, climáticas, hidrográficas e os traços da presença humana, especialmente aqueles associados à transformação da natureza. O saber registrado e difundido nas narrativas de viagem atende parcialmente aos seus objetivos, que se desdobram na análise posterior das

coleções por aqui recolhidas. Os viajantes estão interessados em contribuir para a formação do conhecimento sobre essa região da América, antes que a ação humana a modificasse por completo. Neste aspecto, essa produção do saber assume o sentido temporal da caracterização das regiões observadas. A dimensão da memória perpassa os relatos de viagem, tendo em vista a noção da historicidade dos processos humanos e da dinâmica adaptativa da natureza, mas atende aos pressupostos de produzir um saber individual e original sobre as regiões e populações encontradas.

Uma visão negativa, em geral, domina a avaliação da ação humana e dos modos de vida presentes nesse território, que também se associa à perspectiva de uma natureza pouco exuberante, se comparativamente colocada diante das zonas da floresta litorânea. No entanto, os contrastes da região podem causar perplexidade e desajustar as conjecturas sobre sua formação, quando a paisagem se modifica repentinamente, sem razões aparentes para que isso ocorra.

As paisagens de Goiás foram observadas em sua diversidade de campos, florestas, cadeias de montanhas e outras diferenças relacionadas às espécies dominantes e suas formas de associação, mas também detiveram a atenção do olhar estético e contemplativo dos viajantes que valorizaram, por exemplo, a dominância geográfica da Serra Dourada e reconheceram o traço marcante das planícies ornadas de conjuntos de buritis ou das terras altas associadas à presença da canela-de-ema. Esses elementos configuram a diferenciação geográfica, em meio à vegetação retorcida e de baixo porte característica da parte meridional de Goiás. A região norte das paisagens que envolvem os rios Araguaia e Tocantins, visitada por Castelnau, exerce sobre este um fascínio que se equipara ao encantamento produzido pelas florestas próximas ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a paisagem urbana pôde, apesar de suas ruínas, emergir nos olhares panorâmicos sustentados na perspectiva do pitoresco, em que a massa do construído é quase sempre contrastada com as montanhas que a rodeiam. A visão de Saint-Hilaire sobre Meia Ponte é singular. A imagem, que demonstra a empatia do autor, projeta o olhar do interior da cidade até ao horizonte demarcado pelos Montes Pireneus:

“O arraial foi construído numa pequena planície rodeada de montanhas e coberta de árvores de pequeno porte. Estende-se ao longo da margem esquerda do rio das Almas, numa encosta suave, e defronta o prolongamento dos Montes Pireneus. (...)

Da praça onde fica situada essa igreja descortina-se um panorama que talvez seja o mais bonito que já me foi dado apreciar em minhas viagens pelo interior do Brasil. A praça foi construída sobre um plano inclinado; abaixo dela vêem-se os quintais das casas, com seus

cafeeiros, laranjeiras e bananeiras de largas folhas; uma igreja que se ergue um pouco mais longe contrasta, pela brancura de suas paredes, com o verde-escuro da vegetação; (...) Finalmente, a cerca de légua e meia do arraial o horizonte é limitado ao norte por uma cadeia pouco elevada, (...) (SAINT- HILAIRE, 1975, p. 36 e 37).

A Serra Dourada é para a região envolvente da cidade de Goiás (Vila Boa) o grande elemento geográfico a partir do qual se descortina a extensão da paisagem a conhecer ou que se constitui em marco referencial. Por outro lado, o sistema hidrográfico do território é reconhecido como traço diferenciador fundamental para caracterizar as paisagens observadas. A grandiosidade dos principais rios, Tocantins e Araguaia, na região norte, está basicamente associada à relação com os pequenos rios da região sul, seus inúmeros afluentes, que banham as antigas cidades da mineração.

O registro de cada observador e a sua experiência de viagem são únicos, mas as avaliações que produziram sobre essa parte da América têm em comum o ideário dominante da civilização, expressamente vinculado ao sentido do tempo futuro. E esse tempo é de superação do passado e da natureza, como bem sintetizado por Saint-Hilaire na sua perspectiva de uma ordem urbana e industrial para as regiões percorridas:

“Mas aquelas belas regiões desérticas contêm os germes de uma grande prosperidade. Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo, (...) (...) que onde estarão retinindo nos ares os ruídos dos martelos e das máquinas mais complexas ouviam-se apenas, em outros tempos, o coaxar de alguns sapos e o canto dos pássaros; que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e das árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil”. (SAINT- HILAIRE, 1975, p. 14)

Saint-Hilaire expressa, assim, a sua concepção do processo de civilização, que deveria conduzir à superação do estado originário da natureza. A cidade ou o campo cultivado (não mais a natureza intocada) são os elementos referenciais constitutivos da paisagem. Em outro trecho, reafirmando sua estratégia de análise comparativa, busca o entendimento das diferenças entre o universo europeu e o de Goiás. A partir da dimensão valorativa do tempo, Saint_Hilaire explica a situação social encontrada nessa parte do Brasil. Suas populações teriam um modo de vida pautado pelo imediato da existência, ao contrário do contexto europeu, dirigido ao futuro. Essa condição de ordem temporal, o da capacidade de projetar o futuro, não deixa de estar vinculada à possibilidade de preservação da memória, mesmo que instituída sobre ruínas do

passado. Nenhum desses aspectos ele reconheceu em sua experiência de viagem a Goiás. O sentido da memória, associada aos atos dignos de serem assinalados como signos da civilização, e a possibilidade de concepção projetiva das ações parecem assim demarcar, por exclusão, o que pertencia ao sertão.

Goiás e a expansão civilizadora

As narrativas dos viajantes e as fontes coloniais memorialistas têm em comum a defesa da expansão do processo civilizador sobre o território de Goiás e a relação direta com o universo a que se referem. Porém, estão sustentadas em experiências, fundamentos e objetivos diversos. Essas elaborações relacionam-se a uma seqüência temática, dividida entre as obras dos que partilharam da lógica da ocupação e as dos viajantes. Assim, observa-se no período colonial os temas da defesa da conquista, da difícil manutenção do território, da crítica à violência da ocupação colonial conjugada à exaltação da natureza regional; e relacionado aos naturalistas, no início do século XIX, o tema da decadência do projeto colonizador associado à visão da natureza originária. Embora se reconheça a historicidade dos relatos, essa seqüência trata da defesa de inserção da região a um contínuo processo de ocidentalização. Outra leitura dessas elaborações remete ao que é continuamente negado ou esquecido como possibilidade. Paisagens urbanas e populações que não estão mais associadas aos indivíduos deslocados de outras regiões, atraídos pela riqueza aurífera, e nem aos que exteriormente se vinculam a outras modalidades de pensamento, mas àqueles que deram continuidade ao processo de domínio territorial e cultural do sertão de Goiás.

Referências Bibliográficas

- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: MRE, s.d.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749 – 1811)*. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil – Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA, CIORD, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1994.
- KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero. “Os três reinos da natureza” In *O Brasil redescoberto*. Rio de Janeiro: set/nov. 1999. p.23-36.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- NOTICIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. Paulo Bertran (Org., Ed.). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. 2 Tomos.
- POHL, J. Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio S. Francisco*. Tradução de Regina Regis Junqueira. 2ª Edição. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.
- _____. *Viagem à Província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SOUSA, Luis Antonio da Silva e. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XII, Rio de Janeiro, 1849, p. 429 – 510.
- VALLE, Cid Prado. *Risonhos lindos campos: natureza tropical, imagem nacional e identidade brasileira*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2005.

O despertar da classe operária no sertão alagoano: considerações sobre o romance *Fábrica de Pedra*

Dilton Cândido Santos Maynard

*Professor assistente da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
dcmaynard@infonet.com.br*

RESUMO

Investiga-se a divulgação das idéias comunistas em *Fábrica da Pedra*, romance do jornalista Pedro Motta Lima. O livro se ambienta no sertão alagoano no início do século XX. Observa-se no romance a recepção de escritos engajados, exigidos pelo Partido Comunista, bem como de algumas representações sobre as sociedades transformadas pelo mundo industrial. Já na época do seu lançamento, Lima era conhecido por sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). A obra foi pioneira em se ocupar da vida do agroindustrial Delmiro Gouveia (1863-1917) no âmbito ficcional, tendo inspirado alguns dos seus biógrafos. Porém, diferentemente destes estudos, o livro descreve Delmiro Gouveia como um patrão cruel e autoritário.

Palavras-chave: Delmiro Gouveia, Industrialização, Sertão de Alagoas

ABSTRACT

In this article we investigated the spread of the communist ideas in the *Fábrica da Pedra* (Factory of the Rock), a novel by the journalist Pedro Motta Lima. The “Factory of the Rock” existed in the beginning of century XX, in the hinterland of Alagoas, in the Brazilian Northeast. The reception of books influenced by the Brazilian Communist Party is noticed, as well as some representations in the societies transformed in the industrial world. The book was a pioneer work in telling the life of the Delmiro Gouveia (1863-1917), industrialist and landowner born in Ceará, in the fictional field and has inspired some of their biographers. However, not following these biographies, the book describes Delmiro Gouveia as a cruel and authoritarian boss.

Key-words: Delmiro Gouveia, industrialization, Brazilian hinterland, Alagoas

Este trabalho analisa como um texto literário se apropria de idéias comunistas e as transpõe para o sertão alagoano. O mesmo objeto permite refletir sobre a recepção dos escritos engajados, exigidos pelo Partido Comunista, e observar algumas representações sobre as sociedades transformadas pelo mundo industrial. A obra estudada é o livro *Fábrica da Pedra*, de Pedro Motta Lima, pioneira em se ocupar da vida do agroindustrial Delmiro Gouveia (1863-1917) no âmbito ficcional. O livro inspirou alguns dos biógrafos de Delmiro, já na época do seu lançamento do livro, Lima era conhecido por sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). A obra foi escrita entre 1942 e 1955. Apenas em 1962 veio a público. O autor dividiu a sua confecção com outros compromissos, como a editoração de jornais e o ativismo político. Lima foi um dos jornalistas responsáveis pela edição da *Tribuna Popular*, jornal com uma tiragem que chegou a 50 mil exemplares reproduzindo notícias de agências comunistas internacionais.

O tempo para a confecção do romance não foi de calma. Lima viveu dias tumultuados com a perseguição freqüente ao PCB, tendo sido um dos muitos intelectuais que apareciam nas fileiras daquela organização em 1945, quando sua clandestinidade foi suspensa. Assim como ele, nomes como Jorge Amado (1912-2001), Graciliano Ramos (1892-1953) e Mário Lago (1911-2002) pertenciam aos quadros do partido. Entre 42, ano em que provavelmente começou a obra e 1962, quando finalmente a publicou, Pedro Motta Lima enfrentou diversos desafios. O término do livro não significou necessariamente uma situação mais harmônica. Sinal disto é que, anos depois, segundo a *Folha de São Paulo* de em junho de 1966, o jornalista aparece entre os réus no mesmo julgamento que condenou Luís Carlos Prestes a quatorze anos de prisão. Pouco depois, em 24 de novembro de 1966, Motta Lima morreria num acidente aéreo na Tchecoslováquia. Anos antes, em 1951, o *New York times* (14 de novembro) informou que o “editor vermelho” fora sentenciado a 2 anos de prisão por ter publicado um texto que causou atrito entre o Brasil e os Estados Unidos: “Pedro Motta Lima, the defendant, published a letter purportedly written by a United States Army Officer, criticizing the Brazilian Army”. Ao escrever sobre Delmiro Gouveia, o jornalista tinha como alvo, possivelmente, apresentar mais um caso de intervenção do imperialismo inglês na economia brasileira. Porém, diferente de outros que discutiram semelhante episódio, Motta Lima aproveitou para expor as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores sertanejos diante das transformações trazidas pelo sistema de

produção em massa. Gouveia deixa de ser o mártir e aparece antes como um legítimo capitão da indústria, senhor da vida de milhares de pessoas. Voltado para tais aspectos, o autor não se ocupará de toda a vida de Gouveia, como fizeram outros estudiosos, mas basicamente da sua aventura no ramo das linhas de coser.

Como o próprio título sugere, *Fábrica da Pedra* concentra sua narrativa no período final da vida de Delmiro (1902-1917). Na verdade, a trama aborda a existência de um grupo de personagens que gravitam em torno do empreendimento fabril. A usina de Angiquinho e a fabriquetaria de linhas formam o pano de fundo para uma trama sobre retirantes que se tornam operários e sobre os rumos da vida de jovens que têm suas trajetórias transformadas a partir da vida industrial. Além de Gouveia, protagonista que aparece muitas vezes através das vozes dos operários, inimigos e aliados, os principais personagens da trama são a família Timbé, encabeçada por Manuel Timbé; Filomena, a esposa; Soledade, a filha que depois casará com Vicente, líder comunista, e Cláudio, o filho que depois se tornará mecânico e leitor voraz de obras socialistas. Há ainda Aristóbulo, o responsável pela estação ferroviária; Horácio, Vicente, Chico Nazaré (Compadre Nazaré, o homem de confiança do coronel), Tertuliano, Iona, Adolfo Santos entre outros, numa mistura entre personagens ficcionais e não-ficcionais. A trama, contudo, é inegavelmente centralizada nos rumos da família Timbé após a sua chegada à Vila da Pedra e a inserção de seus membros no cotidiano fabril.

A obra apresenta traços do realismo socialista. Mais que a saga de Delmiro, o autor se interessou por uma narrativa sobre “la verdad de la vida, expresada en imagenes artísticas” abordando os desdobramentos da industrialização, a experiência fabril no sertão alagoano e os impasses do Nordeste. Cabe lembrar que tese de que “o escritor deve educar o povo e amá-lo ideologicamente” campeava entre uma parcela dos ideólogos soviéticos (ZHADANOV Apud BANDEIRA, 2007, p.28). A proposta do realismo socialista, refutada por muitos intelectuais, não parece ter incomodado Motta Lima. Colocando o ideal estético do partido acima das pretensões literárias, o jornalista acompanha um grupo de intelectuais que se deixou seduzir por aquilo que Hobsbawm classificou como “a sort upbeat sentimental mythology”, colocando de lado os possíveis questionamentos aos excessos cometidos pelo Partido.

É possível explicar isto? Pedro Motta Lima, divulgador dos princípios socialistas no Brasil, editor de jornais, organizador do Partido Comunista, não teria notícias de que nem tudo estava bem na U.R.S.S? Ora, quando redigiu a sua obra, já não eram poucos

os intelectuais que denunciavam a intolerância e o autoritarismo do PC, tampouco aqueles que assumiam a sua decepção com os rumos que a Revolução de 1917 havia tomado. Boris Schnaiderman menciona o aparecimento de “denúncias partidas não só dos que lutaram contra ele na guerra civil, mas também dos que a ele aderiram e logo ficaram chocados com a violência e opressão que viram instaurar-se na Rússia” (SCHNAIDERMAN, 1995, p.334) já nos primeiros anos do regime. Criticando a formatação a que submetiam a produção cultural russa, Walter Benjamin (1892-1940) escreveu que “o interesse do público se volta para escritores de 30 anos ou mais jovens, que viveram a Revolução como militantes ou pelo menos se identificaram com os novos fatos desde o início” (BENJAMIN, 1986, p.101).

No Brasil, Lima acompanhava os desígnios do partido para a internacionalização de um estilo. Como ele, Jorge Amado esboçaria a mesma preocupação em alguns dos seus romances. Entre os intelectuais mais conhecidos e envolvidos com a divulgação de idéias comunistas, não foram poucos os que discordaram dos projetos culturais irradiados de Moscou. Mário Lago e Graciliano Ramos são exemplos disto. Enquanto o primeiro criticou o modelo radiofônico comunista, Ramos não conseguia ver sentido em literatura que lembrasse a Bíblia: “impossível descobrir alguma vantagem no livro bem espesso, construído, científico em demasia. As personagens, terrivelmente sábias, expunham temas difíceis, causavam-me dor de cabeça”. Apesar do seu apreço por Stálin, Ramos não parecia empolgado com a literatura produzida na Rússia nos primeiros tempos do século XX. Diferente de Motta Lima, o autor de *São Bernardo* afastou de si o quanto pôde os princípios do realismo socialista (HOBBSAWN, 1996, p.504-505).

Nesta mesma, época intelectuais como André Gide (1869-1951) já haviam lançado relatos autobiográficos - como é o caso de *Retour de l'URSS*, escrito em 1936, por Gide -, nos quais narravam suas ilusões e desencantos com o comunismo. Num destes trabalhos, cuja edição inicial é de 1950, Gide revela o seu descontentamento com o policiamento cultural exercido na União soviética:

A great artist is of necessity a 'nonconformist' and He must swim against the current of his Day. But what will eventually happen in Soviet Union when the transformed state has removed from artist all need for opposition? What Will happen to the artist when there Will be no longer any possibility even opposition? (GIDE, 1965, p.169)

Numa outra passagem da mesma obra, Gide apontava os perigos que o regime stalinista impunha à arte: “Now that the Revolution is triumphant, art runs grave risk – as grave as any under the most calamitous oppressions – the danger of becoming an orthodoxy”. E conclui contundentemente: “What triumphant revolution needs to grant, above all else, to the artist, is freedom. Without complete freedom, art loses all its significance and worth” (GIDE, 1965, p. 174). Antes disto, Leon Trotski (1879-1940) já criticava incisivamente a tentativa de se transpor para a arte os desígnios partidários afirmando o seguinte: “a arte deve abrir por si mesma seu próprio caminho. Os métodos do marxismo não são os mesmos da arte”. (TROTSKI, 2007, p.73). Mesmo considerando que *Literatura e Revolução*, clássico em que Trotski criticava esta tutela partidária do universo artístico só ganhou uma tradução brasileira em 1968 (Editora Zahar), acho difícil que alguém envolvido com as discussões sobre o comunismo não tivesse acesso a textos traduzidos e não publicados, nem dominasse outros idiomas. Ainda assim, Motta Lima optou por uma coerência extrema aos seus ideais e, diferente daqueles que preferiram manter a arte longe dos programas partidários, mergulhou de cabeça num projeto que julgava esclarecedor.

Por conta disto, o seu livro ambiciona ser provocador e didático. Sua trama é repleta de flashbacks, os personagens são postos num ciclo produtivo cansativo e contínuo, não conseguem se livrar dele, submetidos a castigos por Delmiro ou por seus auxiliares, se confundem com as peças da fábrica. Tudo isto pode mudar se o operário tiver acesso à verdade sobre a sua situação de explorado e o seu papel revolucionário na história. Entretanto, o que é a verdade?

Em *Fábrica da Pedra* a verdade consiste em desmontar a imagem cristalizada de Delmiro Gouveia como um “protetor do povo” e da relação harmônica entre as classes sociais no Sertão. Os trabalhadores, ao menos parte deles, são mostrados na obra imersos em um processo de transformação da consciência. Deste modo, o trabalhador que inicia o livro como retirante, encerra a obra como militante comunista.

O sertão de Motta Lima assume uma coloração distinta entre os escritos sobre Delmiro. Não se trata de um espaço apenas do arcaico. Há ali jornais, panfletos, livros e discussões acaloradas sobre os rumos do capitalismo, da Primeira Grande Guerra (1914-1918) que assolava o mundo e das suas conseqüências para o trabalhador. Tudo isto gira em torno da Companhia Agro-Fábrica Mercantil (CAM), a Fábrica da Pedra.

Conforme o próprio autor, o romance começou a tomar forma na metade de 1942, portanto, na mesma época em que apareceu na revista *Cultura Política* a crônica “Recordações de uma indústria morta” escrita pelo já citado Graciliano Ramos, outro conhecido comunista. O texto apresenta a aventura industrial de Delmiro e suas intervenções “no lugar mais triste do mundo, ermo que só dava cascalho e espinho” (RAMOS, 1977, p.114). “Recordações” compunha uma série de artigos que Ramos batizou como “quadros e costumes do Nordeste”. Considerando que o texto de Graciliano tenha sido publicado em agosto e os trabalhos de Lima são datados como iniciados em julho, é possível pensar em diálogos entre os dois autores.

A propósito, as relações entre os dois autores acima iam além do campo literário. Pedro ou “Doca” como era chamado por amigos como Graciliano, era um dos irmãos de Joaquim Pinto da Mota Lima Filho, o “Pinto”, grande amigo do autor de *Caetés*. As leituras comunistas, feitas em grupos pelos garotos, assustando mais a uns que a outros, ganharam espaço até mesmo nas correspondências entre Ramos e Pinto, que depois embarcariam juntos para tentar a sorte no Rio de Janeiro. Numas das cartas enviadas ao colega, em abril de 1930, Graciliano relata uma visita de Pedro acompanhado pela esposa, Priscila:

Doca esteve em Palmeira dos Índios e falou sobre as tuas extravagâncias, sobre a revolução, sobre jornais e sobre Pedro Mutuca. (...) Teve por estes sertões uma chusma de aventuras: fez conferências e discursos, viajou de automóvel, viu a Cachoeira de Paulo Afonso e perdeu um par de chinelos. Leva assunto para um livro de memórias (RAMOS, 1980, p.105).

Discursos e conferências feitas por Motta Lima. Seria possível que as idéias socialistas fossem tema destas falas? Não é improvável. Mais adiante Graciliano relata que Doca “aludia aos horrores do sítio, ao finado Rui Barbosa, à prisão, ao calvário, e outros perigos, e falava na esperança que tinha de ver os filhos” (Idem). Ao que tudo indica, o autor de *Fábrica da Pedra* já havia conhecido a cadeia antes de 1930 e a experiência, evidentemente, foi árdua. Porém, seria interessante atentarmos para uma observação feita por Ramos sobre as andanças do velho amigo de juventude. Graciliano nos informa que ele “teve por estes sertões uma chusma de aventuras: fez conferências e discursos (...) viu a Cachoeira de Paulo Afonso (...). Leva assunto para um livro de memórias”. Seria então o projeto do livro de memórias trocado pelo romance? Talvez. Creio que pelo menos a curto prazo, Motta Lima viu no romance uma peça de

propaganda mais eficiente. Somem-se a isto, os depoentes dispostos a contar os feitos, os jornais que alardearam os progressos da vila, a Fábrica a colocar em movimento a vida de milhares de pessoas. Tudo isto merece ser considerado para entendermos a empolgação do jovem comunista em, ao passar pelos sertões, visitar a Cachoeira e resolver escrever memórias. Ainda assim, nada nos garante que o trajeto tenha sido mesmo este. A idéia para o livro pode ter surgido depois, mas isto não anula a experiência do seu autor ao conhecer a localidade, conversar com as pessoas. Como data o início da sua escrita em 1942, não parece absurdo pensar nos ecos de Graciliano Ramos sobre o projeto de Motta Lima.

A influência de Graciliano pode ser percebida já no início da narrativa. Se o alagoano escreveu que as turbinas instaladas por Gouveia “foram acordar alguns cavalos da manada que lá dormia o sono dos séculos” (RAMOS, 1977, p114), Lima escreve que Delmiro “iria responder ao bramido milenar, desafio à dominação do homem” (LIMA, 1962, p.11). Nas páginas iniciais do livro, o coronel tem consciência do aspecto modernizador do seu empreendimento nas quedas de Paulo Afonso: “-Chegou a vez do sertanejo. Vamos recuperar por nós mesmos tanto tempo perdido” (LIMA, 1962,p.11). Além de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), outro que parece ter influenciado significativamente o texto de Motta Lima foi Máximo Gorki (1868-1936), sobretudo com o romance *A Mãe*, obra considerada um clássico do realismo socialista.

Escrito em tempos de exílio, em Capri, o livro de Gorki data de 1907 e é um relato da luta revolucionária através da perspectiva familiar. Pavel Vlassov e Pelagueia Nilovna (personagens inspirados respectivamente no operário Piotr Zalomov e sua mãe Kirilona Zalomov) mergulham no sonho socialista e sacrificam suas vidas e seus sentimentos em torno de uma causa. Pondo as idéias em movimento e migrando os sonhos socialistas para o sertão alagoano, Motta Lima estabelece um romance que, seguindo os moldes do ideal estético do Partido Comunista, estabelecido nos programas de Andrei Zhdanov (1896-1948), pretende “tomar consciência del sentido história de los fenomenos que presenta y reflejar verazmente en la arte no solo el presente y el pasado, sino también las tendencias del desarrollo social” (Dicionário de Filosofia, 1984,p.364).

Tomando textos como *A Mãe* para referenciar sua labuta, Motta Lima escreverá da cidade sobre o mundo rural. Traçará, com clichês jornalísticos e recursos cinematográficos, as mudanças levadas ao sertão por um coronel industrial. Escreverá sobre um tempo em que através das intervenções de Delmiro “o bárbaro sertão

adaptava-se às exigências da vida diplomática” (LIMA, 1962, p.62). Concebendo uma obra que deveria ser “un poderoso instrumento de educación comunista de los hombres”, como logo se definiram muitas produções de artistas socialistas, o autor misturará nacionalismo, preocupação humanista e certa dose de otimismo no devir histórico através das suas personagens. A seguir, apresento os principais nomes da narrativa.

Primeiro, Manuel Poncidônio do Amaral Timbé, chamado na maioria das vezes de Manuel Timbé ou simplesmente Mané Timbé. É um ex-fazendeiro, proprietário da Fazenda Jericó, no Assaré, sul do Ceará. Em certa ocasião, chegou a dar abrigo ao próprio Delmiro. Mas, ao contrário do Rei das Peles, Timbé entrou em decadência após ter as terras atacadas por secas intensas e enchentes. Tentou a sorte no Acre e, com o dinheiro ali obtido, esperava revitalizar sua fazenda. Não deu certo. Vendeu o que pôde e rumou com a família para a Pedra, na esperança de ter o favor retribuído por Gouveia, de quem se considerava íntimo: “Uma voz, como se fosse a voz do virtuoso padrinho padre Cícero do Juazeiro, aconselhava-o a se mudar para junto do seu amigo coronel Delmiro” (LIMA, 1962, p.29). Entretanto, as coisas não saem como o esperado. O coronel não lembra mais de Timbé, embora lhe arranje emprego. Mesmo afirmando que sempre foi “proprietário” e “de profissão, criador e agricultor” (Ibidem.p.32), Timbé se torna um dos vigias noturnos da Fábrica. Decepcionado com o “amigo”, o velho chega a esconder da família a sua ocupação na Fábrica. Começa a beber com mais frequência e, ao final da obra, é praticamente apenas isto o que faz. Ainda assim, nutre uma admiração quase incondicional por Delmiro Gouveia.

Outro merecedor de ponderações é Aristóbulo. Parte da narrativa é vista sob a ótica do telegrafista que se desdobrava nas funções de chefe, bilheteiro e despachante da Estação Ferroviária da Pedra. Classificando-se como “telegrafista numa biboca, ferroviário de estrada sem futuro”, o moço estava ali por perseguição política, mas mantinha-se ligado ao mundo por jornais que recebia e pelos livros que lia, chegados do Rio de Janeiro, do Recife, de São Paulo, de Madri, Lisboa e Paris. Letrado, passara a observar os passos do fundador da Vila da Pedra. Nas lendas sobre o enriquecimento espantoso de Delmiro, o rapaz via falcatrues, contrabando. Mantinha em silêncio uma desconfiança em relação ao negociante. Embora permanecesse calado, “entretinha-se anotando essas coisas em cadernos guardados cautelosamente no fundo das gavetas”. Todavia, o que levava Aristóbulo a escrever era a consciência de que presenciava acontecimentos importantes

por meio dos quais o marasmo da Estação teria fim. Assim, aceitando o “dever do cronista”, o funcionário ia-se aos poucos “deixando apaixonar pela obra do coronel Delmiro. As prevenções, as reservas com que o considerava antes eram vencidas pela grandiosidade daquele plano”. Para Aristóbulo, que vivera no Recife nos tempos áureos do Mercado do Derby, o cearense era “um bárbaro empenhado em fundar grande indústria” (LIMA, 1962, p.23; 26;25).

A consciência demonstrada por Aristóbulo de seu papel como cronista, lembra em parte as observações de Walter Benjamin sobre “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994, p.223). E, deste modo, pelo fato de ser um homem das letras, Aristóbulo se torna uma figura importante no romance, nas conversas da trama.

É dele a idéia de escrever sobre Delmiro, justamente após a sua morte. Certo de que conhecia os mandantes do assassinato do coronel – “não tinha a menor dúvida a respeito (...) Não eram sertanejos e nem no Brasil residiam. Lá do estrangeiro tramavam tudo”- (p.184), o telegrafista pensou em escrever um artigo denunciando tudo. Porém, como publicar tal idéia sem ter que enfrentar represálias ou, pior, publicar num jornal de pouca visibilidade? A solução encontrada é escrever uma apologia ao industrial, estabelecer um “protesto indireto”. Aristóbulo escreveria “um ensaio sobre a figura de Delmiro Gouveia, sua obra civilizadora, sua grande experiência de pioneiro da eletrificação, impulsionador da indústria brasileira”. O texto, afinal, seria capaz de conferir ao moço, se bem talhado em erudição, “prestígio nos círculos intelectuais do estado”:

Isso sim, em plano mais alto, seria bem acolhido na imprensa da capital. Repercutiria, valeria como protesto indireto – pelo menos isso – contra aquela selvageria levada a cabo por instrumentos de conhecido truste internacional. Ao desgosto íntimo de não poder pegar o touro pelos chifres, opunha aquela saída. ‘O corpo cede, às vezes prostitui-se, até. Mas que se salve a alma’ (LIMA, 1962, p.164).

E como uma prostituta, Aristóbulo vende um amor que não tem. Querendo atacar aos ingleses, de quem o Brasil era aliado em tempos de Guerra, resta ao cronista da Pedra arquitetar um mártir tomando a vida de Delmiro como matéria-prima. A idéia, a única escapatória que restara ao telegrafista, funciona no romance como uma explicação para as apologias que o coronel recebera após a sua morte. Gouveia surge assim, através da

pena de Aristóbulo, como um herói mitológico, um mártir necessário nos combates simbólicos às forças estranhas do capital estrangeiro. (LIMA, 1962, p. 215). Em torno do cronista gravitará um grupo de jovens, amigos desde a adolescência, crescendo *com e na* Fábrica da Pedra, descobrindo as artimanhas do “inimigo”, do “flagelo do mundo”. São eles Horácio, Vicente e Cláudio. Entre estes rapazes circularão livros, panfletos e jornais que divulgarão as idéias socialistas.

Entre os personagens, Cláudio, filho do velho Mane Timbé, é possivelmente aquele que experimenta uma das maiores transformações. Ainda menino, ele vai trabalhar na Fábrica como ajudante na seção de encarretelamento e, lá, assistiu “as máquinas surgindo do chão, apoiadas em pinos de aço presos às sapatas de alvenaria”. O jovem sertanejo “nunca tinha visto aquela forma de trabalhar, os homens fazendo sempre alguma coisa, sem perder um minuto, sem conversar, obedecendo às ordens gritadas pelo mestre” (LIMA, 1962, p.47). Com o tempo, as coisas mudam.

Já rapaz Cláudio vivencia transformações significativas na forma de ver o mundo. Diferente do menino, agora se tratava de alguém que “pisava o solo com mais firmeza, já os pavores do menino retirante iam cedendo lugar a uma consciência nova. Não saberia dizer o que acontecia dentro de si mesmo”. Inserindo seu personagem num lento processo de transformação, o romancista indaga: “surgia outra vontade, um conhecimento novo, uma pessoa diferente no operário mecânico da Companhia Agro-Fábrica Mercantil?”.

A mutação ocorrerá através do contato com os livros emprestados por Aristóbulo. Mesmo tendo pouco estudo - “contando bem, não cursara dois anos de escola, no Assaré e na Pedra”, escreve Lima – o jovem consegue avançar nas leituras (Ibidem. p.108). Ao ler as primeiras páginas de *A Mãe*, Cláudio começa a estabelecer comparações entre as personagens russas e a vida que levava nos domínios de Gouveia. Entre um povo e outro, a mesma tristeza, a mesma opressão – e aqui aflora outro traço do realismo socialista, o seu caráter internacionalista -, a mesma modorra, um sentimento comum entre os dois povos, sentimento este que solapava tudo: “a fábrica, a vila operária, o arruado da Pedra, misturava-se em seu pensamento aos becos frios e sujos de uma fábrica, não sabia em que recanto sombrio e triste de um país desconhecido” (Ibidem. p.120).

Assim, circula na trama uma série de paralelos entre a Pedra e a vila russa de Pavel e Nivlona. Depois de ler o livro em apenas uma noite, Cláudio passa a admirar a coragem de Gorki e a refletir sobre os destinos das personagens de *A Mãe*:

Que poder, o daquele homem! Soltara os seus personagens pelo mundo afora. Chegavam até ao sertão brasileiro, até ali à Fábrica da Pedra, sem temer o coronel Delmiro, sem ligar aos guardas, zombando das punições do administrador, major Bezerra. Ali estavam sofrendo e lutando, ensinando a verdade, abrindo os olhos mais pesados de cansaço. Pondo a funcionar o motor de arranque da consciência dos trabalhadores (Ibidem,p.120).

Possivelmente, a criatura (Cláudio), compartilha os sentimentos com o seu criador. A admiração e os elogios dirigidos a Gorki refletem algo das perspectivas de Motta Lima. E, de certo modo, esta passagem indicia sobre a forma como o autor concebe o papel dos livros no trabalho de propaganda comunista. Era isto o que a sua própria escrita pretendia, isto é, despertar, provocar, inquietar. Uma preocupação amparada pela postura do Partido diante da arte. No século XX nascente, os comunistas acompanharam de perto a produção cultural daqueles pertencentes aos seus quadros. Benjamin, em 1927, indicava “o que distingue de maneira marcante a posição do escritor na União Soviética da de todos os seus colegas europeus, é a absoluta exposição pública de seu trabalho. (...) seu controle público através da imprensa, público e partido político” (BENJAMIN, 1986, p.97). Pedro Motta Lima esperava pôr em movimento um sentimento que ele julgava existir de modo latente nos excluídos do campo e da cidade. Era esta a missão da sua peça literária, era isto a que deviam servir os heróis do seu romance.

Cláudio, de certo modo, é como seu criador. Um leitor. Motta Lima leu e se apaixonou pelo texto de Gorki. Quis dividi-lo com seus leitores. Ginzburg certa vez escreveu que “o modo como um ser humano reelabora os livros que lê é muitas vezes imprevisível” (GINZBURG, 2004, p.14). Creio que deve ter soado instigante ao escritor o fato de que Delmiro morreu no ano e mês em que a Revolução Russa se consolidou com a chegada dos bolcheviques ao poder. O exercício de adaptar situações de obras comunistas européias aos sertões exigiu criatividade e astúcia do autor.

Cláudio, como Pavel, se torna um apaixonado pelos livros. Em certo momento do romance, o rapaz cogita faltar ao trabalho na fábrica, mesmo sabendo da punição certa. Deste modo, ele “aproveitaria para avançar na leitura que o apaixonava”, onde estava

encontrando “os protestos guardados em silêncio dentro de seu peito” (Ibidem, p.161). Depois de ler Gorki, Cláudio passa a ter Pavel como uma espécie de companheiro fantasma. A trajetória corajosa do operário russo motiva o sertanejo. Deste modo, após a demissão de Horácio, incetivada pela publicação de um jornal operário, Cláudio pára diante do muro da Fábrica. Ouvia palavras que exigiam ação:

Quem falava? Um ser fantástico, operário também como ele. Operário que vivia muito longe, em terras de que estavam tendo justamente naqueles dias vagas notícias, a respeito de uma revolução que pusera abaixo o monarca mais odiado. O operário contra quem os soldados atiravam, e no entanto continuaria vivo para sempre. Era Pavel”. (Ibidem.p.110-111).

Tal como a personagem russa, Cláudio queria “descobrir a verdade”. Daí é possível entender porque o sertanejo “leu e releu” o trecho no qual Gorki afirmava que, habituados a serem oprimidos pela vida, os trabalhadores do seu livro julgavam “todas as transformações possíveis como próprias somente a tornarem o seu julgo ainda mais pesado” (Ibidem. p.110-111) A conclusão de Gorki era de que “a vida do operário era em toda parte a mesma coisa”. Tal certeza era evidentemente compartilhada por Motta Lima, que adota em seu romance alguns procedimentos utilizados por Gorki. É possível, inclusive, indicar diversos episódios presentes no texto russo que também são perceptíveis no romance do jornalista brasileiro. Eis alguns deles.

Em *A Mãe*, os operários decidem fundar um jornal. Pavel declara nos primeiros momentos da obra: “-Precisamos de um jornal!”. Por sua vez, cabe a Horácio a fundação de um “jornalzinho composto e impresso na tipografia da fábrica”, denominado *O Arauto*, na Pedra. No periódico de duas páginas, o mesmo Horácio saudava a Revolução Russa. Findou demitido sumariamente e teve que deixar a Pedra. Também aqui, na frenética atividade editorial, os autores voltam a se aproximar. Se Motta Lima foi editor de alguns periódicos, Gorki (na verdade Aleksj Maximovic Peskov) ajudou a organizar o primeiro jornal legal dos bolcheviques.

Em outra passagem, é possível ler que “os homens viam-se durante o trabalho, cada qual preocupado com o seu que-fazer, pago por tarefa. Tocando para adiante sem parar, que nem peça de máquina”. Tais homens, segundo Motta Lima, “saíam juntos, as ruas calçadas de grandes lajes enchiam-se de rumor, só assim quebrando o silêncio imposto desde as oito da noite pelo toque para os adultos, uma hora apenas do recolhimento imposto para as crianças” (LIMA, 1962, p.119). No livro de Gorki, sabe-se que de casas pequenas, como as da vila da Pedra, “saíam apressados, como baratas assustadas, homens de ar aborrecido e músculos ainda cansados”. Trata-se de homens que,

conforme o russo, “quando se encontravam, conversavam sobre a Fábrica, as máquinas, falavam mal dos contramestres. Não havia palavra, pensamento que não dissesse respeito ao trabalho” (GORKI, 2005, p.12). No texto brasileiro, com o tempo, “o que antes se chamava extraordinário passava a ser rotina”. E, os operários que deixavam o trabalho apenas por uma hora para o almoço, “voltavam assim que o apito dava um sinal rápido. E tudo recomeçava. Presos àquela vida como insetos em teia de aranha” (LIMA, 1962, p.118).

Assim como na obra de Gorki, há mortes de crianças e mutilações de trabalhadores. Em *A Mãe*, Uma operária revela: “os filhos vêm ao mundo, não temos tempo de vê-los crescer, por causa do trabalho que nem sequer dá pão”. E acrescenta: “-Tive dois. Um, tinha dois anos, queimou-se com água fervendo; outro nasceu morto, antes do tempo, por causa do maldito trabalho!” (GORKI, 2005, p. 350). Já no texto de Motta Lima, quem morre é Amelinha, filha de Sinhá Luzia, amiga dos Timbé. A menina “embora sempre doentinha, com aqueles resfriados, não queria deixar de trabalhar”, pois “conhecia as necessidades que havia em casa”. Falece também o bebê da família Timbé que “devia chamar-se Maria das Dores. Morreu de espasmo aos sete dias de nascida e os olhos de Filomena, como de tantas outras vezes, não tiveram lágrimas para chorá-la” (LIMA, 1962, p. 159-160;121).

Da mesma forma que ocorre com a protagonista de Gorki, Cláudio aprende a ler através do desafio de entender o mundo à sua volta. Antes analfabeta, Nivlona começa lentamente a entender os anseios do filho comunista. Lia aos poucos, debruçada sobre as páginas e movimentando os lábios. O jovem operário sertanejo também tropeça em palavras e frases complicadas que “pareciam um quebra-cabeças”, até apreender o sentido das palavras dos livros e jornais com os quais manteve contato.

Porém, o texto brasileiro tem uma preocupação a mais: a denúncia do imperialismo inglês. Morto Gouveia, a fábrica pouco tempo depois é comprada e as mudanças (negativas) não tardam a chegar: “Os portões da Companhia fecharam-se para os moradores da Pedra. A usina elétrica e a cachoeira de Paulo Afonso (...) passaram igualmente ao regime de extraterritorialidade” (LIMA, 1962, p.206). Até mesmo as autoridades brasileiras precisavam pedir autorização aos ingleses para ter acesso àqueles locais. Para Cláudio, já homem feito e pai de um bebê – “uma operariazinha” – os problemas só aumentaram. Com a nova administração, ele se viu obrigado a “correr em auxílio da família”. O pai, o velho Timbé, homem um dia orgulhoso de sua ascendência,

agora “passava os dias bebendo cachaça pelas vendas” (eis aqui o alcoolismo, outro traço nefasto comum entre personagens de Gorki e os do brasileiro). Porém, o que mais indignava a Cláudio não era a morte de Delmiro, patrão que ele mesmo desejou matar: “o que doía era aquilo que estava acontecendo, a Pedra e a cachoeira de Paulo Afonso na mão de estrangeiros” (LIMA, 1962, p. 208-209). Ou seja, o que incomodava era que “gente de fora” viesse se intrometer em assuntos sertanejos.

Fábrica da Pedra é uma obra com tragédias, dor, tristeza, ódio, fome, miséria e principalmente esperança. Apesar da morte de Delmiro, apesar da venda da fábrica para os estrangeiros, o tom do livro é de otimismo: “Mesmo diante da derrota momentânea a classe operária não se abate, não se rende. O inimigo estava ganhando uma batalha. Mas não seria a última nem a decisiva” (LIMA, 1962, p. 220). Todavia, como ele foi recebido? O que foi dito desta obra, preocupada em alertar os trabalhadores, em instigar nos leitores o nacionalismo e o afeto por idéias socialistas?

Fábrica da Pedra provocou reações dúbias entre os estudiosos de Delmiro Gouveia. Se, por um lado, o biógrafo Francisco M. Martins utilizou diversas passagens do livro para ilustrar e até mesmo para fundamentar seus argumentos (ver, por exemplo, as páginas 85, 176-178, 187-188 e 191 da biografia escrita por Martins), José de Alencar Araripe criticou ferozmente a obra. Araripe afirmou que Delmiro não foi compreendido por Motta Lima em uma obra que ele considera falha já por se anunciar como verídica. O problema na crítica de Araripe é que ela deixou de lado um aspecto anunciado pelo próprio crítico, quando informa sobre a militância do autor. O livro de Motta Lima não se preocupa com a vida de Gouveia, mas com as transformações no cotidiano dos trabalhadores. O partidarismo, na obra, não é um acessório argumentativo, mas parte fundamental, sem a qual ela não tem sentido.

Outro a mencionar a obra de Motta Lima foi Paulo Dantas, que nos mesmos tempos em que surgiu *Fábrica da Pedra* realizava pesquisas sobre Delmiro e sua obra. Dantas afirmou que Motta era “um dos mais combativos jornalistas brasileiros” e que ele produzira seu romance histórico “escrevendo para ser lido e entendido pelo povo”(DANTAS, 1967, p.47).). No entanto, a obra de Motta Lima não deixa de ser criticada por Dantas. Em um texto intitulado *Apêndice Curioso: o Delmiro Gouveia de Mauro Mota, o meu e o dos outros*, o escritor lamentará a pouca naturalidade de Motta Lima e seu aspecto político-partidário. Apesar disto, quando comentou o livro, em tempos de ditadura, Paulo Dantas alertou para a importância das discussões que ela trazia naquele

momento histórico de “procura e entendimento para os reais problemas sociais do Nordeste” (DANTAS, 1967, p. 48). Deste modo, mesmo tratando-se da obra de um comunista, que descreve Gouveia como um patrão extremamente severo, ferindo com sua pena a idealização de terra harmoniosa anos depois descrita em conto da lavra do próprio Dantas, este último classifica o texto como “romance animado e bem estruturado, trabalho motivado por uma grande causa de amor e justiça” (DANTAS, 1967, p. 47).

Todavia, não se deve estranhar a desconfiança gerada sobre o romance. Porque se por um lado há o elogio ao empreendimento de Gouveia, por outro lado ele não preocupa Motta Lima como alguns poderiam esperar. Conforme a obra, Pedra se transformou num feudo de Delmiro, num espaço sem justiça, no qual os operários eram explorados ao máximo, submetidos a castigos humilhantes. O mesmo Delmiro que traz a escola é aquele que se diverte oferecendo moedas a meninos esfomeados; constrangendo casais nas festas da vila; castigando com meia dúzia de bolos os meninos fujões das aulas. Com o tempo, a vida na vila é preenchida com castigos e sanções.

Certa mulher declara que “-Esta Pedra é uma terra sem justiça!”. Motta Lima revela o corolário disto: “nessa mesma noite dois cabras arrastaram a mulher para a calçada, cortaram-lhe o cabelo e a surraram com cipó de boi até reduzir a farrapos a saia e as anáguas que ela vestia”. Inocêncio, um operário, reclamou do baixo salário recebido. Como castigo pela audácia teve que

trabalhar três dias e três noites sem ser rendido no posto nem para comer. De pé, sob a poeira fina do algodão (...) Era ali mesmo que comia quando a mulher levava a janta. Ali, feito animal, satisfazia outras necessidades a que está obrigado o corpo. Na manhã do quarto dia caiu desfalecido junto à máquina. Dormiu dezesseis horas seguidas e quando acordou a administração o despediu (LIMA, 1962, p. 158-159).

Dominados pelo medo numa “terra de despotismo”, os operários controlavam os ímpetos como podiam. Porém, as demonstrações de insatisfação aparecem. Cláudio picha na parede da Fábrica um protesto pela demissão de Horácio: “Um por todos, todos por um! Contra as demissões injustas” (Ibidem, p.148). Os problemas se acumulam. Após o aparecimento de um recém-nascido em sua porta, o coronel dá ordens para encontrarem a mãe da criança. O método é simples. Consistia em identificar as empregadas faltosas, convocar-lhes à fábrica e apertar-lhes os seios. A que tivesse leite

era a culpada. Entre as faltosas, estava Soledade Timbé, que havia passado a noite e o dia velando o corpo da amiga Amelinha. As jovens são interrogadas e examinadas: “Mal Josefina entrou, ouviram-se gritos lancinantes. (...) ‘Não quero!’ Não deixo!’ Novos gritos, rumores surdos como se a estivessem espancando e subjugando com brutal violência” (Ibidem, p.169.). Envergonhada por tal humilhação, Soledade é ainda assediada por Chico Nazaré e, surpreendida por Vicente, seu namorado, acaba fugindo da vila. A fuga de Soledade e as suspeitas que ela inspira levam Cláudio, Vicente e o próprio velho Timbé, que destinava fidelidade canina ao coronel, a cogitarem o assassinato de Delmiro. Contudo, o patrão é morto antes que o plano dos sertanejos se concretizasse.

Assim, o herói nacionalista de Motta Lima tem defeitos que não agradam aos seus biógrafos. Na trama de *Fábrica da Pedra*, Delmiro se afasta dos operários e, como observa Octávio Brandão, não se apóia nos trabalhadores. A cada página, observa-se o maquinário tomando espaço na vida das pessoas. Pouco tempo para a família e os amigos, pouco tempo para as festas. Descrevendo as arbitrariedades cometidas por Gouveia e seus empregados com vistas a manter a disciplina na Pedra, o romance se aproxima da tradição do realismo socialista (embora não deva ser pensado como completamente comprometido com esta proposta), buscando antes descrever questões que atingiam às massas, ainda que não deixe de situar o coronel como um grande homem. Todavia, se ressaltar tal aspecto não foi preocupação de Motta Lima, aqueles que o sucederam não fizeram restrições em mitificar Delmiro Gouveia.

Sabemos que o que conta para o historiador que se volta para a literatura é o valor desta como um problema (PESAVENTO, 2006). A partir desta perspectiva, se considerarmos os impactos das andanças de Pedro Motta Lima, as coisas parecem ter começado a se delinear ainda nos anos 30, quando o jornalista e escritor percorreu os sertões. O seu livro é permeado pelo debate sobre os rumos da região, dedicando espaço significativo para a discussão sobre os vícios e virtudes do capitalismo internacional. Em Lima, ele é apresentado como feitor de empreendedores nacionais – Delmiro seria um caso exemplar – que, em lugar de se unir aos camponeses para quebrar as amarras, se enrola nos tentáculos do inimigo, atacando e explorando aquele que deveria ser o seu melhor aliado – o operário. A solidão de Gouveia no romance de Motta Lima é algo marcante. Solidão talvez só assemelhada àquela experimentada pelo velho Timbé, que mergulha em suas memórias embebidas em aguardente, de forma a esquecer a queda

sofrida. De grande proprietário rural a vigia da Fábrica da Pedra, Timbé é outro exemplar do que pode fazer esta postura cega do senhor de terras, distante do ritmo do capital internacional. Motta Lima se afasta destes personagens e fixa sua lente em figuras menores, camponeses transformados em operários. A forma como o jornalista usa a pena para divulgar as idéias socialistas, a sua fé no Partido Comunista, se espalha pelos parágrafos do livro. De modo inesperado, *Fábrica da Pedra* propõe Delmiro Gouveia como um “mal necessário”. Tê-lo como mártir é melhor do que ter os ingleses como heróis da I Guerra.

Ao mesmo tempo, Pedro Motta Lima instiga em seu leitor a reflexão sobre como se moldam os mártires. As reflexões de Aristóbulo diante do caixão de Delmiro, a sua certeza de que os “estrangeiros” tramaram a morte do industrial e o seu plano de iniciar uma apologia o mais rápido possível evidencia as construções possíveis na história. De certa forma, da mesma forma que Aristóbulo, o autor de *Fábrica da Pedra* parece se aproximar e, subitamente, dar as costas para Gouveia. Esta relação tensa é posta à prova em um romance que pretende ser uma ferramenta de conscientização política. Porém, como esclarecer as pessoas numa terra em que pouco se lia? Ao tomar Gorki como inspirador, Motta Lima revela muito da forma como leu o autor russo. As suas apropriações, perceptíveis em vários trechos do livro, indiciam usos e nos ajudam a entender algo da penetração das idéias socialistas em diversos cantos do país. Leituras feitas de forma quebradiça, incompletas. O romance procura explicar algumas das coisas que de outra forma, pareceria inviável. Há nele uma inegável preocupação pedagógica.

Fábrica da Pedra foi concebido como um romance esclarecedor. O investimento em uma narrativa romanceada parece ter servido para que o autor utilizasse as histórias ouvidas e lidas sobre a vila operária e Delmiro como inspiradoras. O escritor talvez tenha deixado de lado alguns dos conselhos de Trotski, que aconselhava prudência ao se pretender colocar a arte sob a tutela de um projeto político: “a arte necessita de bem-estar e abundância. Os fornos ainda devem esquentar, as rodas devem girar rapidamente, as lançadeiras devem correr mais depressa, as escolas devem funcionar melhor”. Afinal de contas, é preciso ter em mente que “o partido dirige o proletariado, não os processos da história” (TROTSKI, 2007,p.34,73).

Enquanto os memorialistas que falam sobre Delmiro parecem lutar por um sertão que vêm desaparecer, Motta luta por um que quer que desapareça: aquele espaço

preenchido por camponeses fugindo da seca que, no caso da Pedra, estavam entregues aos desígnios de um capitão da indústria. O texto do comunista questiona as virtudes de Delmiro, acrescenta-lhe defeitos, narra castigos, sugere negociatas. Este itinerário não agradou a autores como Paulo Dantas, um dos muitos admiradores confessos do coronel.

Em *Fábrica da Pedra*, Delmiro revela-se dono de um apelo dramático significativo. São páginas que se deslocam do indivíduo e se estendem ao Brasil. Os exemplos que tais obras querem oferecer, não são concebidos como regionais. São lições para o país inteiro. Na pedagogia sobre Delmiro, a nação tem que aprender os ensinamentos de um coronel e, como ele, valorizar o sertão. Ali, sugere o livro, estavam postos os recursos e a gente para redimir o Nordeste das suas mazelas.

Santo, pioneiro ou demoníaco capitão da indústria, o coronel foi reinterpretado seguidas vezes. Inegavelmente o que ofereço aqui é apenas uma das possibilidades interpretativas. Recorrendo a Terry Eagleton, lembro que “todas as obras literárias (...) são ‘reescritas’, mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as lêem; na verdade, não há leitura de uma obra que não seja também uma ‘reescrita’”. O mesmo autor afirma ainda que “nenhuma obra, e nenhuma avaliação dela, pode ser simplesmente estendida a novos grupos de pessoas sem que, nesse processo, sofra modificações, talvez imperceptíveis” (EAGLETON, 2003, p.17). E lido assim, da distância que o tempo produz, *Fábrica da Pedra*, escrito sob a ótica de um comunista apaixonado, revela como Delmiro Gouveia cumpriria um papel histórico. Ao erguer empreendimentos como a CAM no sertão, o coronel promovia a transformação dos camponeses em operários. Com estes, viriam fatalmente as condições necessários à emancipação dos sertanejos. O projeto foi abortado com a morte de Gouveia. Nada que desanimasse Pedro Motta Lima. Afinal de contas, “mesmo diante da derrota momentânea a classe operária não se abate, não se rende”.

Referências bibliográficas

- ARARIPE, J.C. Alencar. *A glória de um pioneiro: a vida de Delmiro Gouveia*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- BANDEIRA, L.A. M. “O marxismo e a questão cultural”. In: TROTSKI, L. *Literatura e Revolução*. Trad. Luiz A. Moniz Bandeira. Apres. William Keach. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BENJAMIN, W. “Nova literatura na Rússia”. In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Sel. Apr. Willi Bolle. Trad. Celeste H.M. Ribeiro et. al. São Paulo: Editora Cultrix Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BENJAMIN, W. 1994. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. Pref. Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas; v.1). p.222-232.
- EAGLETON, Terry. Introdução: o que é literatura? In: *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIDE, André. In: FISCHER, Louis Et alli. *The God that failed*. New York: Bantam Books, 1965.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GORKI, Máximo. *A Mãe*. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.
- Guimarães, Valéria Lima.
<http://academiadosamba.com.br/memoriasamba/artigos/artigo-017.htm> acesso em 6 jan.2007.
- HOBBSBAWM, Eric. *The age of extremes: a history of the world (1914-1991)*. New York: Vintage Books, 1996.
- LIMA, Pedro M. *Fábrica da Pedra*. São Paulo: Vitória, 1962.
- MARTINS, Magalhães F. *Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista*. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. (Coleção Retratos do Brasil, v. 17).
- PENA de 14 anos para Prestes. *Folha de S.Paulo*, 7 jun. 1966.p.1
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Número 6 - 2006, mis en ligne le 28 janvier 2006, référence du 17 août 2007, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>
- RAMOS, Graciliano. “Recordações de uma indústria morta”. In: *Viventes da Alagoas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAMOS, Graciliano. A J. Pinto da Mota Lima Filho. Carta em 2 abril de 1930. In: *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1980.p.105
- Realismo Socialista. 1984. *Dicionário de Filosofia*. Editorial Progreso: Moscú.p.364.
- RED editor in Brazil sentenced. *New York Times*. 14 nov. 1951
- SCHNAIDERMAN, Boris. “Duas vozes diferentes em Memórias do Cárcere?” In: *Estudos Avançados*, 9, 23, 1995. p.332-337.
- TROTSKI, Leon. *Literatura e Revolução*. Trad. Luiz A. Moniz Bandeira. Apres. William Keach. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios

Igor Pereira Teles
Bolsista PICVOL/UFS
Graduando em História/UFS
igorteles@yahoo.com.br
João Paulo Gama Oliveira
Graduando em História pela UFS
Bolsista PIBIC/UFS
jpg_oliveira@yahoo.com.br
Membros do Grupo de Pesquisa: Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem
(DED/NPGED/UFS)

Resumo

Para ingressar nas instituições de ensino superior na segunda metade do século XIX era necessária a aprovação dos estudantes nos Exames Gerais de Preparatórios. Em Sergipe tais exames eram realizados no Atheneu Sergipense. Os pedidos para os preparatórios, a nomeação de bancas de examinadores e a imprensa da época foram as fontes prioritárias utilizadas na presente pesquisa. Auxiliados por autores vinculados à História Cultural, analisamos a presença feminina nos referidos exames no final do século XIX, como também a formação profissional dos examinadores.

Palavras-Chave: Exames Gerais de Preparatórios, educação feminina, bancas examinadoras, Atheneu Sergipense

Abstract

In order to attend institutions of higher education in the last half of XIX century it was necessary the admittance of students in preparatory general exams. In Sergipe these exams were done by the Atheneu Sergipense High School. The demands to preparatory exams, the appointment of the examination board and the press of that time were the main sources used by this research. Helped by Cultural History authors, we analyzed the female presence in these exams in final of century XIX as well as the professional formation of examiners.

Key-words: Preparatory general exams, female education, examination committees, Atheneu Sergipense High School, Sergipe

O Atheneu Sergipense e os Exames Gerais de Preparatórios nos oitocentos

No ano de 1830 surgem as primeiras tentativas de organizar os estudos secundários em Sergipe, na então capital da Província, São Cristóvão. Foram criadas inicialmente as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês. Essas aulas não tiveram êxito e posteriormente, no ano de 1847 foi fundado o Liceu de São Cristóvão, também conhecido como Liceu Sergipense. Durante sua existência, este conviveu com vários problemas, tais como a precária estrutura física, a falta de frequência e o baixo rendimento dos alunos, culminando com o encerramento de suas aulas com a mudança da capital para Aracaju, no ano de 1855. O Presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, pretendia também transferir o Liceu, porém sua morte no mesmo ano da fundação da cidade, impediu a concretização dos seus planos conforme estudos realizados por Alves (2005).

Após a referida mudança da capital, houve ainda algumas tentativas frustradas de criação de uma instituição de estudos secundários em Aracaju. Contudo, somente em 24 de outubro de 1870, no governo do tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior e com o apoio do Inspetor Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araújo foi criado o Atheneu Sergipense, oferecendo os cursos de Humanidades feito em quatro anos e Normal em dois anos de duração (ALVES, 2005).

A fundação do Atheneu Sergipense surgiu da necessidade da sociedade sergipana do século XIX, em usufruir de uma instituição de ensino que permitisse a continuidade dos estudos de seus filhos em sua terra natal, sem ter que deixar, muitas vezes ainda adolescentes, o seio familiar para buscar um ensino de maior qualidade e uma conseqüente aprovação nos Exames Gerais de Preparatórios.

Estes exames, criados em 17 de fevereiro de 1854 pelo ministro Couto Ferraz, instituído pelo Decreto n. 1.331-A, trazendo no artigo 112 a determinação que os Discípulos das Aulas e Estabelecimentos Particulares de Instrução Secundária teriam que ser admitidos através de Exames Públicos por escrito, no mês de novembro, das matérias determinadas como Preparatórios para o ingresso nas Academias Imperiais (OLIVEIRA, 2006).

O interesse em entrar no ensino superior acabou por transformar o ensino secundário apenas em um meio de instruir os jovens para a aprovação nos Exames de Preparatórios. Limitava-se em demasia o universo educacional da época, pois os estudantes

esforçavam-se apenas para aprender os conteúdos exigidos nos Preparatórios, restringindo assim os seus horizontes (Cf. HAIDAR, 1972).

A realização dos Exames estava restrita a capital de algumas Províncias e ao município da Corte. Procurando rever essa situação desgastante por parte dos jovens, os quais tinham que se deslocar a outras localidades para tal fim, em 2 de outubro de 1873, segundo o Decreto 5.249, o Ministro do Império, João Alfredo, cria mesas gerais de exames nas Províncias onde não havia faculdades. No tocante a Sergipe, tal fato pode ser comprovado no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916), no referido ano só aconteceram exames nas matérias que constituem o Curso Normal: Gramática, Filosofia, Pedagogia, Geografia e Aritmética. O Atheneu Sergipense passa a ser então a instituição educacional sergipana responsável pela realização de tais exames.

Trabalhando como pesquisadores e organizadores no “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense” entramos em contato com uma série de documentos que podem contribuir de forma significativa na construção da história da educação sergipana dos séculos XIX e XX.³³ Entre esses documentos, foram localizados trezentos e setenta e oito pedidos de inscrição para os Exames de Preparatórios nos anos de 1889 e 1890, sendo registrados pedidos de quatro mulheres para tais exames, além de um documento que nomeia os julgadores que formaram as bancas dos exames de preparatórios em 1890 naquela “Casa de Educação Literária”. Compactuando com as preleções de Febvre, quando este clássico autor, um dos principais fundadores da Escola dos Annales declara que se deve:

Estabelecer os factos e depois tratá-los...Sim, mas atenção: não se vá assim instituir uma divisão do trabalho nefasta, uma hierarquia perigosa. Não encorajamos aqueles, que aparentemente modestos e receosos, na realidade passivos e imitadores, amontoam factos para nada, e depois, de braços cruzados, esperam eternamente que venha o homem capaz de os reunir. Tantas pedras no campo da história, talhadas por pedreiros benévolos e depois abandonadas, inúteis no terreno...[...] Elaborar um facto é construir. Se se quiser, é fornecer

³³ O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) constitui-se em um projeto aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe (a extinta FAP-SE, hoje Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC-SE), que tem como um dos objetivos o levantamento e a catalogação das fontes documentais produzidas pela instituição, no período de 1870 a 1950, de modo que esse precioso acervo seja preservado e disponível para futuras pesquisas. O trabalho encontra-se em desenvolvimento, para maiores esclarecimentos sobre a trajetória do CEMAS consultar (OLIVEIRA e TELES, 2006a).

uma resposta a uma pergunta. E se não há pergunta, só há o nada (FEBVRE, 1985, p.19/20).

Procurando seguir essa perspectiva, num primeiro momento abordaremos a questão da presença feminina nos pedidos de inscrição nos Exames Gerais de Preparatórios, atentos para a situação de escolarização da mulher no final do século XIX. Em seguida, faremos uma análise do documento que nomeia as referidas bancas de examinadores do ano de 1890. Como fontes, além dessa última, usaremos também a imprensa da época, as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, o Livro de Inscrição nos Exames de Língua Inglesa que abrange o período de 1874-1898, entre outros vestígios que aliados a alguns autores vinculados a vertente da Nova História Cultural formam a base desse artigo.

A presença feminina nos Exames Gerais de Preparatórios

Chamou nossa atenção o fato, de no final do século XIX, mulheres sergipanas mostrarem interesse por continuar seus estudos, enviando pedidos para serem examinadas nos Preparatórios do Atheneu Sergipense, quando a predominância em tais pedidos era masculina.

Debruçamo-nos então sobre uma análise das produções historiográficas sergipanas e de algumas fontes disponíveis relacionadas ao final do século XIX, e percebemos a existência de poucos estudos dentro da história educacional feminina na época em foco³⁴. Sendo assim, o estudo sobre o tema poderá contribuir para melhor explicar a situação das jovens do Estado de Sergipe e as dificuldades encontradas por elas ao tentarem acesso a uma maior escolarização, considerando que:

O documento em si não é História, não faz História. É importante destacar que são as perguntas que o pesquisador (a) tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver pergunta, o material não será suficientemente explorado. Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado e, portanto, do tipo de pergunta que lhe é formulada (GALVÃO E LOPES, 2001, p. 92).

Em concordância com tal afirmação, partimos para fazer a exegese dos documentos correspondentes às solicitações de exames em determinadas disciplinas, e que se

³⁴ Dentre esses estudos destacamos: FREITAS (2002), FREITAS et all (2002), FREITAS (2003) e ALBUQUERQUE (2005).

caracterizam por apresentar: o nome da instituição e a assinatura das diretoras, quando os discentes estudavam em escolas, ou em outros casos o nome do docente que lecionou as disciplinas em aulas avulsas. Este documento assinado servia para comprovar que os alunos estavam habilitados a prestarem o exame das disciplinas específicas para o ingresso nas Faculdades da época.

Se para os meninos existia uma preocupação por parte da família em fazer com que os mesmos ficassem o maior tempo possível próximos de seus lares, com as meninas isso ficava mais evidente levando-se em consideração a visão que a sociedade da época possuía, com relação à educação e suas distinções de sexo, pois segundo Louro:

Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e meninos como processos únicos, de algum modo *universais* dentro daquela sociedade. Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens. A essas divisões se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais (LOURO, 2002, p. 444).

A escolarização feminina, em geral, limitava-se ao ensino de primeiras letras, normalmente transmitidas por preceptoras, ou aulas “domésticas”, tendo como prioridade o ensino de prendas do lar, com o objetivo de torná-las boas esposas e mães de família. Dentro de uma sociedade que discriminava a busca das mulheres pelos estudos, mesmo quando essas alcançavam, ainda tornavam-se sujeitas a uma diferenciação no ensino. No início da formação educacional meninos e meninas aprendiam a ler, escrever, contar e a doutrina cristã, porém em seguida apareciam distinções, pois para os rapazes eram lecionadas noções de Geometria e para as moças bordado e costura (LOURO, 2002).

Ao final do século XIX, as jovens sergipanas viam no Curso Normal uma das poucas possibilidades de ingressar no mercado de trabalho, sendo a atividade do magistério, aceita socialmente por ser considerada como uma extensão das atividades femininas perante a sociedade (FREITAS, 2002). Partindo dos pedidos de exames localizados, percebemos que já havia no final dos oitocentos uma busca da mulher sergipana por outras formas de trabalho, e até mesmo de condições de vida que não fossem aquelas impostas pela sociedade vigente.

Dentro de alguns desses pedidos foram encontradas as guias de pagamento que eram efetuados na Delegacia Especial. O valor deste pagamento, no ano de 1889,

correspondia a importância de três mil cento e cinquenta réis sendo que cada guia corresponde a inscrição de uma disciplina, nela constava também se a aluna havia estudado na Província ou não.

No ano de 1889, duas alunas enviaram seus pedidos de inscrição: Laura de Britto Sant' Anna e Elisa d'Oliveira. A solicitação de Laura de Brito, feita para as disciplinas de Aritmética, assinada pelo professor Joaquim do Prado A. Leite e a de Língua Portuguesa por Manuel Francisco d' Oliveira foram apresentadas com as guias de pagamento.

O professor Joaquim do Prado A. Leite possuía a formação de Farmacêutico e Bacharel, exercendo a profissão de promotor, juiz, deputado. Quando professor do Atheneu Sergipense lecionou Aritmética, Álgebra, Literatura, Lógica, Psicologia e Direito Público (Cf. ALVES, 2005). Já o professor Manuel Francisco de Oliveira exerceu o magistério no Atheneu Sergipense ensinando História, Religião, Pedagogia, Geografia, Astronomia e na Escola Normal as matérias de Geografia e História. Foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em 28 de setembro de 1894, cargo em que se aposentou (GUARANÁ, 1925, 208/209).

A estudante Elisa d'Oliveira, aos 16 anos de idade, filha do Dr. Domingos d' Oliveira Ribeiro, apresentou pedidos das disciplinas de Português, Francês e Inglês, sendo assinados pelas diretoras do Colégio Inglês, Júlia de Oliveira e Anna Carrol. Esta instituição possuía como diferencial o ensino de línguas estrangeiras que habitualmente não estavam presentes na formação disciplinar destinada à educação feminina³⁵.

As guias de pagamento de Elisa d'Oliveira assim como as de Laura d' Britto Sant' Anna continham o nome da disciplina, e deveriam ser pagas na Recebedoria Provincial, declarando também onde cursou a matéria. As guias de Elisa d'Oliveira trazem o nome do delegado Dr. Galdim Telles de Menezes, porém as de Laura d' Britto não contém o nome do mesmo. Tais detalhes expressam a operacionalidade administrativa dos exames.

Em 2 de outubro de 1890, o jornal "O Republicano", traz o Edital de abertura dos Exames de Preparatórios, registrando inscrições até o final daquele mês. Dentre os pedidos apresentados, a estudante Anna Lobão apresenta os de Francês e Português e Flora de Alencar Menezes os de Português, Francês e Inglês. A lista dos resultados dos exames feito naquele ano, divulgada também pelo citado jornal, apresenta Anna Lobão

³⁵ Sobre o Colégio Inglês consultar FREITAS et al (2002).

e Flora de Alencar Menezes como “aprovadas plenamente” nos exames de Francês e Português, no exame de Inglês, Flora de Alencar Menezes foi “aprovada com distinção”, sendo ela a única mulher a ser aprovada com distinção na turma. Por essa época os tipos de aprovação eram: com distinção, plenamente ou simplesmente.

A análise realizada desses pedidos ajuda a compreender que desde o século XIX, a mulher sergipana desejava a entrada no ensino superior. As mulheres que foram estudadas estão entre as primeiras sergipanas, que embora sendo educadas em aulas particulares ou em instituições de ensino voltadas exclusivamente para a educação feminina, adentraram em um universo predominantemente masculino.

Tal afirmação evidencia-se também ao comparar o número de pedidos entre os gêneros nos anos de 1889 e 1890, os quais num universo de trezentos e setenta e oito, aparecem nove pleitos de mulheres. Confrontando esses dados com o número de matriculados no ensino de primeiras letras em Sergipe no ano da Proclamação da República, esse perfazia um total de 5.119, sendo 2.569 alunos e 2.550 alunas (NUNES, 1984, p. 158). Esse quadro numérico possibilita perceber o desnível entre o quantitativo de mulheres que iniciavam seus estudos em contraposição com as poucas que chegavam a buscar o ensino superior.

Tais exames permitem notar a presença feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX, demonstrando que já havia o interesse por parte das estudantes em ingressar em uma das poucas escolas superiores existentes no Brasil, prestando os exames no próprio Estado de Sergipe.

As Bancas dos Exames Gerais de Preparatórios no Atheneu Sergipense nos idos de 1890

O regulamento da Instrução Primária e Secundária, baixado com o decreto nº 1331^a de 17 de fevereiro de 1854, entre outras importantes providências, criou também na Corte, junto à Inspetoria Geral, **bancas de exames preparatórios**. Instruções especiais regulamentaram minuciosamente a forma de realização de tais provas e a composição das mesas julgadoras com o objetivo de evitar toda e qualquer fraude (HAIDAR, 1972, p. 51, grifo nosso).

A importância dos Exames Gerais de Preparatórios era tamanha que a nomeação da Banca julgadora desses, era feita pelo Presidente da Província. Com a Proclamação da República, a nomeação passa a ser efetuada pelo Governador do Estado. Dessa forma,

no dia 14 de Novembro de 1890, Lourenço Freire de Mesquita Dantas³⁶, governador do Estado de Sergipe em exercício, nomeia, conforme documento localizado no CEMAS, vinte e um membros para compor as bancas julgadoras dos Exames Gerais de Preparatórios daquele ano, no tocante a doze disciplinas: Português, Francez, Inglez, Latim, Geographia, História Geral, Chorographia e História do Brazil, Filosofia, Arithmetica, Álgebra, Geometria e Rhetorica.

Ao analisar este documento questionamo-nos sobre quem eram esses examinadores e sua formação, em que áreas atuavam, como era sua participação dentro da sociedade sergipana e dentro do próprio Atheneu Sergipense, pois estes seriam os responsáveis por julgar a habilitação ou não dos candidatos a ingressar no Ensino Superior.

Utilizamos para elucidar melhor a formação dessas bancas, além do documento que nomeia as mesmas no ano de 1890, os pedidos para realização dos exames desse mesmo ano, o Livro de Inscrição nos Exames de Língua Inglesa que abrange o período de 1874-1898, as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916) e a imprensa da época. Podemos enquadrar essa investigação no campo da historiografia educacional, no pensamento de Le Goff quando este autor nos diz que é necessário uma:

História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar e diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva – ou dogmática. História total, enfim... (LE GOFF, 1998, p. 38)

Levando-se em consideração esta afirmação debruçamo-nos sobre os julgadores e sua formação, numa tentativa de compreender melhor alguns aspectos que construíram as práticas educativas da época. Cada banca era composta por três examinadores, sendo um desses o presidente, tais examinadores analisariam os alunos que prestavam exames para uma ou mais disciplinas exigidas para ingressar nas Faculdades, sendo que esses muitas vezes não eram apenas professores. Procuramos então fazer um levantamento parcial da formação desses profissionais e a sua nomeação para uma ou mais bancas no

³⁶ Lourenço Freire de Mesquita Dantas ocupava a posição de segundo vice-governador de Sergipe no governo de Felisbello Firmino de Oliveira Freire. Após o afastamento deste, assume o vice-governador capitão de fragata Augusto Cezar da Silva, este por sua vez recebe autorização para retornar a capital federal e assim passa no dia 4 de novembro de 1890 administração do Estado para Lourenço Dantas.

ano de 1890, como também um esboço de estudo sobre algumas disciplinas que eles analisariam.

Dessa forma, por meio de nomeação foi designado para presidente da Banca de Português³⁷ o Major Óseas de Oliveira Cardoso, juntamente com os professores Ignácio de Souza Valadão e Balthazar Góes. Este último nasceu em 1853 e faleceu em 1914, fez o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense, sendo diretor dessa instituição, entre outras de renome na época, como a Instrução Pública. Fez parte do Triunvirato que governou o Estado de Sergipe logo após a Proclamação da República em 1889 (GUARANÁ, 1925). Também foi professor do Atheneu, nos anos de 1890 e 1893, lecionando as disciplinas de Geografia Geral, Astronomia e a matéria para a qual ele teria sido nomeado examinador (Português).

Para compor a Banca dos Exames de Francês, nomeou-se para presidente Paulilio Fernandes de Barros, o Dr. Felino Martins Fontes Carvalho e João de Araújo. Este último nascido em Aracaju no ano de 1865, formou-se em Direito na Faculdade de Recife em 1889, sendo nesse mesmo ano nomeado Promotor Público da cidade de Propriá no interior sergipano. Exerceu vários cargos tanto no seu Estado como em outros, representou Sergipe na constituinte de 1892, vindo a falecer em 1898 (GUARANÁ, 1925). Nota-se desse modo o prestígio que um examinador da banca deveria ter na sociedade, pois nesse caso temos um Promotor Público que mesmo não sendo professor foi convocado para compor a banca.

É importante notar que o sistema de Exames Preparatórios sofreu duras críticas durante sua existência, ressaltando-se essas aos exames de Línguas Vivas, podemos observar que:

Ao transcrever o relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil, datado de 27 de setembro de 1890 e assinado pelo Dr. B. Franklin Ramiz Galvão, o ministro censurava o sistema vigente, principalmente na parte relativa aos Exames de Línguas nos quais se exigia uma composição sobre um tema escolhido pelos Examinadores. Segundo o Inspetor, a composição em Português e a versão desta composição para a Língua Estrangeira, não era uma prova séria, pois “o aluno industriado procura frases curtas e fáceis, de verter e abreviar seu trabalho, pretextando a falta de matéria ou insere umas frases já preparadas(...)... No caos das Línguas Estrangeiras, o Inspetor era

³⁷ Segundo Haidar (1972) o Decreto de 4.430 de 30 de outubro de 1869 amplia os Preparatórios com a inclusão de Português, com o objetivo de melhor avaliar os examinados, tal disposição deveria entrar em vigor no ano de 1871.

taxativo: “em geral péssima leitura, tradução má, foi tudo o que ouvi” (apud. OLIVEIRA, 2006, p.317)

As críticas não se restringiam aos exames de Línguas, questionava-se a legitimidade das bancas, a maneira como os exames eram realizados, como também os pontos que atestariam se o examinado estaria habilitado ou não para ingressar nas Faculdades da época. Segundo Nunes (1984), “a educação secundária praticamente desapareceu tragada pelos preparatórios”, talvez a permanência ou não deste tipo de exame tenha sido uma das questões que provocaram maiores debates e questionamento no tocante a educação oitocentista.

Devido às deficiências apresentadas na execução dos exames, o Ministro Barão de Mamoré, em fevereiro de 1886, suspende os Exames de Preparatórios nos Estados do Rio Grande do Norte e Sergipe³⁸. As demais províncias onde não houvessem Faculdades foram instruídas em como proceder na efetuação dos Exames. Somente após serem estabelecidas diversas reformas é que, em 19 de novembro do mesmo ano, foram restabelecidos os Exames nos citados dois estados nordestinos (OLIVEIRA, 2006).

Ciente da ineficiência dos Preparatórios, Benjamim Constante Botelho de Magalhães que havia assumido o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 19 de abril de 1890, extingue os Preparatórios e propõe que o aluno realizasse três tipos de exames. O primeiro seria o de Suficiência, avaliando o aluno nas matérias que seriam continuadas no ano seguinte; os Finais, que avaliaria as matérias já concluídas; e por último o de Madureza que verificaria se o aluno tinha adquirido uma cultura intelectual necessária para o ingresso nos cursos superiores. Entretanto, em 21 de janeiro de 1891, Benjamim Constante foi afastado do ministério e as reformas propostas acabaram não entrando em vigor, permanecendo assim o ultrapassado Exame de Preparatório (NUNES, 1984).

Voltando para uma análise das nomeações vemos que no caso dos Exames de Preparatórios de Língua Inglesa as inscrições começaram no dia primeiro do mês de novembro indo até o dia quatorze do mesmo mês, data de nomeação dos professores para as bancas. Segundo o livro de inscrição nos Exames Preparatórios de Língua Inglesa no Atheneu Sergipense que corresponde ao período de 1874 a 1898, foram onze os candidatos.

³⁸ Segundo estudos realizados por Alves, embasados nas crônicas de Campos, a autora nos diz que os anos de 1890 relembram a desmoralização que Sergipe sofreu no ensino secundário. Seria o tempo dos “Cubanos”, e a cidade de Aracaju era invadida por estudantes de outros Estados que prestavam os exames de Preparatórios, “carregados de cartas de recomendações” (ALVES, 2005).

Tal livro indica o nome dos candidatos que pleitearam fazer os exames naquela “Casa de Educação Literária”, como também o nome do diretor da instituição de ensino e do diretor da Instrução Pública que muitas vezes era o mesmo. Podemos observar também as datas de realização desses exames, quando começavam e acabavam as inscrições, se houve abertura de editais mais de uma vez no mesmo ano, começando a compreender assim traços da vida escolar e da educação secundária no final dos oitocentos.

Com relação às inscrições para os Exames Gerais de Preparatórios, essas deveriam ocorrer “entre os dias 3 e 17 de novembro, os alunos das escolas públicas e dos Colégios e professores particulares que pretendessem fazer Exame das matérias exigidas como Preparatórias para admissão dos cursos superiores do Império” (OLIVEIRA, 2006, p. 306). Os pedidos localizados e as notícias trazidas pelo Jornal “O Republicano” no ano de 1890 confirmam que em Sergipe as inscrições também seguiam essas deliberações.

Para a Banca de Inglês o Dr. Francisco de Paulo Freire foi designado como o presidente da mesma, este começou os seus preparatórios no Atheneu Sergipense, mas concluiu o curso de Medicina na Faculdade da Bahia em 1885. No mesmo ano da nomeação da Banca de Exames tornou-se médico adjunto, também exerceu a medicina em vários locais do interior de Sergipe (GUARANÀ, 1925). Esse examinador é um dos seis médicos que participam das bancas analisadas, é possível que pelo grau de importância que o médico, enquanto profissional, possuía na época, suas atribuições fossem variáveis, colocando muitas vezes em questão a capacidade da Banca Examinadora. Talvez o distanciamento da formação com a matéria a qual julgava colocaria dúvida a legalidade das mesas examinadoras, como aponta Haidar:

Na verdade, a facilidade na obtenção dos certificados propiciada pela multiplicação das bancas de exames levou à desmoralização completa dos estudos preparatórios pois, se de um lado estimulou a proliferação das aulas secundárias, desencorajou igualmente os estudos perseverantes, metódicos e ordenados. Para que longos e penosos estudos? Uma carta de empenho ou uma viagem em busca de bancas propícias os supriam com vantagens na corrida em busca de certificados (HAIDAR, 1972, p. 58-59).

O professor Alfredo de Siqueira Montes, um dos membros da Banca de Inglês, fez seus estudos secundários no Atheneu Sergipense começando nessa instituição o seu agrado pelo estudo de Inglês. Distinguindo-se contudo, nos estudos de Latim, posteriormente aprofundara suas pesquisas em línguas neo-latinas. Em 1877 prestou concurso para a

cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense e foi aprovado, sendo lente também do ensino secundário privado (Cf. AMORIM, 2006).

Pelo que trás as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916) o professor Alfredo Siqueira Montes era um professor atuante no campo educacional, entre outras ações destacamos a sua presença na comissão composta pelo Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Galdim Teles de Menezes, e o também professor do Atheneu Sergipense Geminiano Pais de Azevedo, que tinha o objetivo de elaborar um projeto para reformar a Instrução Pública no Governo Provisório Republicano.

Como presidente da Banca de Latim foi nomeado o Dr. Thomaz Diogo Leopoldo, tendo este feito parte do corpo docente do Atheneu Sergipense desde a sua criação como lente de Gramática Filosófica da Língua Nacional Análise dos Clássicos/ Retórica e Poética no ano de 1871 (ALVES, 2005). Compondo ainda a banca o Padre Diogo José de Sant'Anna e o professor Felix Diniz Barreto, nascido em Sergipe, fez seu curso de Humanidades em Pernambuco, desde essa época já se distinguia como bom aluno de Latim. Vindo de uma tradição familiar de professores, ele foi o Catedrático de Latim no Atheneu Sergipense e de Pedagogia na Escola Normal, além de ensinar em outras instituições na própria Aracaju ou no interior do Estado. (GUARANÁ, 1925). Nas provas de Línguas havia tradução, análise lógica e gramatical de trechos escolhidos de autores clássicos latinos, ingleses e franceses, o tempo de duração das provas orais seria de dez minutos, e o aluno teria mais dez minutos para refletir sobre o ponto como afirma em seus estudos Oliveira (2006).

No tocante à disciplina de Geografia foram localizados doze pedidos de inscrição nos Exames Gerais de Preparatórios. Para compor a banca julgadora de tal disciplina foi nomeado como Presidente o Capitão João Rodrigues de Miranda e os examinadores Dr. João de Araujo Lima e o Dr. João Antonio da Silva Marques formado em medicina na Faculdade da Bahia, logo depois entrou para o serviço militar, foi condecorado como cavaleiro das Ordens de Cristo e de São Bento de Assis pelo Governo Imperial (GUARANÁ, 1925).

História Geral teve como presidente da banca o professor Alfredo Montes, além de João Antonio da Silva Marques e João de Araújo Lima compondo a mesma. Esse último também nomeado juntamente com o Dr. Thomaz Diogo Leopoldo e o Dr. João Telles de Menezes como presidente, para a Banca de Chorographia e História do Brasil. Conforme Guaraná (1925) João Telles de Menezes era médico, tendo ido prestar seus

serviços na Guerra do Paraguai no ano de 1867 ficando lá até o termino da guerra. Um assíduo colaborador da imprensa brasileira, escrevendo constantemente sobre religião, higiene, febres e assuntos afins. No ano de 1890 houve concurso para a cadeira de Chorographia e História do Brasil, os pontos para tais concursos são transcritos nas atas da Congregação do Atheneu Sergipense³⁹.

Para a disciplina de Filosofia, foram nomeados o Padre Diogo José de Sant'Anna, o Dr. Daniel Campos e o professor Brício Cardoso como presidente. Conforme Guaraná (1925) o Dr. Daniel Campos formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia, foi professor de Ciências Físicas e Naturais do Atheneu Sergipense, depois removido para a cadeira de Filosofia em 1882, com a extinção desta última em 1893 voltou para a sua primeira cadeira. Segundo as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, no dia 19/04/1882 nas determinações e deliberações cita a: “posse do prof. vitalício de Elementos de Ciências Físicas e Naturais e Elementos de Fisiologia e Higiene – Daniel Campos”⁴⁰.

A presença do Padre Diogo José de Sant'Anna em duas bancas, Latim e Filosofia, nos apontam para a participação religiosa no cotidiano escolar do Atheneu Sergipense, valendo salientar que o Latim é a Língua base da Igreja Católica, assim como a Filosofia faz parte dos estudos na formação do sacerdote. Dessa forma, pressupõe-se que um padre seria uma das pessoas mais habilitadas para analisar os examinandos das referidas matérias.

Para a banca de Aritmética, a nomeação como presidente ficou para o Farmacêutico João Martins Pereira, fazendo parte da banca também os professores Joaquim do Prado Araujo e Eutychio de Novaes Lins. Consta em Guaraná (1925), que Eutychio de Novaes Lins começou seus estudos de Português e Latim, e quando se sentiu preparado passou a dar aulas particulares, logo depois foi nomeado para uma cadeira num povoado do interior de Sergipe. Fez o curso na Escola Normal terminando em 1874 e somente em dois de maio de 1904 foi nomeado professor interino de Aritmética e Álgebra do Atheneu Sergipense, no mesmo ano foi nomeado professor vitalício de Aritmética Elementar naquela mesma instituição. Dessa forma podemos observar um professor que possuía uma ligação muito próxima com a matéria a qual iria examinar, devendo estar

³⁹ Os concursos para a disciplina de História no final do século XIX e início do XX ocorridos no Atheneu Sergipense, estão sendo analisados na monografia de conclusão de curso em História Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe por Igor Pereira Teles, um dos signatários do presente artigo.

⁴⁰ Sobre a trajetória histórica da Cadeira de Química nos Estudos Secundários de Sergipe consultar Alves (2004).

preparado para julgar os exames, contudo não lhes é concedido à nomeação como presidente da banca. Pelos estudos realizados por (ALVES, 2005) percebemos também que no ano de 1888 o Atheneu Sergipense tinha adotado como livro para disciplina de Aritmética e Álgebra os compêndios de Bernardo Alves Carneiro, sendo este mantido até 1892, quando serão acrescidos outros dois, Álgebra de Luiz Pedro Drago e Geometria de Cristiano Benedito Ottoni.

Para compor a banca de Álgebra tivemos como presidente o Dr. João Telles de Menezes, o 1º Tenente Álvaro de Medeiros Chaves, e o professor Joaquim do Prado Araújo Leite. Este nomeado lente vitalício da cadeira de Aritmética e Álgebra no dia 05/04/1882, juntamente com Luiz Carlos da Silva Lisboa também lente vitalício da cadeira de Pedagogia Teórica e Prática. Tendo feito seus estudos secundários no Atheneu Sergipense, formou-se em Direito na Faculdade do Recife, exercendo os cargos de promotor, juiz e deputado, além de lente de Aritmética e Álgebra, foi professor também de Literatura/Lógica, Psicologia /Lógica e Lógica e Direito Público na mesma instituição onde cursou o secundário.

Com relação à Geometria, foram nomeados, o 1º Tenente Álvaro de Medeiros Chaves e o Dr. Daniel Campos e como presidente Dr. Felino Martins Fontes Carvalho nascido no município de Riachão em 1859, fez os seus preparatórios em Aracaju, formando-se em Medicina na Bahia em 1885. Logo depois de formado residiu no município sergipano de Lagarto, vindo morar na capital do Estado em setembro de 1890, mesmo ano em que vai ser chamado para fazer parte da Banca dos Exames (GUARANÁ, 1925).

Ignácio de Souza Valadão fez parte do primeiro corpo docente do Atheneu Sergipense como lente de Pedagogia no ano de 1871 (ALVES, 2005), sendo nomeado para presidente da Banca de Retórica. Além deste a banca também contou com a presença do professor de Latim Felix Diniz Barreto e do professor Brício Cardoso, sendo este último aprovado para professor público do ensino primário em 1870, quatro anos depois foi removido para a cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense. Durante quarenta e dois anos exerceu o magistério, assumindo também por várias vezes o cargo de Diretor das Escolas Normais (GALLY, 2004).

Percebemos que em todas as bancas pesquisadas havia a presença de seis médicos, sendo que dois desses exerciam efetivamente a docência, dois promotores, também um desses fazia parte do corpo docente do Atheneu Sergipense, um farmacêutico, um padre,

um tenente coronel, um capitão, um major, sete professores, além do Senhor Paulilio Fernandes de Barros cuja profissão não conseguimos localizar.

Contudo, dentre os examinadores que foram nomeados para as bancas, os que efetivamente exerciam uma cadeira na instituição que era responsável pela realização dos exames, localizamos seis professores, Alfredo de Siqueira Montes no tocante a Língua Inglesa, o professor e bacharel Joaquim do Prado Sampaio Leite para a disciplina de Álgebra, Brício Cardoso para a disciplina de Retórica, o professor e médico Daniel Campos para Filosofia, que apesar de no ano da nomeação não pertencer à cadeira da matéria, já tinha pertencido à mesma. Houve também Felix Diniz Barreto para a banca de Latim, e Balthazar de Araújo Góes para a Banca de Português.

Depreendemos também que havia a nomeação de um mesmo examinador para várias bancas num mesmo ano, dos julgadores estudados, oito foram nomeados para uma banca, doze para duas e um para quatro. É curioso notar que o único nomeado para compor quatro bancas, João de Araújo Lima, não tem uma formação ligada diretamente às práticas educativas, sendo o mesmo bacharel em Direito e Promotor Público. Outro fator de importante relevância é a presença do médico e professor Olintho Rodrigues Dantas na Banca de Inglês e não na Banca de Latim da qual era professor catedrático. Possivelmente tal prática ocorria devido a falta de cursos voltados exclusivamente para a formação de professores, sendo assim havia uma necessidade de profissionais de outras áreas para atuarem nas práticas educativas, isso pôde ser evidenciado no transcorrer dessa investigação analisando os nomeados para as bancas julgadoras.

Considerações Finais

Por meio da pesquisa realizada tendo como fontes documentais prioritárias os pedidos de Exames Gerais de Preparatórios dos anos 1889 e 1890, percebemos que tais documentos nos forneceram vestígios para que pudéssemos adentrar não só nas práticas educativas existentes naquela “Casa de Educação Literária” como também a sociedade sergipana do final do século XIX. Os pedidos demonstram uma procura considerável, evidenciando o interesse da juventude sergipana em ingressar em uma das instituições superiores da época.

Depreendemos também que mesmo em número diminuto, algumas mulheres pleitearam tais exames, contrariando uma tendência da sociedade que restringia a educação das moças ao ensino secundário, tal modalidade de ensino era cursado geralmente em

instituições voltadas para educação feminina, dessa forma estas eram preparadas para exercerem tarefas relacionadas a atividades do lar. Contudo, por meio dos pedidos das quatro jovens aqui investigados vislumbramos um esforço para um rompimento com os padrões sociais vigentes.

Não podemos encarar os pedidos dessas estudantes como um fato simplório. De uma forma ou de outra essas estariam adentrando num universo até então predominantemente masculino. Devemos atentar que as mulheres ao buscarem o ensino superior conseqüentemente passariam a ocupar também funções exercidas apenas por homens, denotando assim que os documentos das instituições escolares, no caso específico os pedidos de exames, indicam não só aspectos do cotidiano educacional de outrora, como também da sociedade pela qual essas práticas educativas permearam.

Com relação aos responsáveis pelo julgamento das habilidades intelectuais dos examinados é perceptível a presença das mais diversas profissões nessas bancas - promotor, farmacêutico, padre, major, capitão, tenente - contudo nota-se um número maior de médicos, correspondendo a quase um terço dos examinadores.

A análise desses documentos nos possibilitou ainda uma visão que justifica as constantes críticas feitas aos Exames Gerais de Preparatórios no século XIX e suas bancas julgadoras, sendo esses muitas vezes avaliados por pessoas que teoricamente não possuíam vínculos com aquelas disciplinas, ou até mais, simplesmente por possui uma profissão de destaque dentro da sociedade sergipana dos oitocentos.

As disciplinas analisadas, os seus respectivos julgadores, a imprensa da época, e os pedidos de Exames Gerais de Preparatório como um todo, permitiram-nos perceber traços que nos ajudam a construir um quadro mais amplo sobre a formação dos examinadores, sua atuação e suas práticas, assim como uma presença feminina nos preparatórios sergipanos do final do século XIX, procurando assim, contribuir com uma parcela significativa nas pesquisas no campo da historiografia, como também da história da educação.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial, 2005.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. "Aspectos Históricos do Ensino de Química nos Estudos Secundários em Sergipe". In: *Caderno UFS Química e Educação*. Vol. 6. Fascículo 2. 2004.
- _____. *O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)*. 2005. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.
- AMORIM, Simone Silveira. *A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe*. São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2006.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. "A Educação como espetáculo". In: Maria Stephanou. Maria Helena Câmara Bastos (org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 116-131.
- DANTAS, Ibarê. *História Política de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- FEBVRE, LUCIEN. *Combate pela História*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1985.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, et all. "Pernambuco, Sergipe, São Paulo: os caminhos do Colégio Inglês na educação feminina". In: *Revista Horizontes*, Bragança Paulista/SP, v. 20, n. 12, p. 1-13, 2002.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. "Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX". In: *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v.4, p. 45-65, jan/jun, 2002.
- _____. *Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas no início do século XX*. Tese de Doutorado em Educação. UNICAMP. 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- GALLY, Christiane de Menezes. *Brycio Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)*. São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2004.
- GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Bio-bibliografico Sergipano*. Rio de Janeiro. 1925.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, ed. USP, 1972.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: Mary Del Priore (org.) Carla Bassanezi (coord. de textos). In: *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.
- NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.
- NUNES, Maria Thétis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. São Cristóvão, SE. 2ª ed. Editora da UFS, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo Meneses de. *A instituição do ensino das Línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809/ 1890)*. 2006. ps. 293/317. Tese de Doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor Pereira. "O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense - Primeiros Resultados". IN: XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2006, São Cristóvão - Se. Anais Eletrônicos do XVI

Encontro de Iniciação Científica e II Encontro de Pós-Graduação, São Cristóvão: UFS, 2006.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: “As vozes do Silêncio”. In: Marcos Cezar de Freitas (org.). *In: Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 217-235.

TELES, Igor Pereira; OLIVEIRA, João Paulo Gama. “A Presença Feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX”. IN: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - 2006, Goiânia - Goiás. Anais Eletrônicos do IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História. Goiás: UCG, 2006 (a).

_____. “As Bancas dos Exames Gerais de Preparatórios em Sergipe – 1890”. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: A Pesquisa em Educação - dilemas e perspectivas, 2006, São Cristóvão - SE. Anais Eletrônicos do II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em Educação - dilemas e perspectivas, 2006 (b).

O COMPÊNDIO DE HULL E A LEGISLAÇÃO DE 1936: Para uma introdução ao ensino da literatura no Estado Novo

João Escobar J. Cardoso

Graduando em Letras (Português/Inglês)/UFS

Bolsista PIBIC/CNPq/UFS

Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil(DLE/UFS)

joaoescobarc Cardoso@bol.com.br

RESUMO

A portaria de 17 de março de 1936, assinada pelo ministro Gustavo Capanema, seguindo a tendência reformista que começara a se esboçar desde 1931 no âmbito educacional, elevou a literatura a um lugar de destaque até então inédito, com objetivos, metodologia e conteúdos sistematicamente definidos. O presente trabalho tem como objetivo analisar *English Literature*, um compêndio específico de História da Literatura Inglesa escrito em inglês por M. S. Hull e Machado da Silva, e de grande circulação durante a vigência da Reforma, a fim de observar até que ponto ele incorporava ou transgredia as expectativas traçadas pela nova legislação, bem como suas bases teóricas e historiográficas e sua representação da literatura e da cultura inglesas, num momento em que nacionalismo e autoritarismo foram os grandes impulsores de uma renovação da educação brasileira.

Palavras-chave: Estado novo, história da educação, literatura inglesa.

ABSTRACT

The regulation of March, 17th, in 1936, signed by the minister Gustavo Capanema, following the reformist tendency that had begun to be sketched since 1931 in the educational sphere, led literature to a prominent place, unprecedented until then, with objectives, methodology and contents systematically defined. The present article aims to analyse *English Literature*, a specific compendium of history of English Literature, written in English by M. S. Hull and Machado da Silva, which had a wide circulation while the regulation was in vigour, in order to observe how it embodied or transgressed the expectancies traced by the new legislation, as well as its theoretical and historiographical basis and its representation of English literature and culture, in a moment when nationalism and authoritarianism impelled a great reform in Brazilian education.

Key-words: Estado Novo, history of education, English literature.

Na História do Brasil, o Estado getulista (1930-1945) representa um momento de autoritarismo e nacionalismo comparáveis aos fascismos europeus. A presença de Francisco Campos, ministro da educação entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, mostra que a política educacional do Estado Novo (1937-1945) ultrapassa seus limites cronológicos. Assim, é nessa época que, entre outras iniciativas, se deram a promulgação do estatuto das universidades brasileiras (1931), a fundação da USP (1934), a criação da UNE (1938) e a primeira grande reformulação do ensino primário e secundário da República.

Considerando o currículo de literatura do ensino secundário, pelo menos do ponto de vista das finalidades e intenções explícitas do legislador, fica evidente o modo como a sistematização do ensino de literatura alavancada pelo ministro Gustavo Capanema, a partir da portaria ministerial de 17 de março de 1936, se relaciona com um projeto de nação que almejava concretizar-se pela conjugação entre a formação de líderes e a consolidação do cânone da literatura nacional.

Com efeito, em um dos tópicos de uma série de entrevistas intitulado Literatura e Sociedade feitas a Roger Chartier, em 1999, intitulado Literatura e Sociedade, pode-se notar o modo como o autor lida com as chamadas correntes estruturalistas da crítica literária, mostrando a sua importância para o conceito e definição dos cânones literários e, sobretudo, o papel preponderante da escola no estabelecimento, difusão e consolidação desses cânones, através da fixação de determinadas obras ou autores em manuais de leitura ou de livros didáticos de literatura (OLIVEIRA, 2004, p. 113).

Antes de tudo, porém, os compêndios e livros didáticos devem ser vistos como uma ferramenta de uma instância muito maior que por trás deles subjazem: as legislações responsáveis pela expedição de programas de ensino, que, na maioria das vezes, acabam determinando os conteúdos e a própria metodologia dos livros didáticos. Considerando tal pressuposto, o caso do ensino da literatura passa a ser analisado através da “interpenetração entre a cultura escolar e a atividade literária”, de modo que a escolbalizada pelos programas e compêndios didáticos, assume um papel fundamental no processo de construção e consolidação dos cânones literários de várias épocas.

Resta um último ponto, cuja importância, salvo algumas exceções, jamais preocupou os historiadores da literatura: a interpretação entre a cultura escolar e a atividade literária. Por que *Easther* e *Athalie* são as únicas obras dramáticas que permaneceram constantemente nos programas das classes durante todo o século XIX? É por que são de

Racine, ou por que foram destinadas a uma exploração escolar? É por acaso que a primeira grande epopéia francesa *La henriade*, composta por um antigo aluno dos jesuítas para rivalizar com Virgílio, entrou desde o século XVIII nos programas escolares, e fez, nos colégios, o essencial de sua carreira literária, até 1835? Esta obra não remonta, antes, à história do ensino, mais do que à história da literatura? (CHERVEL, 1990, p. 220)

Isto posto, fica evidente que o ensino da literatura, ao mesmo tempo em que está condicionado, muitas vezes, aos programas e padrões dos compêndios e livros didáticos, também é responsável pela construção da própria literatura nacional. Nesse caso, os livros didáticos, o principal objeto de nosso estudo ao longo deste trabalho, se constituem como a principal ferramenta nesse processo histórico, social e cultural, um processo em que obras literárias se estabelecem e se consolidam como cânones e outras são simplesmente esquecidas.

No nosso caso em particular, escolhemos o compêndio *English Literature* (1937), de Melissa Stodart Hull e Machado da Silva, por se tratar de um livro específico de história da literatura escrito em inglês, sendo um dos pioneiros do gênero publicados no Brasil. Outro motivo que nos levou a escolhê-lo como objeto de estudo é a própria conjuntura histórica em que se deu sua circulação, isto é, o Estado Novo, momento em que a literatura, pela primeira vez, ocupou um lugar de destaque nunca antes visto em relação às demais disciplinas, com “objetivos, metodologia e conteúdos bem definidos e sistematizados” (OLIVEIRA, 1999, p.78).

Assim, ao longo deste artigo, buscaremos analisar *English Literature* em face das diretrizes dessa nova legislação educacional, procurando verificar até que ponto ele incorporava, transgredia, ou simplesmente as ignorava. Desse modo, serão observados os conteúdos, bem como os objetivos, o método e as fontes teóricas e historiográficas do compêndio. Embora não seja possível, neste artigo, capturar totalmente a dimensão da relação que os programas curriculares e os livros didáticos no Estado Novo mantêm com o processo de construção da literatura nacional, esperamos contribuir para uma perspectiva multidisciplinar de se trabalhar com história da educação, na medida em que tal proposta de pesquisa possa ajudar a medir o impacto das legislações não apenas na história do ensino, mas principalmente em nossa história literária.

O ensino da literatura no Estado Novo

Antes da abordagem da reforma Francisco Campos no quadro educacional do país, engendrada pelo clima de reconstrução da nação que imperou no Estado Novo, faz-se necessária uma breve demonstração de como a institucionalização de uma disciplina, bem como a seleção e determinação de um conjunto de obras literárias a serem trabalhadas na escola, longe de ocorrer de um modo natural, está, muitas vezes, visceralmente associada a fatores históricos, sociais, ideológicos e políticos.

No seu livro *Teoria da Literatura: uma introdução* (1985), Terry Eagleton, no capítulo intitulado “A ascensão do inglês”, faz um exame do árduo percurso que a literatura inglesa enfrentou até que se instituísse como uma disciplina acadêmica. Vista como um “tema amadorístico”, “difícilmente capaz de concorrer com a filosofia ou com os Grandes da literatura clássica” e, por isso, “mais adequada às mulheres” e aos “trabalhadores que desejavam impressionar os nativos”, levou muito tempo – um tempo permeado de controvérsias – para que a literatura inglesa se estabelecesse em Oxford e Cambridge como disciplina.

Violentas manobras de retaguarda foram feitas pelas duas velhas universidades contra essa matéria desoladoramente diletante: a definição de uma disciplina acadêmica estava na possibilidade de submetê-la a um exame objetivo, e como o inglês não passava de conversa fiada sobre gosto literário, era difícil saber como torná-lo suficientemente desagradável para que se qualificasse como disciplina acadêmica propriamente dita (EAGLETON, 1985, p.39).

Segundo o teórico, apenas com “a primeira guerra imperialista” é que os estudos literários, em Cambridge e Oxford, começaram a se esboçar, uma vez que a filologia clássica, então a mais séria antagonista da literatura, estava profundamente ligada à influência alemã, uma “raça” da qual os ingleses procuravam se dissociar o máximo possível. Além disso, o renascimento do patriotismo e do orgulho nacional oriundos da vitória da Inglaterra sobre a Alemanha, aliado ao profundo trauma da guerra, despertou uma “fome cultural para a qual a poesia parecia ser a solução”:

A literatura inglesa ascendeu ao poder às costas do nacionalismo de guerra, mas ela também representou uma busca de soluções espirituais por parte de uma classe governante inglesa, cujo senso de identidade havia sido profundamente abalado, cuja psique foi para sempre marcada pelos horrores que suportara. A literatura seria ao mesmo tempo um consolo e uma reafirmação, um terreno familiar no qual os

ingleses podiam se reagrupar para explorar e para encontrar uma alternativa ao pesadelo da história (EAGLETON, 1985, p. 41-42).

Outro autor a se preocupar com a questão foi Brian Doyle, que, ao introduzir seu livro *English and Englishness* (1989) com um capítulo intitulado “English and Popular Culture”, tentou demonstrar como o processo de nacionalização da cultura esteve estritamente ligado à educação literária, e como a literatura inglesa foi e tem sido um grande recurso político e ideológico na formação do “valor social” do inglês e na manutenção da idéia da harmoniosa “alta sociedade”:

By establishing English as the only academic discipline which embodied not only the high culture of “polite society” but also “the national character”, the discipline came to be promoted as uniquely suited to a mission of National Cultivation (DOYLE, 1989, p. 6)⁴¹.

No caso do Brasil, tal processo não se deu de forma muito diversa. A crise do começo da década de 1930, que mergulhou o país e o mundo num mar de incertezas e dificuldades, impulsionou o movimento sindical, anarquista e comunista, motivando a tomada do poder pelo governo provisório liderado por Getúlio Vargas. Esse governo, obtendo grande influência da igreja católica e dos militares, se revestiu de fortes componentes de nacionalismo e autoritarismo, junto a uma onda de salvacionismo e reformismo que, como reconhece Alfredo Bosi (1992, p. 211), provocou “revisões fundas no quadro institucional do país”. É exatamente nesse clima de reconstrução da Nação que pretendemos centrar a questão do ensino da literatura no Estado Novo.

Com efeito, como afirma Hilsdorf (2003, p.95), a revolução de 1930, no âmbito educacional, constitui o cume da realização do movimento de renovação desencadeado pelos liberais republicanos, adeptos da Escola Nova desde meados dos anos 20, que, embora adversários dos católicos, no novo governo desenvolveram uma ação político-administrativa, colocando em prática as idéias que defendiam e contribuindo, desse modo, para a renovação do ensino. Isso não significa, porém, que as ações do governo na educação não possuíssem um caráter autoritário. Mesmo assim, segundo Boris Fausto, as ações de Vargas na área educacional procuraram abarcar vários “aspectos do universo cultural”:

⁴¹ “Ao estabelecer o Inglês como a única disciplina acadêmica que incorporava, não apenas a alta cultura da sociedade educada, mas também o caráter nacional, a disciplina veio a ser promovida como a única adequada à missão do refinamento nacional”. As traduções são de autoria do autor deste ensaio.

As iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos tinham uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima pra baixo sem envolver uma grande mobilização da sociedade, mas sem promover também, consistentemente, uma formação escolar totalitária, abrangendo todos os aspectos do universo cultural (FAUSTO, 2001, p.188).

O ensino como um todo, portanto – ou pelo menos as propostas de ensino emitidas pelo governo –, parecia refletir as tendências político-ideológicas do momento. Especificando os motivos para a reforma do ensino secundário em 1942, o ministro Gustavo Capanema citou “a preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão animar as responsabilidades maiores dentro da sociedade” e que serão “portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo” (*apud* NUNES, 1962, p.111).

Com efeito, o ensino da literatura no Estado Novo parecia possuir, ao menos legislativamente, funções sociais e morais bem definidas. Como se pode notar no programa do curso fundamental do ensino secundário, emitido em 1931 pelo ministro Francisco Campos, a partir do estudo de um determinado autor, por exemplo, desenvolver-se-iam temas de moral privada ou social: “com respeito ao estudo de um escritor ou a propósito de um pensamento notável, colhido na leitura, desenvolverão temas literários ou assuntos de moral privada e social” (*apud* BICUDO, 1942, p. 139).

Considerando a grandeza do papel da literatura na “educação espiritual” do aluno, estimulando-lhe os “pendores aproveitáveis” e “auxiliando o ensino de outras matérias”, a Portaria emitida por Capanema em 1936 especificou os principais objetivos do ensino da literatura no curso complementar:

O ensino da literatura no curso complementar deve ter, como principais objetivos, os seguintes:

- 1- dar conhecimento aos alunos do que há sido a atividade humana no imenso campo do pensamento, manifestada pelas obras literárias de toda natureza;
- 2- preparar e educar o espírito dos alunos para a apreciação inteligente e crítica dos fatos literários;
- 3- elevar o nível de cultura literária que o aluno deve trazer do curso fundamental e estimulando-lhe os pendores aproveitáveis que nele porventura se revelem;
- 4- auxiliar, na medida que as circunstâncias permitirem, o ensino das outras matérias, especialmente no tocante às línguas e às ciências sociais (*apud* OLIVEIRA, 1999, p.79)

Tais objetivos não excluía outros que pudessem adaptar-se ao “espírito geral da cadeira”, desde que o seu estudo não se transformasse em “mera decoração de nomes, datas ou seqüência de escolas literárias”. Dessa forma, na primeira série, eram ensinadas as “noções preliminares” – “o conceito e significação da literatura e do fato literário”; “suas condições”; “distinção dos gêneros literários” e “literatura geral”, enquanto que, na segunda, estudavam-se as literaturas portuguesa, brasileira, americanas e européias contemporâneas (*apud* OLIVEIRA, 1999. p. 49).

Fica assim evidente que, no Estado Novo, o ensino da literatura, além de receber um destaque nunca antes visto, apresenta-se com um papel ideológico e político consciente para a reconstrução da ordem social que havia sido, de certa forma, minada pelos anos política e socialmente instáveis e economicamente decadentes, em função da grande crise que precedeu a revolução de 1930.

English literature sob a luz da reforma de 1936

Por um longo período na história da educação brasileira, o ensino da literatura inglesa, quando não foi relegado a um simples complemento ao estudo da língua inglesa, esteve associado aos programas de disciplinas alheias – retórica, literatura geral e depois história da literatura. Tal situação só começaria a se modificar legislativamente com a Portaria de 30 de Junho de 1931, assinada pelo ministro Francisco Campos, que especificou os objetivos, conteúdo e, pela primeira vez, a metodologia do ensino de cada disciplina do curso fundamental. Contudo, mesmo com a expedição da Portaria de 17 de Março de 1936, assinada pelo então ministro Gustavo Capanema, que sistematizou os objetivos, metodologia e os conteúdos que deveriam figurar no ensino da literatura inglesa, esta continuou sendo estudada isoladamente, no programa de literatura geral da primeira série do “curso complementar” – válido apenas para o curso pré-jurídico.

Somente com a Portaria Ministerial n. 148, de 15 de Fevereiro de 1943, que expediu o programa de inglês dos cursos “clássico” e “científico”, o estudo das literaturas estrangeiras passou a fazer parte das cadeiras das línguas correspondentes. Todavia, a fim de simplificar os programas de várias disciplinas do curso secundário, o ministro Simões Filho, através da Portaria n. 614, de 10 de maio de 1951, suprimiu do programa de inglês o estudo da literatura inglesa (OLIVEIRA, 1999).

Além de toda a inovação já mencionada em relação ao ensino da literatura, a expedição da Portaria de 1936 autorizou a produção de novos compêndios brasileiros de história da literatura inglesa. **English Literature**, de Melissa Stodart Hull e Machado da Silva, publicado apenas um ano após a expedição da nova lei, estava entre o grande número de compêndios escolares de história da literatura inglesa que passaram a ser produzidos e publicados desde então⁴². Oliveira (1999, p. 144) reconheceu o seu pioneirismo, já que se trata de um livro específico de história da literatura inglesa escrito em inglês. Além disso, dada a facilidade com que o compêndio é encontrado em sebos e suas várias reedições – em 1962 estava na sétima edição –, bem como o fato de ter sido adotado em algumas universidades como material complementar – apesar de ter sido produzido, ao que parece, visando o ensino secundário –, trata-se de um livro muito popular na época. **English Literature** divide-se em três partes. A primeira (p. 9-64) compõe-se por um “*Historical outline*” (Resumo histórico) das literaturas inglesa e norte-americana. A segunda conta com “*Biographies, Representative Extracts and commentaries*” (Biografias, Excertos representativos e comentários) dos principais autores ingleses – de Chaucer a H.G. Wells (p. 69-365) – e norte-americanos – de Washington Irving a Sinclair Lewis (p. 369-409). Na terceira parte, incluem-se algumas “*Chronological Tables*” (Quadros cronológicos), que dispõem de: “Sovereigns of England” (Soberanos da Inglaterra - p. 413-415), isto é, uma lista com todos os reis da Inglaterra, antes e depois da conquista empreendida por “William the Conqueror”, e com as respectivas datas de seus reinados; uma “Historical Chronology” (Cronologia histórica - p.417-432), com os principais eventos que marcaram a história inglesa, desde a primeira invasão de Julio César, no ano 55 antes de Cristo, até a coroação de George IV, em 1937; uma “List of English Writers” (Lista de Escritores ingleses - p. 433-440) e outra de “American Writers” (Escritores americanos - p. 441- 443), dispostos conforme o período a que pertenceram; um quadro sobre “Contemporary Literature” (Literatura contemporânea - p.445-447), com os principais romancistas, poetas, ensaístas, dramaturgos, historiadores e filósofos da época e, por fim, uma série cronológica de trechos de vários autores, intitulada “What some of his countrymen and others thought of Shakespeare” (O que alguns de seus compatriotas e outros pensavam de

⁴² Decreto n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938 estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático, criando a Comissão Nacional do Livro Didático, encarregada de examinar, julgar e autorizar o uso de todos os livros didáticos do ensino primário e secundário.

Shakespeare), e ainda um “literary map of England” (Mapa literário da Inglaterra - p. 449-475), incluindo escritores escoceses e irlandeses (HULL e SILVA, 1946).

Embora M. S Hull e Machado da Silva não tenham explicitado, no “Foreword” (Prefácio) do livro, o método de seu compêndio, é visível a preocupação dos autores em não limitar os leitores à memorização de listas de escritores, trabalhos e datas. Assim, eles recorrem principalmente à exposição dos escritores em sua relação com o período a que pertenceram, e posteriormente ao uso de “Representative Extracts” de suas obras principais.

It is more useful to the student to read representative extracts from great writers, to learn to know them at first hand, and understand their relation to the age of which they were a product and their influence upon it, than merely to memorise lists of writers, works and dates (HULL e SILVA, 1946, p. 5)⁴³.

Assim, o compêndio tem sua parte histórica reduzida em comparação com a parte dedicada à inserção de trechos representativos dos autores, juntamente com um respectivo comentário crítico. Isso, de certa forma, se coaduna com as propostas metodológicas determinadas pela nova lei, segundo a qual a parte biográfica e histórica, “embora imprescindível”, haveria de ser reduzida, cedendo espaço à “crítica e ao estudo das obras, escolas e gêneros”, com exceção das “grandes figuras”, que mereceriam um tratamento especial (*apud* OLIVEIRA, 1999, p. 80).

Quanto ao conteúdo do programa relativo ao ensino de literatura inglesa na primeira série, a nova lei determinou o seguinte: “Chaucer e Gower”; “Era Elizabetana – Spencer e Marlowe, Bacon e Burton”; “Século XVII – Milton e o *Paraíso Perdido*, Dryden; “O Classicismo – Addison e Pope”; “O Romance Inglês no Século XVIII – Defoe, Swift e Goldsmith”; “O Romantismo Inglês – Scott, Byron, Shelley, Keats e Tennyson”; “Dickens” e “O Pré-Rafaelismo” (*apud* OLIVEIRA, 1999).

A esse conjunto de autores, **English Literature** parece ter atendido bem, uma vez que a narrativa do compêndio se desenvolve – como se percebe pelo nome dos capítulos⁴⁴ – em função dos autores mais representativos de cada período. Entre os que receberam

⁴³ “É mais proveitoso para o estudante ler excertos representativos de grandes escritores, conhecê-los de antemão e entender sua relação com a época da qual foram produto e sua influência sobre ela, do que meramente memorizar listas de escritores, trabalhos e datas”.

⁴⁴ A divisão periodológica adotada pelos autores é a seguinte: The age of Chaucer (p. 9-12); The age of Malory (p. 12-15); The age of More (p. 15-18); The age of Shakespeare (p. 18-23); The age of Milton (p. 23-28); The age of Dryden (p. 28-31); The age of Pope (p. 31-36); The age of Johnson (p. 36-40); The age of Wordsworth (p. 40-44); The age of Tennyson (p. 45-49); The age of Kipling (p. 49-55).

destaque especial, estão: Chaucer, Marlowe, Milton, Pope e Tennyson. Os demais autores – com exceção de Burton, que não é mencionado nem mesmo na “list of English writers” presente no final do livro – são compensados pelos esboços biográficos e pelos excertos compilados na segunda parte do livro. Vale a pena frisar que ficaram excluídos de *English literature* o período anglo-saxônico, também conhecido como “Old English Period”, o que, de certo modo, entra em consonância com o conteúdo de literatura inglesa da primeira série, que, como pudemos ver, deveria se ensinar a partir de Chaucer.

Na segunda série, a legislação previa o ensino das literaturas americanas e as européias contemporâneas. Na parte de literatura norte-americana, determinou-se o estudo dos seguintes autores e obras, além das obras produzidas “antes do grande desenvolvimento industrial”: Longfellow; Washington Irving; Fenimore Cooper; Beecher Stowe; Emerson; Poe; Hawthorne; Thoreau; Walt Whitman; “o romance social e o romance de aventuras”; “o período do grande industrialismo”; “a poesia”; “os neo-realistas”; “o humorismo”; “o teatro”; “a poesia negra”; “o espírito e a reação da literatura” e “grandes escritores contemporâneos” (*apud* OLIVEIRA, 1999).

Se *English Literature*, até esse momento, deu uma significativa expressão aos autores ingleses, com a literatura norte-americana isso não ocorre. Apenas oito páginas são dedicadas à parte intitulada “*American Literature*”, cujas primeiras linhas relevam a visão de M.S Hull e Machado da Silva sobre o trabalho dos escritores americanos mais antigos, segundo eles, um mero reflexo das idéias, dicção e estilo dos britânicos.

If literature is the expression of nationality, it is only in the last seventy years that authors have arisen who are peculiarly American. For although their country figures largely enough in their writings, the ideas, diction and style of Irving and even Hawthorne are still as English as Lamb's and Thackeray's. England was their spiritual home, as it was of Emerson and Longfellow, whose works figure naturally in most anthologies of English Literature. Their roots were in the past, and their past was identified with some English village, Scottish moor, or the green hill of Ireland. (HULL e SILVA, 1946, p. 56)⁴⁵

⁴⁵ “Se a literatura é a expressão da nacionalidade, é apenas nos últimos setenta anos que têm surgido autores tipicamente americanos. Embora seu país seja profundamente representado em seus escritos, as idéias, dicção e estilo de Irving e até mesmo de Hawthorne ainda são tão ingleses quanto são os de Lamb e os de Theckeray. A Inglaterra foi o seu lar espiritual, assim como foi o de Emerson e o de Longfellow, cujos trabalhos figuram naturalmente em muitas antologias da literatura inglesa. Suas raízes estavam no passado e o seu passado se identificava com algumas aldeias inglesas, com os pântanos escoceses ou com as verdes colinas da Irlanda”.

Desse modo, a parte dedicada à “*American Literature*” – bastante parca, diga-se de passagem –, é composta por um breve esboço dos principais eventos históricos e literários da América do Norte, no qual os principais autores são mencionados em função de sua relevância literária no período em que figuraram. Dada a quantidade de páginas presentes nesse capítulo, não se pode dizer que os autores receberam a devida atenção. Dos autores propostos no programa já citado, os mais comentados nessa parte do compêndio foram: Iving; Hawthorne; Walt Whitman; Mark Twain e, finalmente, Sinclair Lewis, representando os escritores contemporâneos. Salvo aqueles relacionados ao “humorismo”, ao “teatro” e à “poesia negra”, os demais autores propostos no programa são compensados nos “*representative extracts, commentaries and biographies*”, nos quais Edgar Allan Poe é o mais representado (p. 377-384). De modo geral, embora **English literature** tenha dado voz à maioria dos autores americanos propostos, sua representação dos mesmos é bastante superficial, de modo que atende canhestramente aos conteúdos de literatura americana determinado pela nova lei na segunda série.

Ainda na segunda série, na parte de literatura, assim era o conteúdo proposto por Capanema: “o romance inglês na era vitoriana” – Dickens e Thackeray, as irmãs Brönte e George Eliot, Disraeli, Samuel Butler, Meredith e Hardy; “os eduardianos” – George Moore, Gissing, Henry James, Kipling e Wells; “os jorgeanos e os contemporâneos” – Galsworthy, Bennett, Lawrence, Swinnerton, Rorker e Huxley; “o romance de aventuras de Stevenson a Conrad”; “os irlandeses” – James Stephen e Joyce; “mulheres romancistas” – May Sinclair, Dorothy Richardson, Virginia Woolf e Katherine Mansfield; “o ensaio e crítica” – de Carlyle, Newman, Ruskin e Pater a Chesterton e Middleton Murray; “a poesia” – “a influência de William Blake”, “os Browning”, Swinburne, Kipling, Thompson, Masfield, Yeats, e T. S. Eliot; e finalmente “o teatro” – Wilde, Shaw e Somerset Maugham. (*apud* OLIVEIRA, 1999, p. 79).

Com relação a esse conjunto de escritores, o conteúdo de **English literature** não foi suficientemente satisfatório. Dentre os poucos escritores que foram bem representados, os de maior destaque, na parte dos “*representative extracts, commentaries and biographies*”, foram Charles Dickens (p. 243-250), Rudyard Kipling (p. 226-231) e John Galsworthy (p. 343-350). Por outro lado, autores como Emily Brönte, Elizabeth Browning e até mesmo Henry James, uma figura vultosa na história da literatura inglesa, tiveram seus nomes meramente inseridos na lista dos escritores ingleses no final do

compêndio. Já outros escritores foram completamente esquecidos, como é caso de D. H. Lawrence, Swinnerton, Rorker, Huxley, Woolf, Dorothy Richardson, May Sinclair, Katherine Mansfield, Murray, Maugham e T. S. Eliot, muitos dos quais contemporâneos ao compêndio, o que revela o caráter tradicionalista de **English Literature**, que fixa apenas os autores cujo ápice de suas produções literárias se deu antes do século XX, negligenciando os contemporâneos que, embora ainda pouco consagrados na época, foram enfatizados por Capanema na legislação:

A citação de nomes, no programa, não é limitativa, tanto mais quanto se preferiu, sempre que possível, a designação de períodos e grupos literários à dos escritores. Apenas no período contemporâneo se encontrará certa abundância de citações, o que se justifica não só pelo caráter individualista da produção literária nesse período, como para imprimir à cadeira a indispensável orientação (*apud* OLIVEIRA, 1999, p. 80).

Se **English Literature** esqueceu-se de muitos autores inclusos no programa do curso complementar, também representou muitos que lá não estavam presentes, a exemplo de Thomas More, John Lyly, Samuel Pepys, Henry Fielding, Thomas Gray, Samuel Johnson, James Boswell, R. B. Sheridan, Jane Austin, Charles Lamb, Walter Landor, Thomas De Quincey, Macaulay, Gaskell, George Borrow, Kingsley, Matthew Arnold, Robert Bridges, Belloc, J. K. Jerome e muitos outros. Ainda que, por um lado, isso demonstre uma certa completude do compêndio, que abordou um total de 71 autores britânicos nos “*representative extracts, commentaries and biographies*”, dando voz inclusive a um número considerável de autores ditos menores, por outro revela sua pouca compatibilidade com os programas emitidos por Capanema em 1936.

Bases teóricas e historiográficas

Como observa Antônio Cândido em *Formação da Literatura Brasileira* (1975, p. 26), é em uma “tradição”, isto é, “no conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou para rejeitar”, que se configura a literatura enquanto “fenômeno de civilização”. Isso significa que os movimentos literários, longe de serem estanques, se propagam ao longo da história, de modo que o fato de ainda haver, na década de 1930, grandes resquícios desses movimentos literários, influenciando não apenas a produção, mas também o próprio discurso da época sobre literatura, é

absolutamente natural. Assim, embora os autores de *English Literature* não tenham indicado explicitamente as bases teóricas e historiográficas do compêndio, no “Foreword” do livro, ao lermos as entrelinhas daquilo que eles apontaram como características inerentes à literatura, ficam claras suas fontes naturalistas, românticas, realistas e até mesmo neoclássicas.

Literature grows out of life. In its turn it reveals life. It has been called “a criticism of life” and “the interpretation of life”. It interprets to the reader not only the individuality of the writer, but the spirit of the age, the characteristics of the race, the forms of nationality; and if it is great literature, it is a wider revelation of our common and fundamental humanity, transcending all limits of nation, race, epoch or personality (HULL e SILVA, 1946, p. 5)⁴⁶.

O Romantismo, de um modo geral, processou-se, nos países em que floresceu, paralelamente à construção de suas identidades nacionais, correspondendo ideológica e politicamente ao processo de consolidação de seus respectivos Estados. Nos países recém-independentes, como é o caso do Brasil, a necessidade de afirmação era muito maior, de modo que o Romantismo aqui ocorrido, na tentativa de produzir uma literatura genuinamente nacional, rompendo assim com as influências européias, teve traços marcadamente nacionalistas.

O nacionalismo artístico não pode ser condenado ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas – quase imposições nos momentos em que o estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade (CANDIDO, 1975, p. 29).

Desse modo, a partir do momento em que os autores de *English Literature* aludem, no excerto citado, à capacidade inerente à grande literatura de interpretar “the forms of nationality”, ficam patentes suas influências românticas. Aliás, essa associação quase umbilical entre nacionalismo e literatura, na qual esta é colocada a serviço daquele, além de ainda permanecer velada em muitos discursos atuais sobre literatura, no Estado Novo parecia ser bastante conveniente.

Ainda no mesmo excerto do “Foreword”, as bases teóricas realistas do compêndio podem ser facilmente depreendidas no momento em que examinamos a idéia segundo a

⁴⁶ “A literatura se dá fora da vida. Mas, por sua vez, ela revela a vida. Ela tem sido chamada de ‘uma crítica da vida’ ou ‘a interpretação da vida’. Ela interpreta para o leitor não apenas a individualidade do escritor, mas o espírito do período, as características da raça, as formas de nacionalidade. E se isso é grande literatura, trata-se de uma grande revelação de nossa comum e fundamental humanidade transcendendo todos os limites da nação, raça, época ou personalidade”.

qual a literatura, ao mesmo tempo em que “reveals life”, também constitui uma “interpretation of life”. Com efeito, embora tal concepção de literatura já esteja esboçada desde a antiguidade com Sócrates e Platão, que acreditavam significar a palavra um recorte da realidade, e mais tarde no conceito de mimese proposto por Aristóteles em sua *Poética*, no Realismo ela se legitima como ideal literário de uma corrente que reagiu violentamente ao modo como o mundo era estabelecido pelo autor romântico, isto é, repleto e “afetado por uma série de mitos idealizantes” (BOSI, 1989, p. 186). Assim, a empreitada do realismo é precisamente a observação do mundo de forma impessoal, retratando-o objetivamente e, ao mesmo tempo, reconhecendo o caráter interpretativo de sua abordagem da realidade.

O Realismo fornece uma interpretação da vida. Retratando objetivamente a vida o Realismo, todavia, dá-lhe sentido, interpreta-a. A acumulação de fatos, pelo método da documentação, não é tudo na atitude realista: a seleção e a síntese operam buscando um sentido para o encadeamento dos fatos. Daí a preferência pela narração em vez da descrição (COUTINHO, 1976, p. 187).

O Naturalismo, influenciado pelas concepções de raça e ambiente oriundas da efervescência que permeou a segunda metade do século XIX, acrescentou ao realismo uma perspectiva de vida que a considera fruto de um intercruzamento de forças mecânicas sobre os indivíduos, dentre as quais possuem preponderância as injunções do meio e a hereditariedade da raça.

É exatamente essa concepção tipicamente naturalista sobre literatura que está escamoteada no prefácio do compêndio de M. S. Hull e Machado da Silva, ao considerarem-na capaz de interpretar o espírito do período e, acima de tudo, as características da raça. É em tal fato, somado à preocupação dos autores em incluir os fatos históricos antes do estudo dos autores abordados, que a face naturalista de suas bases teóricas e historiográficas se revela.

Ainda se notam, no mesmo excerto do prefácio, resquícios de uma visão neoclássica de literatura, de acordo com a qual a grande obra literária se fundamenta na universalidade, transcendendo todos os limites de nação, raça, época ou personalidade. Embora falar de traços universais, até mesmo em obras canônicas, tenha, nos últimos anos, sido alvo de intensos e controversos debates, além de muitas críticas, tal idéia ainda soa como um axioma em muitos discursos sobre a “grande literatura”.

Outro conceito presente no trecho já citado do prefácio de *English Literature*, e que nele nos faz enxergar os respingos de uma corrente tradicional de crítica literária, é o de que a literatura desnuda para o leitor a individualidade do escritor. Esse fetichismo do texto literário, desde o estruturalismo, tem sido minado de tal forma que, hoje, qualquer menção à possibilidade de se adentrar na mente do autor através de seus escritos dificilmente encontraria validade nos meios acadêmicos da crítica moderna:

A grande literatura é produto de Grandes Homens, e seu valor está principalmente em nos permitir um acesso íntimo às suas almas. Há vários problemas nessa interpretação. Em primeiro lugar, ela reduz toda literatura a uma forma disfarçada de autobiografia: não lemos as obras literárias como obras literárias, mas como uma forma indireta de conhecermos alguém. Essa interpretação implica ainda a suposição de que as obras literárias são realmente expressões da mente do autor, o que não parece uma maneira particularmente esclarecedora de estudar o Chapeuzinho Vermelho ou as cantigas de amor altamente estilizadas (EAGLETON, 1985, p. 65).

Constata-se, assim, que nos lastros teóricos e historiográficos de *English Literature* incorporam-se concepções de literatura oriundas de diversas correntes literárias e críticas surgidas ao longo da história da literatura, alguma das quais, tendo sido profundamente questionadas na contemporaneidade, pareciam possuir total validade na época da publicação do compêndio. Todavia, outras delas, a despeito do grande esforço da crítica moderna em solapá-las, tornaram-se, de certo modo, uma perspectiva axiomática que reverbera nos discursos não acadêmicos sobre a literatura e, sobretudo, na escola.

Considerações finais

Ao menos legislativamente, no Estado Novo o ensino da literatura, além de receber um destaque até então inédito, parece ter se apresentado com um papel ideológico e político deliberado para a reconstrução de uma nação cheia de rachaduras provocadas, de certa forma, pelos anos política e socialmente atribulados e economicamente instáveis, em função da grande crise que precedeu a revolução de 1930.

Contudo, se por um lado a história das disciplinas escolares demonstra que os grandes objetivos da sociedade podem assumir, segundo as épocas, diferentes orientações, como “a restauração da antiga ordem”, ou o “desenvolvimento do espírito patriótico”, determinando os conteúdos do ensino (CHERVEL, 1990, p.187), por outro, a análise de

English Literature parece corroborar com a idéia de que as finalidades reais do ensino, isto é, aquelas que efetivamente se concretizam, não se anulam tão facilmente em detrimento dos programas e diretrizes inscritos nas novas legislações que por ventura possam surgir.

Embora a metodologia do livro de M. S. Hull e Machado da Silva se coadune, até certo ponto, com as propostas de ensino expedidas pela nova lei, surgida um ano antes de sua publicação, de modo geral, principalmente no tocante aos conteúdos, o compêndio pouco as acatou. O hermetismo de sua linguagem, juntamente com o seu desprezo para com a literatura norte-americana, o afastam da legislação de 1936, uma legislação que, ao dar relevo à “poesia negra” e aos autores contemporâneos, até então pouco consagrados, se revestiu de um caráter inovador, ao passo que **English Literature** se manteve fiel ao velho e tradicional cânone, limitando-se a autores que atingiram o ápice de suas produções antes do século XX.

Apesar disso – dada a facilidade com que é encontrado em sebos, o fato de ter sido utilizado como material complementar em algumas universidades e de ter alcançado sua sétima edição em 1962, onze anos após a supressão da literatura inglesa do currículo dos estudos secundários –, percebe-se uma considerável popularidade alcançada por **English Literature**, uma popularidade que não é lograda por outros compêndios do gênero, como *An Outline of English Literature* (1938), o qual, nas palavras de seu autor, Neif Antônio Alem, presentes no prefácio, foi elaborado para “completar as exigências do programa em vigor” (*apud* OLIVEIRA, 1999). Isso só vem a demonstrar a liberdade da escola na escolha consciente ou inconsciente de suas finalidades e conteúdos de ensino.

Ainda que **English Literature** pareça ter sido de pouca utilidade aos propósitos da legislação, sua concepção literária, à medida que nela ecoam visíveis resquícios de uma associação visceral entre nacionalismo, raça e literatura, acaba encontrando um significativo respaldo no clima reformista que caracterizou o Estado Novo. Se, de fato, o nacionalismo artístico serviu, freqüentemente, de lastro ao processo de afirmação cultural e política dos Estados nascentes, vale a pena questionar, mesmo que simplesmente de modo retórico, o nível de consciência de M. S. Hull e Machado da Silva em estarem reproduzindo um discurso bastante conveniente a um momento em que o nacionalismo foi um dos principais impulsores de uma renovação na educação brasileira.

Referências Bibliográficas

- BICUDO, Joaquim de Campos. *O ensino secundário no Brasil e sua legislação atual*. São Paulo: AIFES (Associação de Inspetores Federais de Ensino Secundário), 1942.
- BOSI, Alfredo. “A Educação e a Cultura nas Constituições Brasileiras”. In: *Cultura brasileira: temas e situações*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.
- CANDIDO, Antônio. 1975. *Formação da Literatura Brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2 v, 1975.
- CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. Tradução: Guacira Lopes Louro. *Teoria & Educação*, n. 2 Porto Alegre, 1990 pp.177-229.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976
- DOYLE, Brian. *English and englishness*. London and New York: Routledge, 1989.
- EAGLETON, Terry. “A ascensão do Inglês”. In: *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira / Thomson Learning, 2003.
- HULL, M. S. e Silva, Machado da. *English Literature*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.
- NUNES, Maria Thetis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), 1962.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. 1999. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809 – 1951)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memória/Teses/index.htm>>
- _____. “Entre a história cultural e a teoria literária: rumo a uma história dos cânones escolares no Brasil”. *Revista brasileira de história da educação*, n. 8, Campinas, pp.105 – 124, 2004.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. 2000. *O espelho da nação: Antologia Nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memória/Teses/index.htm>>

RESENHAS

MYSTERY TRAIN

Graziela Naclério Forte

Economista

Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo

Pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros da USP

grazielaforte@hotmail.com

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Mystery Train*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, 151 p.

Há quem imagine que *Mystery Train*, de Luiz Bernardo Pericás, é um roteiro de viagens ou aventuras, mas é muito mais que isso. O autor vai além e inova ao apresentar uma obra que mescla experiência pessoal e ficção com cultura e história dos Estados Unidos. O livro de Pericás é fortemente inspirado em três destacados autores: Jack London e seu *The Road*, livro memorialístico, autobiográfico, no qual narra suas aventuras e desventuras de trem pelos Estados Unidos; Woody Guthrie, autor de *Bound for Glory*, um dos nomes mais importantes da cultura popular norte-americana, da primeira metade do século XX e criador da música *folk* moderna, cujas letras dão voz aos marginalizados de sua época (como os negros, os *red necks* e os operários); e Jack Kerouac e seu *On The Road*, considerada a bíblia da “geração beat”, que mostra o lado sombrio do “sonho americano” a partir da viagem de dois jovens, que atravessaram a “América” de costa a costa.

A chamada “geração beat”, formada por Jack Kerouac, William Borroughs, Gregory Corso, Allan Ginsberg e Lawrence Ferlinghetti, entre outros, exerceu enorme influência nos movimentos contraculturais dos Estados Unidos. Os *beatniks* ouviam muito jazz, usavam drogas, praticavam o sexo livre e mantinham-se com o pé-na-estrada. Queriam fazer sua própria revolução cultural por meio da literatura.

Já o cenário escolhido por Pericás são os Estados Unidos, do início do século XXI, pré 11 de setembro. No lugar das caronas, a longa e cansativa jornada do *Mystery* é feita de trem (um transporte pouco usado pelas pessoas que vivem em um país que há muito tempo adota o carro ou o avião como meio de locomoção). Viajar de trem é somente para aqueles que não têm nenhuma pressa de chegar ao seu destino e não se importam com o tédio, a lentidão e o desconforto; ainda mais quando se pretende cruzar o país de leste a oeste, ida e volta.

Ao longo do percurso, a cada cidade que aparece, Luiz Bernardo recorda fatos, revê velhos amigos, narra novos encontros ou descreve personagens comuns que conhece nos vagões ou nas ruas. A curiosidade do autor em desvendar o universo de cada um

deles acaba por dar-lhes vida e relativa importância, através de narrativas baseadas na aparência física ou no comportamento, onde os gestos, o modo de falar ou o estado emocional são as únicas referências fiéis.

Assim como os *beats*, os personagens de Pericás gostam de jazz e de artistas como Tom Waits, John Coltrane e Dave Brubeck. E também há espaço para Tom Jobim e o rei do rock, Elvis Presley.

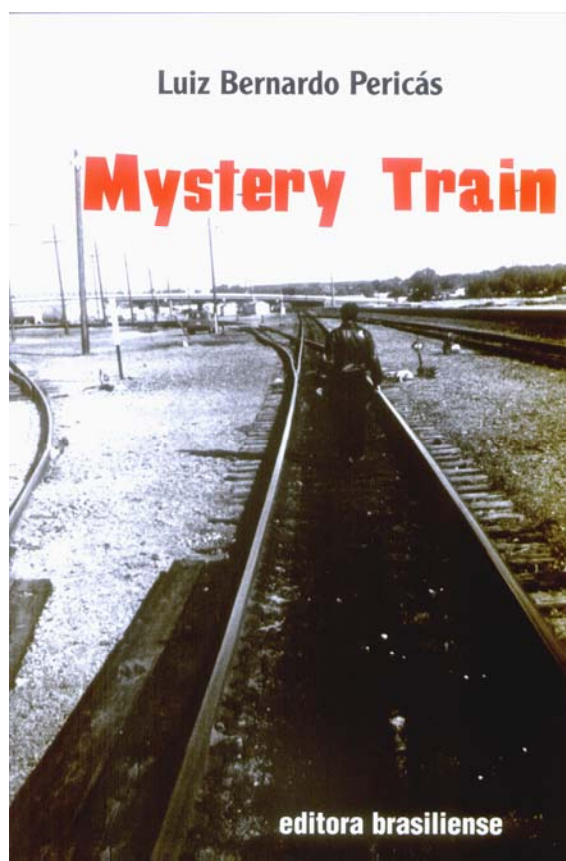
Leitura leve, muito agradável, destinado ao público jovem, *Mystery Train* apresenta capítulos curtos, o que dá maior agilidade ao texto. Nem por isso é descuidado: em um português preciso, adota recursos aparentemente simples, como escrever a mesma palavra várias vezes sequencialmente, aumentando o tamanho das letras, para eficazmente passar a mesma deliciosa sensação que sentiu ao ouvir uma boa música no bar *El Chapultepec*, onde há jazz, Jazz, JAZZ. Ou iniciando todos os parágrafos do capítulo final de forma similar para frisar a monotonia que sente ao longo do dia.

O mais interessante do livro, contudo, é o fato de ter unido experiências pessoais à história norte-americana. De acordo com o Luiz Bernardo, nomes como August Spies, Albert Parsons, Adolph Fisher e George Engel (todos membros do *International Working People's Association*, executados em 1886) não deveriam ser jamais esquecidos. Assim como o líder operário Eugene V. Debs (um dos fundadores do *International Labor Union* e da *IWW*, assim como cinco vezes candidato ao cargo de Presidente dos EUA pelo *Socialist Party of America*). Ou Joe Hill, imigrante sueco também membro da *IWW*, que compôs músicas de protesto e escreveu poemas satíricos provocadores. Depois de fuzilado, em novembro de 1915, virou tema de músicas *folk*, inspirando composições de Ralph Chaplin, Bob Dylan, Phil Ochs, Billy Bragg, entre outros.

O resultado é uma obra atípica, pouco convencional e bastante diferente do que se encontra hoje no mercado editorial brasileiro. Este é certamente um livro inovador e original.

Sobre o autor

Luiz Bernardo Pericás nasceu no Rio de Janeiro e morou em Brasília, Lisboa, Copenhague, Washington, São Paulo, Cidade do México e Austin. É formado em História pela George Washington University e doutor em História Econômica pela USP. Foi professor-pesquisador convidado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (México) e *Visiting Scholar* na Universidade do Texas em Austin. Publicou artigos em diversas revistas e jornais, como *O Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, *CartaCapital* e *Memoria*. Traduziu diversos autores para o português (Jack London, John Reed, Christopher Hitchens, Edward Said, Slavoj Žižek e José Carlos Mariátegui), assim como também tem diversos livros publicados.



HISTÓRIA ORAL: ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Eduardo Lopes Teles
Graduando em História da Universidade Federal de Sergipe
(PIBIC/CNPq/UFS)
elteles18@yahoo.com.br

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135 p.

Ao entender História Oral como uma metodologia de produção de fontes históricas (os depoimentos), imediatamente somos levados a pensar no lado prático deste método. A importância de se observar o lado teórico deste campo de conhecimento, e de se ter em vista algumas categorias da História no desenvolver dos trabalhos com História Oral, é exposta com propriedade pela mineira Lucilia de Almeida Neves Delgado, que foi presidente da Associação Brasileira de História Oral.

Em seu livro, Lucília relaciona História Oral à memória, ao tempo e à identidade, embora deixe a desejar quando trata das narrativas não expondo o modo como elas se arrumam (narrativas de vida pública, épicas, trágicas, cômicas e narrativas que misturam as várias soluções anteriores), o que o *Manual de História Oral* de José Carlos Sebe Bom Meihy faz, só para citar um dentre os vários manuais que se pode encontrar. A autora também não tem as preocupações arquivísticas e não traz exemplos de roteiros a serem utilizados nas entrevistas. Duas questões importantes que podemos perceber em outro livro, *História Oral: possibilidades e procedimentos* de Sônia Maria de Freitas.

São múltiplos os conceitos de memória. Sendo assim adentramos num terreno que, apesar de oferecer muitas possibilidades, é difícil. A memória como evocação do passado nos termos do presente é a matéria-prima da História Oral e, na tentativa de conceituá-la, o livro nos chama atenção para uma distinção e não uma oposição entre História e memória. Na visão da autora, embora ambas estejam preocupadas com a preservação do que se passou, a memória se liga mais a imaginação, ao vivido, enquanto que a História procura refletir sobre essas vivências. Mas, esta distinção é muito tênue, pois a memória também traz consigo reflexões e do mesmo modo a História está ligada ao vivido. O que estabelece as fronteiras, na verdade, são os procedimentos e regras padronizados pelos historiadores no fazer da História, que a memória em seu processar não possui. A memória contém vestígios do passado sobre os

quais a História procura construir um conhecimento. Registro do passado, afirmação das identidades e o reconhecimento da importância de cada indivíduo em relação à sociedade na qual está inserido, tais são as três principais discussões que a memória possibilita, mas que cabe a História Oral concretizar.

Outra questão importante para a História Oral é o tempo, pois a memória em seu processar comporta uma multiplicidade de tempos. No ato de lembrar, a memória busca um tempo que já passou com os interesses do tempo presente, ou seja, o tempo passado é trazido na carruagem do tempo presente. Mas o homem não lembra apenas o que passou em sua vida, ele lembra também das memórias de outros homens. Tal é a complexidade que envolve a memória e, por consequência, o trabalho com a História Oral, quando se propõe a reconstruir os fragmentos do passado. Lucília Neves nos diz que “o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas” (p.17). Esta metodologia para registrar o passado também envolve outros problemas. Nesta tarefa os historiadores induzem a memória com as perguntas e interesses do seu tempo e as respostas ou os fragmentos do passado se condicionam ao tempo presente. O tempo atua modificando o significado das vivências e é um produto da cultura. Portanto, cada cultura o entende de maneira diferente. Esta natureza convencional dá ao tempo, entendido como datas, meses ou anos, o poder de conferir singularidade e pluralidade aos acontecimentos ou, nas palavras da autora, “se o tempo confere singularidade a cada experiência concreta da vida humana, também a define como vivência da pluralidade, já que, em cada movimento da história, entrecruzam-se tempos múltiplos, que, acoplados à experiência singular/espacial, lhe conferem originalidade e substância” (p.35).

A História Oral também permite que as identidades sejam afirmadas. Ao tentar reconstruir as imagens do mundo passado, no ato de lembrar, se ativa a construção de signos, se busca os marcos temporais e espaciais que servem de referências para as lembranças, o sujeito se situa no tempo e passa a refletir sobre sua inserção social e sua atuação na história. Lucília esclarece então que a “inserção social humana não é unívoca, mas sim, diversificada. O trabalho da memória é especialmente frutífero para o reconhecimento desses laços identificadores, já que contribui para a internalização de significados e experiências” (p.47). A História Oral também permite que os sujeitos históricos sejam tratados como sujeitos ativos, na medida em que suas lembranças

forneem informações sobre si mesmos e sobre seu mundo. Nesse sentido, há um “reconhecimento da importância de cada indivíduo/depoente em si mesmo e em sua relação com a sociedade na qual está ou esteve integrado. Cada pessoa é componente específico de um mosaico maior que é a coletividade” (p.52).

No que se refere à sua dimensão prática, a autora deixa claro que falamos de um método de produção de fontes históricas através de entrevistas (as fontes orais), que se pauta pela singularidade, não cabendo, então, a busca de generalizações, e sim a relativização de conceitos e teorias. A entrevista, que é a parte central da História Oral, tem algumas etapas e segue alguns procedimentos para sua realização. Os procedimentos são os seguintes: o entrevistador deve respeitar o modo de entender o mundo, bem como o modo de ser e o estado físico e psicológico de cada entrevistado; deve manter-se neutro no sentido de nem discordar nem concordar, mas cultivar a flexibilidade, revendo roteiros de acordo com a dinâmica de cada entrevistado e estimular que o entrevistado fale de suas lembranças; dominar o assunto e cultivar o hábito da escuta. Quanto às etapas da entrevista, o primeiro passo é a realização do projeto de pesquisa, quando se define e se problematiza o objeto, detalhando como o assunto deve ser desenvolvido. Em segundo lugar, devem ser definidos os critérios de escolha dos entrevistados, é a fase da preparação do depoimento. Em seguida, procede-se a preparação de roteiros flexíveis e adequados à linguagem do entrevistado. Em quarto lugar, realiza-se a entrevista, de preferência por dois pesquisadores e estabelecendo uma relação de confiança com o entrevistado, sabendo silenciar e ouvi-lo. Por fim, passamos para a fase de processamento e análise, onde as entrevistas são transcritas conferindo sua fidelidade e os depoentes assinam o termo de cessão da entrevista.

Lucilia também traz uma coletânea de cinco textos onde exemplifica como a História Oral pode enriquecer a História, fornecendo diferentes visões sobre o mesmo fato e de como ela trabalhou com as categorias memória, tempo e identidade. No primeiro texto, “A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista”, a autora demonstra que o processo de filiação ao PCB se pautou pelo sentimento de solidariedade, ou seja, a identificação com os valores da justiça social e a busca de um mundo igualitário motivaram os depoentes a entrarem no PCB. No texto “A longa noite das atas secretas: cassação de deputados operários Minas Gerais (1964-1998)”, através de depoimentos, é analisada a perda dos mandatos de três deputados sindicalistas antes do golpe militar, evidenciando o processo de discriminação social e

política que passaram por serem sindicalistas, numa conjuntura de rompimento da ordem constitucional em 1964. No terceiro e quarto textos, “Politização do sagrado: padres franceses e autoritarismo” e “Intolerância política no Brasil: catolicismo, direitos humanos e direitos sociais (1964-1985)”, vemos a utilização da História Oral para ilustrar o estremecimento das relações entre o governo federal autoritário e a Igreja Católica. No último texto, “Jorge Luís Borges e Pedro Nava – literatura e memória: interseções”, não são utilizados depoimentos, mas nos serve de exemplo de como as memórias contidas nas obras literárias destes escritores são utilizadas para a reconstituição do espaço e do tempo passados e, em consequência, podem ser utilizados como fontes históricas.

Gostaria de encerrar argumentando que, apesar das dificuldades que envolvem o trabalho com a memória, a História Oral se mostra um campo especial na medida em que possibilita que diferentes versões sobre um mesmo acontecimento sejam trazidas a luz. Nessa direção, a tão buscada neutralidade nem é mencionada, enquanto que o conflito entre as memórias toma seu lugar. A História Oficial pode ser contestada, ao mesmo tempo em que a História se enriquece e os sujeitos históricos até então silenciados tem seus papéis ativos realçados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291p.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 143 p.